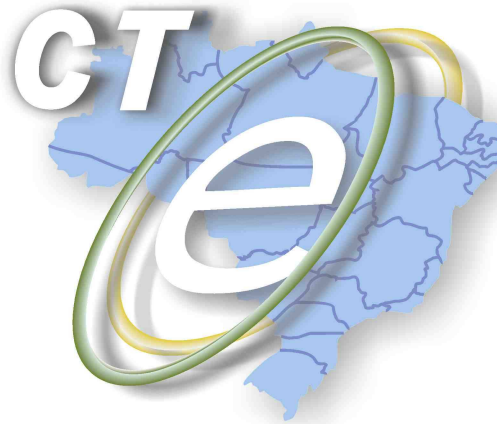




## Projeto Conhecimento de Transporte Eletrônico



### Manual de Integração - Contribuinte Padrões Técnicos de Comunicação



**Versão 1.0.3**  
**Agosto 2009**



## Controle de Versões

Versão	Data
1.00	07/03/2008 - SP
1.01	02/07/2008 – SP/RS
1.01A	07/07/2008 – SP/RS
1.01B	25/08/2008 – Reunião CT-e RJ
1.02pre	03/09/2008 – Reunião CT-e MT
1.02	12/09/2008 – SP/RS
1.03	03/08/2009 – RS/SP/GO



## Identificação e vigência do Manual

Versão do manual	1.0.3
Data de divulgação do manual	04/08/2009
Pacote de liberação de Schemas XML	PL_CTe_103
Data de início de vigência no ambiente de homologação	01/09/2009
Data de início de vigência no ambiente de produção	a definir

## Versões de leiautes do PL\_CTe\_103

Leiaute	versão	Schema XML	Observação
CTe	1.03	cte_v103.xsd	Leiaute do CT-e.
enviCTe	1.03	enviCte_v1.03.xsd	Mensagem de envio de lote de CT-e.
retEnviCTe	1.03	retEnviCte_v1.03.xsd	Mensagem de retorno do envio de lote de CT-e.
consReciCTe	1.03	consReciCte_v1.03.xsd	Mensagem de consulta processamento do lote de CT-e transmitido.
retconsReciCTe	1.03	retConsReciCte_v1.03.xsd	Mensagem de retorno da consulta de processamento do lote de CT-e transmitido.
procCTe	1.03	procCte_v1.03.xsd	Leiaute de compartilhamento do CT-e.
cancCTe	1.03	cancCte_v1.03.xsd	Mensagem de solicitação de cancelamento do CT-e.
retCancCTe	1.03	retCancCte_v1.03.xsd	Mensagem de retorno do resultado da solicitação do processamento de cancelamento do CT-e.
procCancCTe	1.03	procCancCte_v1.03.xsd	Leiaute de compartilhamento de Pedido de cancelamento de CT-e
inutCTe	1.03	inutCte_v1.03.xsd	Mensagem de solicitação de inutilização de numeração de CT-e.
retInutCTe	1.03	retInutCte_v1.03.xsd	Mensagem de retorno do resultado do processamento da solicitação de inutilização de numeração de CT-e.
proclnutCTe	1.03	proclnutCte_v1.03.xsd	Leiaute de compartilhamento de pedido de inutilização de numeração de CT-e
consSitCTe	1.03	consSitCte_v1.03.xsd	Mensagem de consulta da situação atual da CT-e.
retConsSitCTe	1.03	retConsSitCte_v1.03.xsd	Mensagem de retorno da consulta da situação atual da CT-e.
consStatServ	1.03	consStatServCte_v1.03.xsd	Mensagem da consulta do status do serviço de autorização de CT-e.
retConsStatServ	1.03	retconsStatServ_v1.01.xsd	Mensagem de retorno da consulta do status do serviço de autorização de CT-e.



## Índice

1.	Introdução .....	7
2.	Considerações Iniciais.....	8
2.1	Histórico do documento fiscal eletrônico.....	8
2.2	Conceito do CT-e .....	8
2.3	Descrição Simplificada do Modelo Operacional.....	8
3.	Arquitetura de Comunicação com Contribuinte.....	10
3.1	Modelo Conceitual.....	10
3.2	Padrões Técnicos.....	11
3.2.1	Padrão de documento XML .....	11
3.2.2	Padrão de Comunicação .....	13
3.2.3	Padrão de Certificado Digital .....	14
3.2.4	Padrão de Assinatura Digital .....	14
3.2.5	Validação de Assinatura Digital pela Secretaria de Fazenda Estadual .....	17
3.2.6	Resumo dos Padrões Técnicos .....	18
3.3	Modelo operacional .....	19
3.3.1	Serviços síncronos .....	19
3.3.2	Serviços assíncronos.....	20
3.3.3	Filas e Mensagens.....	21
3.4	Padrão de mensagens dos Web Services .....	22
3.4.1	Informações de controle e área de dados das mensagens.....	22
3.4.2	Validação da estrutura XML das Mensagens dos Web Services .....	22
3.4.3	Schemas XML das Mensagens dos Web Services.....	23
3.5	Versão dos Schemas .....	24
3.5.1	Liberação das versões dos Schemas para o Conhecimento de Transporte Eletrônico – CT-e.....	24
3.5.2	Pacote de Liberação Preliminar .....	24
3.5.3	Pacote de Liberação de Homologação e Pacote de liberação definitivo .....	25
3.5.4	Correção de Pacote de Liberação .....	25
3.5.5	Divulgação de novos Pacotes de Liberação .....	25
3.5.6	Controle de Versão.....	25
3.6	SEFAZ VIRTUAL.....	26
4.	Web Services .....	27
4.1	Serviço de Recepção de CT-e.....	28
4.1.1	Web Service – CteRecepcao.....	28
4.1.2	Leiaute Mensagem de Entrada.....	28
4.1.3	Leiaute Mensagem de Retorno.....	29
4.1.4	Descrição do Processo de Recepção de Lotes de CT-e.....	30
4.1.5	Validação do Certificado de Transmissão.....	30
4.1.6	Validação Inicial da Mensagem no Web Service .....	30
4.1.7	Validação das informações de controle da chamada ao Web Service .....	31
4.1.8	Geração da Resposta com o Recibo .....	31
4.1.9	Descrição do Processamento do Lote de CT-e.....	32
4.1.10	Validação da área de Dados.....	32
4.1.11	Final do Processamento do Lote .....	39
4.2	Web Service – CteRetRecepcao .....	41
4.2.1	Leiaute Mensagem de Entrada.....	41
4.2.2	Leiaute Mensagem de Retorno.....	41
4.2.3	Descrição do Processo de Web Service .....	42
4.2.4	Validação do Certificado de Transmissão.....	43
4.2.5	Validação Inicial da Mensagem no Web Service .....	43
4.2.6	Validação das informações de controle da chamada ao Web Service .....	44
4.2.7	Validação da Área de Dados .....	44
4.2.8	Final do Processamento .....	45



4.3	Web Service – CteCancelamento.....	46
4.3.1	Leiaute Mensagem de Entrada.....	46
4.3.2	Leiaute Mensagem de Retorno.....	46
4.3.3	Descrição do Processo de Web Service.....	47
4.3.4	Validação do Certificado de Transmissão.....	47
4.3.5	Validação Inicial da Mensagem no Web Service.....	49
4.3.6	Validação das informações de controle da chamada ao Web Service.....	49
4.3.7	Validação da Área de Dados.....	49
4.3.8	Final do Processamento.....	51
4.4	Web Service - CteInutilizacao.....	52
4.4.1	Leiaute Mensagem de Entrada.....	52
4.4.2	Leiaute Mensagem de Retorno.....	53
4.4.3	Descrição do Processo de Web Service.....	53
4.4.4	Validação do Certificado de Transmissão.....	54
4.4.5	Validação Inicial da Mensagem no Web Service.....	54
4.4.6	Validação das informações de controle da chamada ao Web Service.....	55
4.4.7	Validação da Área de Dados.....	55
4.4.8	Final do Processamento.....	56
4.5	Web Service – CteConsulta Protocolo.....	57
4.5.1	Leiaute Mensagem de Entrada.....	57
4.5.2	Leiaute Mensagem de Retorno.....	57
4.5.3	Descrição do Processo de Web Service.....	58
4.5.4	Validação do Certificado de Transmissão.....	58
4.5.5	Validação Inicial da Mensagem no Web Service.....	59
4.5.6	Validação das informações de controle da chamada ao Web Service.....	59
4.5.7	Validação da Área de Dados.....	60
4.5.8	Final do Processamento.....	60
4.6	Web Service – CteStatusServico.....	61
4.6.1	Leiaute Mensagem de Entrada.....	61
4.6.2	Leiaute Mensagem de Retorno.....	61
4.6.3	Descrição do Processo de Web Service.....	62
4.6.4	Validação do Certificado de Transmissão.....	62
4.6.5	Validação Inicial da Mensagem no Web Service.....	63
4.6.6	Validação das informações de controle da chamada ao Web Service.....	63
4.6.7	Validação da Área de Dados.....	63
4.6.8	Final do Processamento.....	64
4.7	Web Service – CadConsultaCadastro.....	65
4.7.1	Descrição do Processo de Web Service.....	65
4.7.2	Onde obter as definições deste Web Service.....	65
4.7.3	Onde obter os schemas XML deste Web Service.....	66
4.7.4	Diferenças na estrutura de chamada do Web Service.....	66
5.	Web Services – Informações Adicionais.....	67
5.1	Regras de validação.....	67
5.1.1	Tabela de códigos de erros e descrições de mensagens de erros.....	67
5.2	Padrão de nomes para os arquivos.....	72
5.3	Tratamento de caracteres especiais no texto de XML.....	73
5.4	Chave de Acesso do CT-e.....	73
5.5	Número do Recibo de Lote.....	74
5.6	Número do protocolo.....	75
5.7	Tempo médio de resposta.....	75
6.	Código de Barra.....	76
6.1	Cálculo do dígito verificador do CODE-128C.....	77
6.2	Representação simbólica do código.....	77
7.	DACTE.....	78
8.	Contingência.....	79



9.	Ambiente de Homologação / Produção .....	80
10.	Distribuição do CT-e para o Tomador do Serviço .....	81
10.1	Processo de Distribuição .....	81
10.2	Leiaute da Distribuição: CT-e .....	81
11.	Compartilhamento de informações do CT-e entre Órgãos Públicos.....	82
11.1	Processo de Compartilhamento .....	82
11.2	Leiaute de compartilhamento: CT-e.....	83
11.3	Leiaute de compartilhamento: Cancelamento de CT-e.....	83
11.4	Leiaute de compartilhamento: Inutilização de Numeração de CT-e.....	83
11.5	Compartilhamento de documentos com outros órgãos públicos.....	83
Anexo I – Leiaute do CT-e .....		84
Anexo II – Modelo de DACTE .....		123
Anexo III – Tabelas de UF, Município e País .....		130
1.	Tabela de código de UF do IBGE .....	130
2.	Tabela de código de Município do IBGE.....	130
2.1	Validação do código de Município .....	131
2.2	Exemplo de cálculo do dígito de controle do código de Município .....	131
2.3	Exceção no cálculo do dígito de controle do código de Município .....	132
3.	Tabela de código de País do BACEN .....	132
3.1	Validação do código de País .....	132
3.2	Exemplo de cálculo do dígito de controle do código de País .....	133
3.3	Exceção no cálculo do dígito de controle do código de País .....	133
Anexo IV – WS disponíveis.....		134
Anexo V – Conjunto de caracteres Código de Barras CODE-128C .....		135
Anexo VI – Projeto Piloto do CT-e .....		136



## **1. Introdução**

Este documento tem por objetivo a definição das especificações e critérios técnicos necessários para a integração entre os Portais das Secretarias de Fazendas dos Estados e os sistemas de informações das empresas emissoras de Conhecimento de Transporte eletrônico - CT-e.

Em vista da complexidade do projeto, esclarecemos aos usuários deste manual (equipes fiscal e de TI das empresas integrantes do projeto), que a legislação aprovada, conceitos e especificações contidas neste manual podem sofrer ajustes que venham a ser demandados no decorrer do aprofundamento das discussões e experiências adquiridas durante a fase de implantação do projeto.



## 2. Considerações Iniciais

O Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e) está sendo desenvolvido, de forma integrada, pelas Secretarias de Fazenda dos Estados, Receita Federal do Brasil, representantes das transportadoras e Agências Reguladoras do segmento de transporte, a partir da assinatura do Protocolo ENAT 03/2006 (10/11/2006), que atribuiu ao Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais (ENCAT) a coordenação e a responsabilidade pelo desenvolvimento e implantação do Projeto CT-e.

### 2.1 Histórico do documento fiscal eletrônico

O documento fiscal eletrônico surgiu com o Projeto da Nota Fiscal eletrônica que tinha como objetivo a implantação de um modelo nacional de documento fiscal eletrônico para substituir a sistemática atual de emissão do documento fiscal em papel, modelos 1 e 1A, com validade jurídica garantida pela assinatura digital do emissor.

Documentos fiscais eletrônicos simplificam o cumprimento das obrigações acessórias dos contribuintes e permitem um melhor acompanhamento das operações comerciais pelo Fisco, mostrando-se uma solução vantajosa para todos os envolvidos nas transações com estes documentos.

A possibilidade do uso de documentos fiscais eletrônicos em vez dos documentos tradicionalmente emitidos em papéis esta prevista no parágrafo único da cláusula segunda do Protocolo ENAT 03/2005.

O Conhecimento de Transporte Eletrônico é um documento fiscal eletrônico, instituído pelo AJUSTE SINIEF 09/07 (25/10/2007), que poderá ser utilizado para substituir um dos seguintes documentos fiscais:

- Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas, modelo 8;
- Conhecimento de Transporte Aquaviário de Cargas, modelo 9;
- Conhecimento Aéreo, modelo 10;
- Conhecimento de Transporte Ferroviário de Cargas, modelo 11;
- Nota Fiscal de Serviço de Transporte Ferroviário de Cargas, modelo 27;
- Nota Fiscal de Serviço de Transporte, modelo 7, quando utilizada em transporte de cargas.

O Conhecimento de Transporte Eletrônico também poderá ser utilizado como documento fiscal eletrônico no transporte dutoviário e, futuramente, nos transportes Multimodais.

### 2.2 Conceito do CT-e

O Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e) é um documento de existência exclusivamente digital, emitido e armazenado eletronicamente, com o intuito de documentar uma prestação de serviços de transportes, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e a Autorização de Uso fornecida pela administração tributária do domicílio do contribuinte.

### 2.3 Descrição Simplificada do Modelo Operacional

De maneira simplificada, a empresa emissora de CT-e gerará um arquivo eletrônico contendo as informações fiscais da prestação de serviço de transporte, o qual deverá ser assinado digitalmente, de maneira a garantir a integridade dos dados e a autoria do emissor. Este arquivo





eletrônico, que corresponderá ao Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e), será então transmitido, pela Internet, para a Secretaria de Fazenda Estadual de jurisdição do contribuinte emitente, que fará uma pré-validação do arquivo e devolverá uma Autorização de Uso, sem a qual não poderá haver a prestação de serviço de transporte.

Após o recebimento do CT-e, a Secretaria de Fazenda Estadual disponibilizará consulta, através Internet, para o tomador do serviço e outros legítimos interessados que detenham a chave de acesso do documento eletrônico.

Este mesmo arquivo do CT-e será ainda transmitido, pela Secretaria de Fazenda Estadual, para a Receita Federal do Brasil, que será o repositório nacional de todos os CT-e emitidos, e para as Secretarias de Fazenda de início da prestação do serviço e do tomador do serviço, caso sejam diferentes da Secretaria de Fazenda de circunscrição do emissor, além da SUFRAMA, quando aplicável.

Para acobertar a prestação de serviço de transporte deverá ser impressa uma representação gráfica simplificada do Conhecimento de Transporte Eletrônico, intitulada DACTE (Documento Auxiliar do Conhecimento de Transporte Eletrônico), em papel comum, que conterá impressos, em destaque, o número do protocolo de autorização do referido documento, a chave de acesso e o código de barras linear tomando-se por referência o padrão CODE-128C, para facilitar e agilizar a consulta do CT-e na Internet e a respectiva confirmação de informações pelas unidades fiscais e pelos tomadores de serviços de transporte.

O DACTE não é um Conhecimento de Transporte, nem o substitui, servindo apenas como instrumento auxiliar para o transporte da mercadoria e consulta do CT-e por meio da chave de acesso impressa no mesmo, representada e também impressa em código de barras, permitindo ao detentor do documento confirmar a efetiva existência do CT-e, através dos sítios das Secretarias de Fazenda Estaduais autorizadas ou Receita Federal. O contribuinte tomador do serviço de transporte, não emissor de Documentos Fiscais Eletrônicos, poderá escriturar o CT-e com base nas informações deste documento, sendo que sua validade ficará vinculada à efetiva existência do CT-e com autorização de uso no Banco de Dados das administrações tributárias envolvidas no processo.



## 3. Arquitetura de Comunicação com Contribuinte

### 3.1 Modelo Conceitual

Os Portais das Secretarias de Fazenda Estaduais irão disponibilizar os seguintes serviços:

- a) Recepção de CT-e;
  - 1) Recepção de Lote;
  - 2) Consulta Processamento de Lote;
- b) Cancelamento de CT-e;
- c) Inutilização de numeração de CT-e;
- d) Consulta da situação atual do CT-e;
- e) Carta de Correção de CT-e;
- f) Consulta do status do serviço.

Para cada serviço oferecido existirá um Web Service específico. O fluxo de comunicação é sempre iniciado pelo aplicativo do contribuinte através do envio de uma mensagem ao Web Service com a solicitação do serviço desejado.

O Web Service sempre devolve uma mensagem de resposta confirmando o recebimento da solicitação de serviço ao aplicativo do contribuinte na mesma conexão.

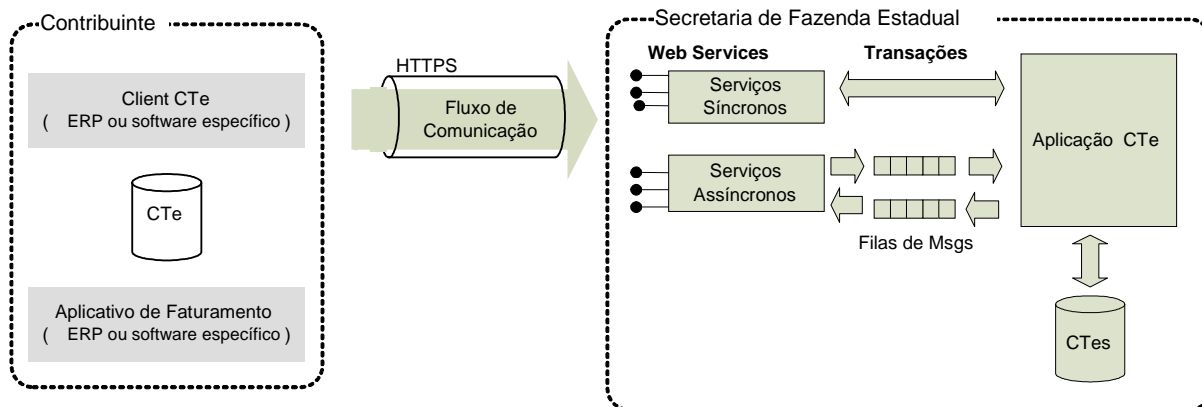
A solicitação de serviço poderá ser atendida na mesma conexão ou ser armazenada em filas de processamento nos serviços mais críticos para um melhor aproveitamento dos recursos de comunicação e de processamento das Secretarias de Fazenda Estaduais.

Os serviços podem ser síncronos ou assíncronos em função da forma de processamento da solicitação de serviços:

- a) **Serviços síncronos** – o processamento da solicitação de serviço é concluído na mesma conexão, com a devolução de uma mensagem com o resultado do processamento do serviço solicitado;
- b) **Serviços assíncronos** – o processamento da solicitação de serviço não é concluído na mesma conexão, havendo a devolução de uma mensagem de resposta com um recibo que apenas confirma o recebimento da solicitação de serviço. O aplicativo do contribuinte deverá realizar uma nova conexão para consultar o resultado do processamento do serviço solicitado anteriormente.

O diagrama a seguir ilustra o fluxo conceitual de comunicação entre o aplicativo do contribuinte e o Portal da Secretaria de Fazenda Estadual:

## Arquitetura de Comunicação – Visão Conceitual



### 3.2 Padrões Técnicos

#### 3.2.1 Padrão de documento XML

##### a) Padrão de Codificação

A especificação do documento XML adotada é a recomendação W3C para XML 1.0, disponível em [www.w3.org/TR/REC-xml](http://www.w3.org/TR/REC-xml) e a codificação dos caracteres será em UTF-8, assim todos os documentos XML serão iniciados com a seguinte declaração:

```
<?xml version="1.0" encoding="UTF-8"?>
```

OBS: Lembrando que cada arquivo XML somente poderá ter uma única declaração `<?xml version="1.0" encoding="UTF-8"?>`. Nas situações em que um documento XML pode conter outros documentos XML, como ocorre com o documento XML de lote de envio de CT-e, deve-se tomar o cuidado para que exista uma única declaração no início do lote.

##### b) Declaração namespace

O documento XML deverá ter uma única declaração de **namespace** no elemento raiz do documento com o seguinte padrão:

```
<CTe xmlns="http://www.portalfiscal.inf.br/cte" > (exemplo para o XML da CT-e)
```

O uso de declaração **namespace** diferente do padrão estabelecido para o Projeto é vedado.

A declaração do **namespace** da assinatura digital deverá ser realizada na própria tag `<Signature>`, conforme exemplo abaixo.

Cada documento XML deverá ter o seu **namespace** individual em seu elemento raiz. No caso específico do lote de envio do CT-e, cada CT-e deverá ter declarado o seu **namespace** individual.

Veja exemplo a seguir:



```
<?xml version="1.0" encoding="UTF-8"?>
<envieCTe xmlns="http://www.portalfiscal.inf.br/cte" versao="1.01">
  <idLote>200602220000001</idLote>

  <CTe xmlns="http://www.portalfiscal.inf.br/cte">

    <infcte Id="CTe31060243816719000108650000000010001234567890" versao="1.01">
      ...
      <Signature xmlns="http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#">
        ...
      </Signature>
    </infcte>
  </CTe>
  <CTe xmlns="http://www.portalfiscal.inf.br/cte">

    <infCTe Id="CTe31060243816719000108650000000010011234567900" versao="1.01">
      ...
      <Signature xmlns="http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#">
        ...
      </Signature>
    </infCTe>
  </CTe>
  <CTe xmlns="http://www.portalfiscal.inf.br/cte">

    <infCTe Id="CTe31060243816719000108650000000010021234567916" versao="1.01">
      ...
      <Signature xmlns="http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#">
        ...
      </Signature>
    </infCTe>
  </CTe>
</envieCTe>
```

### c) Prefixo de namespace

Não é permitida a utilização de prefixos de **namespace**. Essa restrição visa otimizar o tamanho do arquivo XML.

Assim, ao invés da declaração:

`<cte:CTe xmlns:cte="http://www.portalfiscal.inf.br/cte" >` (exemplo para o XML do CT-e com prefixo cte) deverá ser adotado a declaração:

`<CTe xmlns="http://www.portalfiscal.inf.br/cte" >`

### d) Otimização na montagem do arquivo

Na geração do arquivo XML do CT-e, excetuados os campos identificados como obrigatórios no modelo (primeiro dígito da coluna de ocorrências do leiaute iniciada com 1, ex.: 1-1, 1-2, 1-N), não deverão ser incluídas as TAGs de campos com conteúdo zero (para campos tipo numérico) ou vazio (para campos tipo caractere).

Na geração do arquivo XML do CT-e, deverão ser preenchidos no modelo apenas as TAGs de campos identificados como obrigatórios no leiaute ou os campos obrigatórios por força da legislação pertinente. Os campos obrigatórios no leiaute são identificados pelo primeiro dígito da coluna ocorrência ("Ocorr.") do leiaute que inicie com 1, ex.: 1-1, 1-2, 1-N . Os campos obrigatórios por força da legislação pertinente devem ser informados, mesmo que no leiaute seu preenchimento seja facultativo.

A regra constante do parágrafo anterior deverá estender-se para os campos onde não há indicação de obrigatoriedade e que, no entanto, seu preenchimento torna-se obrigatório por estar condicionado à legislação específica ou ao negócio do contribuinte. Neste caso, deverá constar a TAG com o valor correspondente e, para os demais campos, deverão ser eliminadas as TAGs.



Exemplo 1: SubGrupo de Informações de transporte de produtos perigosos (ocorrência 0-1). Será preenchido se a legislação específica o exigir.

Exemplo 2: Informação relacionada com o AFRMM - Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (ocorrência 0-1). Será preenchido somente se o negócio do contribuinte for transporte aquaviário.

Para reduzir o tamanho final do arquivo XML da CT-e alguns cuidados de programação deverão ser assumidos:

- não incluir "zeros não significativos" para campos numéricos;
- não incluir "espaços" ("line-feed", "carriage return", "tab", caractere de "espaço" entre as TAGs.) no início ou no final de campos numéricos e alfanuméricos;
- não incluir comentários no arquivo XML;
- não incluir anotação e documentação no arquivo XML (TAG annotation e TAG documentation);
- não incluir caracteres de formatação no arquivo XML ("line-feed", "carriage return", "tab", caractere de "espaço" entre as TAGs).

#### **d) Validação de Schema**

Para garantir minimamente a integridade das informações prestadas e a correta formação dos arquivos XML, o contribuinte deverá submeter o arquivo do CT-e e as demais mensagens XML para validação pelo Schema do XML (XSD – XML Schema Definition), disponibilizado pela Secretaria de Fazenda Estadual, antes de seu envio.

#### **3.2.2 Padrão de Comunicação**

A comunicação entre o contribuinte e a Secretaria de Fazenda Estadual será baseada em Web Services disponibilizados no Portal da Secretaria de Fazenda Estadual de circunscrição do contribuinte.

O meio físico de comunicação utilizado será a Internet, com o uso do protocolo SSL versão 3.0, com autenticação mútua, que além de garantir um duto de comunicação seguro na Internet, permite a identificação do servidor e do cliente através de certificados digitais, eliminando a necessidade de identificação do usuário através de nome ou código de usuário e senha.

O modelo de comunicação segue o padrão de Web Services definido pelo WS-I Basic Profile.

A troca de mensagens entre os Web Services do Portal da Secretaria de Fazenda Estadual e o aplicativo do contribuinte será realizada no padrão SOAP versão 1.2, com troca de mensagens XML no padrão Style/Encoding: Document/Literal.

A chamada dos diferentes Web Services do Projeto CT-e é realizada com o envio de uma mensagem XML através do campo cteDadosMsg.

A versão do leiaute da mensagem XML contida no campo cteDadosMsg e o código da UF requisitada serão informados nos campos versaoDados e cUF, ambos do tipo string localizados no elemento cteCabecMsg do SOAP header.

Exemplo de uma mensagem requisição padrão SOAP:

```
<?xml version="1.0" encoding="utf-8"?>
<soap12:Envelope xmlns:xsi="http://www.w3.org/2001/XMLSchema-instance"
xmlns:xsd="http://www.w3.org/2001/XMLSchema" xmlns:soap12="http://www.w3.org/2003/05/soap-envelope">
  <soap12:Header>
    <cteCabecMsg xmlns="http://www.portalfiscal.inf.br/cte/wsdl/CteRecepcao">
```



```
<cUF>string</cUF>
<versaoDados>string</versaoDados>
</cteCabecMsg>
</soap12:Header>
<soap12:Body>
  <cteDadosMsg xmlns="http://www.portalfiscal.inf.br/cte/wSDL/CteRecepcao">xml</cteDadosMsg>
</soap12:Body>
</soap12:Envelope>
```

Exemplo de uma mensagem de retorno padrão SOAP:

```
<?xml version="1.0" encoding="utf-8"?>
<soap12:Envelope xmlns:xsi="http://www.w3.org/2001/XMLSchema-instance"
xmlns:xsd="http://www.w3.org/2001/XMLSchema" xmlns:soap12="http://www.w3.org/2003/05/soap-envelope">
  <soap12:Header>
    <cteCabecMsg xmlns="http://www.portalfiscal.inf.br/cte/wSDL/CteRecepcao">
      <cUF>string</cUF>
      <versaoDados>string</versaoDados>
    </cteCabecMsg>
  </soap12:Header>
  <soap12:Body>
    <cteRecepcaoLoteResult
xmlns="http://www.portalfiscal.inf.br/cte/wSDL/CteRecepcao">xml</cteRecepcaoLoteResult>
  </soap12:Body>
</soap12:Envelope>
```

### 3.2.3 Padrão de Certificado Digital

O certificado digital utilizado no Projeto do Conhecimento de Transporte eletrônico será emitido por Autoridade Certificadora credenciada pela Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, tipo A1 ou A3, devendo conter o CNPJ da pessoa jurídica titular do certificado digital no campo otherName OID =2.16.76.1.3.3.

Os certificados digitais serão exigidos em 2 (dois) momentos distintos para o projeto:

- a) **Assinatura de Mensagens:** O certificado digital utilizado para essa função deverá conter o CNPJ do estabelecimento emissor do CT-e ou o CNPJ do estabelecimento matriz. Por mensagens, entenda-se: o Pedido de Autorização de Uso (Arquivo CT-e), o Pedido de Cancelamento de CT-e, o Pedido de Inutilização de Numeração de CT-e e demais arquivos XML que necessitem de assinatura. O certificado digital deverá ter o “uso da chave” previsto para a função de assinatura digital, respeitando a Política do Certificado.
- b) **Transmissão** (durante a transmissão das mensagens entre o servidor do contribuinte e o Portal da Secretaria de Fazenda Estadual): O certificado digital utilizado para identificação do aplicativo do contribuinte deverá conter o CNPJ do responsável pela transmissão das mensagens, mas não necessita ser o mesmo CNPJ do estabelecimento emissor do CT-e, devendo ter a extensão Extended Key Usage com permissão de "Autenticação Cliente".

### 3.2.4 Padrão de Assinatura Digital

As mensagens enviadas ao Portal da Secretaria de Fazenda Estadual são documentos eletrônicos elaborados no padrão XML e devem ser assinados digitalmente com um certificado digital que contenha o CNPJ do estabelecimento matriz ou o CNPJ do estabelecimento emissor do CT-e objeto do pedido.

Os elementos abaixo estão presentes dentro do Certificado do contribuinte tornando



desnecessária a sua representação individualizada no arquivo XML. Portanto, o arquivo XML não deve conter os elementos:

<X509SubjectName>  
<X509IssuerSerial>  
<X509IssuerName>  
<X509SerialNumber>  
<X509SKI>

Deve-se evitar o uso das TAGs relacionadas a seguir, pois as informações serão obtidas a partir do Certificado do emitente:

<KeyValue>  
<RSAKeyValue>  
<Modulus>  
<Exponent>

O Projeto CT-e utiliza um subconjunto do padrão de assinatura XML definido pelo <http://www.w3.org/TR/xmldsig-core/>, que tem o seguinte leiaute:

### Schema XML: xmldsig-core-schema\_v1.01.xsd

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Dec.	Descrição/Observação
XS01	Signature	Raiz	-	-	-	-		
XS02	SignedInfo	G	XS01	-	1-1			Grupo da Informação da assinatura
XS03	CanonicalizationMethod	G	XS02	-	1-1			Grupo do Método de Canonicalização
XS04	Algorithm	A	XS03	C	1-1			Atributo Algorithm de CanonicalizationMethod: <a href="http://www.w3.org/TR/2001/REC-xml-c14n-20010315">http://www.w3.org/TR/2001/REC-xml-c14n-20010315</a>
XS05	SignatureMethod	G	XS02	-	1-1			Grupo do Método de Assinatura
XS06	Algorithm	A	XS05	C	1-1			Atributo Algorithm de SignedMethod: <a href="http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#rsa-sha1">http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#rsa-sha1</a>
XS07	Reference	G	XS02	-	1-1			Grupo de Reference
XS08	URI	A	XS07	C	1-1			Atributo URI da tag Reference
XS10	Transforms	G	XS07	-	1-1			Grupo do algorithm de Transform
XS11	unique_Transf_Algo	RC	XS10	-	1-1			Regra para o atributo Algorithm do Transform ser único.
XS12	Transform	G	XS10	-	2-2			Grupo de Transform
XS13	Algorithm	A	XS12	C	1-1			Atributos válidos Algorithm do Transform: <a href="http://www.w3.org/TR/2001/REC-xml-c14n-20010315">http://www.w3.org/TR/2001/REC-xml-c14n-20010315</a> <a href="http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#enveloped-signature">http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#enveloped-signature</a>
XS14	XPath	E	XS12	C	0-N			XPath
XS15	DigestMethod	G	XS07	-	1-1			Grupo do Método de DigestMethod
XS16	Algorithm	A	XS15	C	1-1			Atributo Algorithm de DigestMethod: <a href="http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#sha1">http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#sha1</a>
XS17	DigestValue	E	XS07	C	1-1			Digest Value (Hash SHA-1 – Base64)
XS18	SignatureValue	G	XS01	-	1-1			Grupo do Signature Value
XS19	KeyInfo	G	XS01	-	1-1			Grupo do KeyInfo
XS20	X509Data	G	XS19	-	1-1			Grupo X509
XS21	X509Certificate	E	XS20	C	1-1			Certificado Digital x509 em Base64

A assinatura do Contribuinte no CT-e será feita na TAG <infCTe> identificada pelo atributo **Id**, cujo conteúdo deverá ser um identificador único (chave de acesso) precedido do literal 'CTe' para cada CT-e, conforme leiaute descrito no Anexo I. O identificador único precedido do literal '#CTe' deverá ser informado no atributo URI da TAG <Reference>. Para as demais mensagens a



serem assinadas, o processo é o mesmo mantendo sempre um identificador único para o atributo **Id** na TAG a ser assinada. Segue um exemplo:





```
<CTe xmlns="http://www.portalfiscal.inf.br/cte" >
  <infCTe Id="CTe3106024381671900010865000000010001234567897" versao="1.00">
    ...
  </infCTe>
  <Signature xmlns="http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#">
    <SignedInfo>
      <CanonicalizationMethod Algorithm="http://www.w3.org/TR/2001/REC-xml-c14n-20010315"/>
      <SignatureMethod Algorithm="http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#rsa-sha1" />
      <Reference URI="#CTe3106024381671900010865000000010001234567897">
        <Transforms>
          <Transform Algorithm="http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#enveloped-signature"/>
          <Transform Algorithm="http://www.w3.org/TR/2001/REC-xml-c14n-20010315"/>
        </Transforms>
        <DigestMethod Algorithm="http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#sha1"/>
        <DigestValue>vFL68WETQ+mvj1aJAMDx+oVi928=</DigestValue>
      </Reference>
    </SignedInfo>
    <SignatureValue>IhXNhbdL1F9UGb2ydVc5v/gTB/y6r0KIFaf5evUi1i ...</SignatureValue>
    <KeyInfo>
      <X509Data>
        <X509Certificate>MIIFazCCBF0gAwIBAgIQaHEfNaxSeOEevZGIVDANB ... </X509Certificate>
      </X509Data>
    </KeyInfo>
  </Signature>
</CTe>
```

Para o processo de assinatura, o contribuinte não deve fornecer a Lista de Certificados Revogados, já que a mesma será montada e validada em cada Portal de Secretaria de Fazenda Estadual no momento da conferência da assinatura digital.

A assinatura digital do documento eletrônico deverá atender aos seguintes padrões adotados:

- a) **Padrão de assinatura:** “XML Digital Signature”, utilizando o formato “Enveloped” (<http://www.w3.org/TR/xmldsig-core/>);
- b) **Certificado digital:** Emitido por AC credenciada no ICP-Brasil (<http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#X509Data>);
- c) **Cadeia de Certificação:** EndCertOnly (Incluir na assinatura apenas o certificado do usuário final);
- d) **Tipo do certificado:** A1 ou A3 (o uso de HSM é recomendado);
- e) **Tamanho da Chave Criptográfica:** Compatível com os certificados A1 e A3 (1024 bits);
- f) **Função criptográfica assimétrica:** RSA (<http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#rsa-sha1>);
- g) **Função de “message digest”:** SHA-1 (<http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#sha1>);
- h) **Codificação:** Base64 (<http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#base64>);
- i) **Transformações exigidas:** Útil para realizar a canonicalização do XML enviado para realizar a validação correta da Assinatura Digital. São elas:
  - (1) Enveloped (<http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#enveloped-signature>)
  - (2) C14N (<http://www.w3.org/TR/2001/REC-xml-c14n-20010315>)

### 3.2.5 Validação de Assinatura Digital pela Secretaria de Fazenda Estadual

Para a validação da assinatura digital, seguem as regras que serão adotadas pelas Secretarias de Fazenda Estaduais:

- (1) Extrair a chave pública do certificado;
- (2) Verificar o prazo de validade do certificado utilizado;
- (3) Montar e validar a cadeia de confiança dos certificados validando também a LCR (Lista de Certificados Revogados) de cada certificado da cadeia;
- (4) Validar o uso da chave utilizada (Assinatura Digital) de tal forma a aceitar certificados somente do tipo A (não serão aceitos certificados do tipo S);



- (5) Garantir que o certificado utilizado é de um usuário final e não de uma Autoridade Certificadora;
- (6) Adotar as regras definidas pelo RFC 3280 para LCRs e cadeia de confiança;
- (7) Validar a integridade de todas as LCR utilizadas pelo sistema;
- (8) Prazo de validade de cada LCR utilizada (verificar data inicial e final).

A forma de conferência da LCR fica a critério de cada Secretaria de Fazenda Estadual, podendo ser feita de 2 (duas) maneiras: On-line ou Download periódico. As assinaturas digitais das mensagens serão verificadas considerando a lista de certificados revogados disponível no momento da conferência da assinatura.

### 3.2.6 Resumo dos Padrões Técnicos

A tabela a seguir resume os principais padrões de tecnologia utilizados:

Característica	Descrição
Web Services	Padrão definido pelo WS-I Basic Profile 1.1 ( <a href="http://www.ws-i.org/Profiles/BasicProfile-1.1-2004-08-24.html">http://www.ws-i.org/Profiles/BasicProfile-1.1-2004-08-24.html</a> ).
Meio lógico de comunicação	Web Services, disponibilizados pelo Portal da Secretaria de Fazenda Estadual.
Meio físico de comunicação	Internet
Protocolo Internet	SSL versão 3.0, com autenticação mútua através de certificados digitais.
Padrão de troca de mensagens	SOAP versão 1.2.
Padrão da mensagem	XML no padrão Style/Encoding: Document/Literal.
Padrão de certificado digital	X.509 versão 3, emitido por Autoridade Certificadora credenciada pela Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, do tipo A1 ou A3, devendo conter o CNPJ do proprietário do certificado digital.  Para assinatura de mensagens, utilizar o certificado digital do estabelecimento matriz ou do estabelecimento emissor do CT-e.  Para transmissão, utilizar o certificado digital do responsável pela transmissão.
Padrão de assinatura digital	XML Digital Signature, Enveloped, com certificado digital X.509 versão 3, com chave privada de 1024 bits, com padrões de criptografia assimétrica RSA, algoritmo message digest SHA-1 e utilização das transformações Enveloped e C14N.
Validação de assinatura digital	Será validada além da integridade e autoria, a cadeia de confiança com a validação das LCRs.
Padrões de preenchimento XML	<ul style="list-style-type: none"><li>• Campos não obrigatórios do Schema que não possuam conteúdo terão suas tags suprimidas no arquivo XML.</li><li>• Máscara de números decimais e datas estão definidas no Schema XML.</li><li>• Nos campos numéricos inteiro, não incluir a vírgula ou ponto decimal.</li><li>• Nos campos numéricos com casas decimais, utilizar o “ponto decimal” na separação da parte inteira.</li></ul>

### 3.3 Modelo operacional

A forma de processamento das solicitações de serviços no Conhecimento de Transporte eletrônico pode ser síncrona, caso o atendimento da solicitação de serviço seja realizada na mesma conexão, ou assíncrona, quando o processamento do serviço solicitado não é atendido na mesma conexão, nesta situação torna-se necessária a realização de mais uma conexão para a obtenção do resultado do processamento.

As solicitações de serviços que exigem processamento intenso serão executadas de forma assíncrona e as demais solicitações de serviços de forma síncrona.

Assim, os serviços do CT-e serão implementados da seguinte forma:

Serviço	Implementação
Recepção de CT-e	Assíncrona
Cancelamento de CT-e	Síncrona
Inutilização de Numeração de CT-e	Síncrona
Consulta da situação atual do CT-e	Síncrona
Carta de Correção de CT-e	Síncrona
Consulta do status do serviço	Síncrona

#### 3.3.1 Serviços síncronos

As solicitações de serviços de implementação síncrona são processadas imediatamente e o resultado do processamento é obtido em uma única conexão.

A seguir, o fluxo simplificado de funcionamento:

##### Serviço de Implementação síncrona



Etapas do processo ideal:

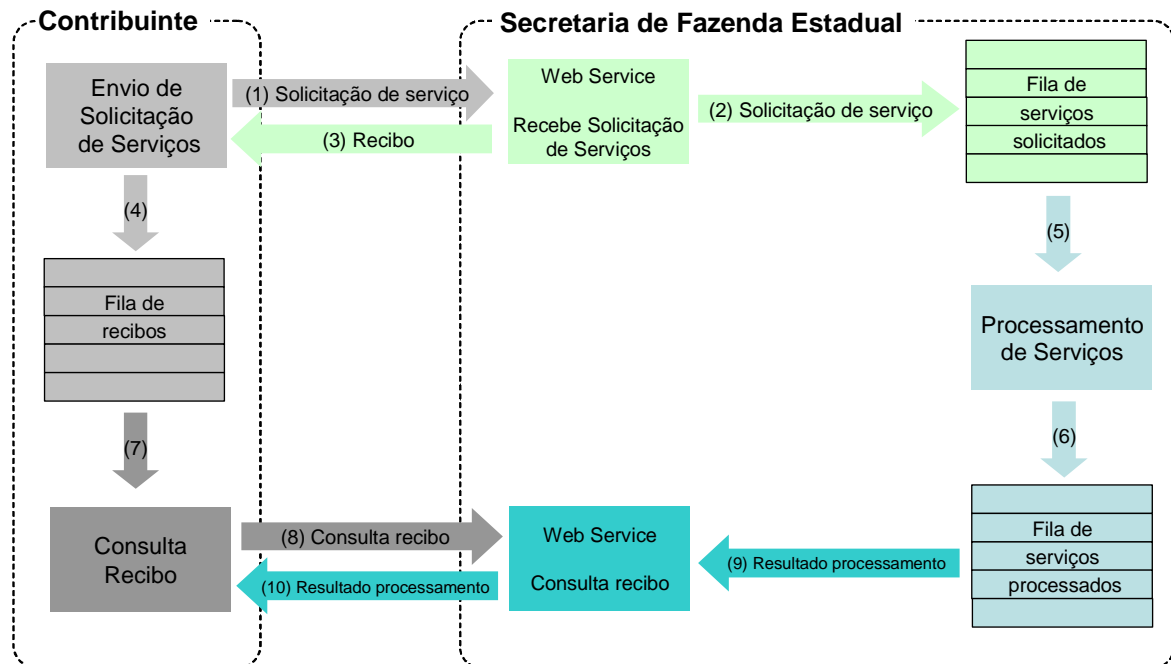
- (1) O aplicativo do contribuinte inicia a conexão enviando uma mensagem de solicitação de serviço para o Web Service;
- (2) O Web Service recebe a mensagem de solicitação de serviço e encaminha ao aplicativo do CT-e que irá processar o serviço solicitado;
- (3) O aplicativo do CT-e recebe a mensagem de solicitação de serviço e realiza o processamento, devolvendo uma mensagem de resultado do processamento ao Web Service;
- (4) O Web Service recebe a mensagem de resultado do processamento e o encaminha ao aplicativo do contribuinte;
- (5) O aplicativo do contribuinte recebe a mensagem de resultado do processamento e, caso não exista outra mensagem, encerra a conexão.

### 3.3.2 Serviços assíncronos

As solicitações de serviços de implementação assíncrona são processadas de forma distribuída por vários processos e o resultado do processamento somente é obtido na segunda conexão.

A seguir o fluxo simplificado de funcionamento:

#### Serviço de Implementação assíncrona



Etapas do processo ideal:

- (1) O aplicativo do contribuinte inicia a conexão enviando uma mensagem de solicitação de serviço para o Web Service de recepção de solicitação de serviços;
- (2) O Web Service de recepção de solicitação de serviços recebe a mensagem de solicitação de serviço e a coloca na fila de serviços solicitados, acrescentando o CNPJ do transmissor obtido do certificado digital do transmissor;
- (3) O Web Service de recepção de solicitação de serviços retorna o recibo da solicitação de serviço e a data e hora de recebimento da mensagem no Web Service;
- (4) O aplicativo do contribuinte recebe o recibo e o coloca na fila de recibos de serviços solicitados e ainda não processados e, caso não exista outra mensagem, encerra a conexão;
- (5) Na Secretaria de Fazenda Estadual a solicitação de serviços é retirada da fila de serviços solicitados pelo aplicativo do CT-e;
- (6) O serviço solicitado é processado pelo aplicativo do CT-e e o resultado do processamento é colocado na fila de serviços processados;
- (7) O aplicativo do contribuinte retira um recibo da fila de recibos de serviços solicitados;
- (8) O aplicativo do contribuinte envia uma consulta de recibo, iniciando uma conexão com o Web Service "Consulta Recibo (CTeRetRecepcao)";
- (9) O Web Service "Consulta Recibo" recebe a mensagem de consulta recibo e localiza o resultado de processamento da solicitação de serviço;





O tempo médio de resposta que mede a performance do serviço de processamento dos lotes é calculado com base no tempo decorrido entre o momento de recebimento da mensagem e o momento de armazenamento do resultado do processamento da solicitação de serviço na fila de saída.

**Nota:** O termo fila é utilizado apenas para designar um repositório de recibos emitidos. A implementação da fila poderá ser feita através de Banco de Dados ou qualquer outra forma, sendo transparente ao contribuinte que realizará a consulta do processamento efetuado (processos assíncronos).

### 3.4 Padrão de mensagens dos Web Services

As chamadas dos Web Services disponibilizados pelas Secretarias de Fazenda Estaduais ou Receita Federal do Brasil e os respectivos resultados do processamento são realizadas através das mensagens com o seguinte padrão:

Padrão de Mensagem de chamada/retorno de Web Service

cUF	versaoDados	Estrutura XML definida na documentação do Web Service
-----	-------------	---

Elemento cteCabecMsg (SOAP Header)

Área de dados (SOAP Body)

- **cUF** – código da UF de origem da mensagem.
- **versaoDados** - versão do leiaute da estrutura XML informado na área de dados.
- **Área de Dados** – estrutura XML variável definida na documentação do Web Service acessado.

#### 3.4.1 Informações de controle e área de dados das mensagens

As informações de controle das chamadas dos Web Services são armazenadas no elemento cteCabecMsg do SOAP Header e servem para identificar a UF de origem do emissor e a versão do leiaute da estrutura XML armazenada na área de dados da mensagem:

```
<soap12:Header>
  <cteCabecMsg xmlns="http://www.portalfiscal.inf.br/cte/wSDL/CteRecepcao">
    <cUF>string</cUF>
    <versaoDados>string</versaoDados>
  </cteCabecMsg>
</soap12:Header>
```

A informação armazenada na área de dados é um documento XML que deve atender o leiaute definido na documentação do Web Service acessado:

```
<soap12:Body>
  <cteDadosMsg xmlns="http://www.portalfiscal.inf.br/cte/wSDL/CteRecepcao">xml</cteDadosMsg>
</soap12:Body>
```

#### 3.4.2 Validação da estrutura XML das Mensagens dos Web Services

As informações são enviadas ou recebidas dos Web Services através de mensagens no padrão XML definido na documentação de cada Web Service.



As alterações de leiaute e da estrutura de dados XML realizadas nas mensagens são controladas através da atribuição de um número de versão para a mensagem.

Um Schema XML é uma linguagem que define o conteúdo do documento XML, descrevendo os seus elementos e a sua organização, além de estabelecer regras de preenchimento de conteúdo e de obrigatoriedade de cada elemento ou grupo de informação.

A validação da estrutura XML da mensagem é realizada por um analisador sintático (parser) que verifica se a mensagem atende as definições e regras de seu Schema XML.

Qualquer divergência da estrutura XML da mensagem em relação ao seu Schema XML, provoca um erro de validação do Schema XML.

A primeira condição para que a mensagem seja validada com sucesso é que ela seja submetida ao Schema XML correto.

Assim, o aplicativo do contribuinte deve estar preparado para gerar as mensagens no leiaute em vigor, devendo ainda informar a versão do leiaute da estrutura XML da mensagem no campo `versaoDados` do elemento `cteCabecMsg` do SOAP Header.

```
<soap12:Header>
  <cteCabecMsg xmlns="http://www.portalfiscal.inf.br/cte/wSDL/CteRecepcao">
    <cUF>35</cUF>
    <versaoDados>1.00</versaoDados>
  </cteCabecMsg>
</soap12:Header>
```

### 3.4.3 Schemas XML das Mensagens dos Web Services

Toda mudança de leiaute das mensagens dos Web Services implica na atualização do seu respectivo Schema XML.

A identificação da versão dos Schemas será realizada com o acréscimo do número da versão no nome do arquivo precedida da literal ‘\_v’, como segue:

`cte_v1.00.xsd` (Schema XML do CTe, versão 1.00);  
`tiposGeral_v10.15.xsd` (Schema XML dos tipos do CTe, versão 10.15).

A maioria dos Schemas XML do CT-e utilizam as definições de tipos básicos ou tipos complexos que estão definidos em outros Schemas XML (ex.: `tiposGeral_v1.00.xsd`, etc.), nestes casos, a modificação de versão do Schema básico será repercutida no Schema principal.

Por exemplo, o tipo numérico de 15 posições com 2 decimais é definido no Schema `tiposGeral_v1.01.xsd`, caso ocorra alguma modificação na definição deste tipo, todos os Schemas que utilizam este tipo básico devem ter a sua versão atualizada e as declarações “import” ou “include” devem ser atualizadas com o nome do Schema básico atualizado.

#### Exemplo de Schema XML

```
<?xml version="1.0" encoding="UTF-8"?>
<xs:schema xmlns:ds="http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#"
  xmlns:xs="http://www.w3.org/2001/XMLSchema" xmlns="http://www.portalfiscal.inf.br/cte"
  targetNamespace="http://www.portalfiscal.inf.br/cte" elementFormDefault="qualified"
  attributeFormDefault="unqualified">
  <xs:import namespace="http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#" schemaLocation="xmldsig-core-
  schema_v1.01.xsd"/>
  <xs:include schemaLocation="tiposGeral_v1.01.xsd"/>
  <xs:element name="CTe">
    <xs:annotation>
      <xs:documentation>Conhecimento de Transporte Eletrônico</xs:documentation>
    </xs:annotation>
```





As modificações de leiaute das mensagens dos Web Services podem ser causadas por necessidades técnicas ou em razão da modificação de alguma legislação. As modificações decorrentes de alteração da legislação deverão ser implementadas nos prazos previstos na norma que introduziu a alteração. As modificações de ordem técnica serão divulgadas pela Coordenação Técnica do ENCAT e poderão ocorrer sempre que se fizerem necessárias.

### 3.5 Versão dos Schemas

#### 3.5.1 Liberação das versões dos Schemas para o Conhecimento de Transporte Eletrônico – CT-e

Os schemas válidos para o Conhecimento de Transporte Eletrônico serão disponibilizados no sítio nacional do Projeto ([www.cte.fazenda.gov.br](http://www.cte.fazenda.gov.br)), e serão liberados após autorização da equipe de Gestão do Projeto formada pelos Líderes dos Projetos nos Estados e representante das Empresas.

A cada nova liberação de schema será disponibilizado um arquivo compactado contendo o conjunto de schemas a serem utilizados pelas empresas para a geração dos arquivos XML. Este arquivo será denominado “Pacote de Liberação” e terá a mesma numeração da versão do Manual de Integração que lhe é compatível. Os pacotes de liberação serão identificados pelas letras “PL\_CTe”, seguida do número da versão do Manual de Integração correspondente. Exemplificando: O pacote PL\_CTe\_1.00.zip representa o “Pacote de Liberação” de schemas do Conhecimento de Transporte eletrônico compatíveis com o Manual de Integração do Contribuinte – versão 1.00.

Os schemas XML das mensagens XML são identificados pelo seu nome, seguido da versão do respectivo schema.

Assim, para o schema XML de “Envio de Lotes de Conhecimento de Transporte Eletrônico”, corresponderá um arquivo com a extensão “.xsd”, que terá o nome de “cteEnvLote\_v9.99.xsd”, onde v9.99, corresponde a versão do respectivo schema.

Para identificar quais os schemas que sofreram alteração em um determinado pacote liberado, deve-se comparar o número da versão do schema deste pacote com o do pacote anterior.

Exemplificando:

PACOTE	PL_CTe_ 1.00.ZIP	PL_CTe_ 1.01.ZIP
DATA LIBERAÇÃO	01/04/2008	01/06/2008
SCHEMAS	cteEnvLote_v1.00.xsd	cteEnvLote_v1.30.xsd
	inutCTe_v1.00.xsd	inutCTe_v1.00.xsd
	cancCTe_v1.00.xsd	cancCTe_v1.00.xsd
	tiposGeral_v1.00.xsd	tiposGeral_v1.01.xsd

#### 3.5.2 Pacote de Liberação Preliminar

Após a divulgação de uma nova versão do Manual de Integração do Contribuinte, será divulgado um pacote de liberação preliminar com vigência limitada até o início da fase de disponibilização do ambiente de homologação.

Durante este período, os novos Schemas XML serão avaliados e testados para a identificação de eventuais falhas de implementação das alterações realizadas no Manual de Integração do Contribuinte.





O PL preliminar será identificado com o acréscimo da literal 'pre' na identificação do pacote, como por exemplo: PL\_CTe\_1.00pre.zip.

### **3.5.3 Pacote de Liberação de Homologação e Pacote de liberação definitivo**

Para o ambiente de homologação será divulgado um pacote de liberação de homologação que será identificado com o acréscimo da literal 'hom' na identificação do pacote, como por exemplo: PL\_CTe\_100hom.zip.

A principal característica do pacote de liberação de homologação é seu uso estar restrito ao ambiente de homologação por aceitar somente mensagens XML com tpAmb=2-homologação.

O pacote de liberação definitivo será divulgado na véspera da data de início da vigência do ambiente de produção.

### **3.5.4 Correção de Pacote de Liberação**

Em alguma situação pode surgir a necessidade de correção de um Schema XML por um erro de implementação de regra de validação, obrigatoriedade de campo, nome de tag divergente do definido no leiaute da mensagem, que não modifica a estrutura do Schema XML e nem exige a alteração dos aplicativos da SEFAZ ou dos contribuintes.

Nesta situação, divulgaremos um novo pacote de liberação com o Schema XML corrigido, sem modificar o número da versão do PL para manter a compatibilidade com o Manual de Integração do Contribuinte vigente.

A identificação dos pacotes mais recentes se dará com o acréscimo de letras minúscula do alfabeto, como por exemplo: CTe\_PL\_1.00a.ZIP, indicando que se trata da primeira versão corrigida do CTe\_PL\_1.00.ZIP

### **3.5.5 Divulgação de novos Pacotes de Liberação**

A divulgação de novos pacotes de liberação ou atualizações de pacote de liberação será realizada através da publicação de Notas Técnicas no Portal Nacional do CT-e ([www.cte.fazenda.gov.br](http://www.cte.fazenda.gov.br)) com as informações necessárias para a implementação dos novos pacotes de liberação.

### **3.5.6 Controle de Versão**

O controle de versão de cada um dos schemas válidos do Conhecimento de Transporte Eletrônico compreende uma definição nacional sobre:

- qual a versão vigente (versão mais atualizada);
- quais são as versões anteriores ainda suportadas por todas as SEFAZ.

Este controle de versão permite a adaptação dos sistemas de informática das empresas participantes do Projeto em diferentes datas. Ou seja, algumas empresas poderão estar com uma versão de leiaute mais atualizada, enquanto outras empresas poderão ainda estar operando com mensagens em um leiaute anterior.

Não estão previstas mudanças freqüentes de leiaute de mensagens e as empresas deverão ter um prazo razoável para implementar as mudanças necessárias, conforme acordo operacional a ser estabelecido.

Mensagens recebidas com uma versão de leiaute não suportada serão rejeitadas com uma mensagem de erro específica na versão do leiaute de resposta mais recente em uso.



### **3.6 SEFAZ VIRTUAL**

A Secretaria de Fazenda Estadual pode optar por não desenvolver sistema próprio de autorização do Conhecimento de Transporte Eletrônico para os contribuintes de sua circunscrição. Neste sentido, os serviços de autorização de emissão do CT-e serão supridos por uma SEFAZ VIRTUAL, mediante Protocolo de Cooperação assinado entre as SEFAZ e/ou entre a SEFAZ e a RFB.

Os serviços da SEFAZ VIRTUAL compreendem os Web Services descritos no Modelo Conceitual da Arquitetura de Comunicação, conforme consta no item 3.1 do Manual de Integração com o Contribuinte,

A responsabilidade sobre o credenciamento e sobre a autorização para o contribuinte usar os serviços de uma determinada SEFAZ VIRTUAL é da SEFAZ de circunscrição do contribuinte.

Para os sistemas das Empresas, deve ser totalmente transparente se os serviços estão sendo disponibilizados pela SEFAZ VIRTUAL ou por um sistema de autorização da própria SEFAZ de circunscrição do contribuinte. A única mudança visível é no endereço dos Web Services onde ficam disponibilizados os serviços.



## 4. Web Services

Os Web Services disponibilizam os serviços que serão utilizados pelos aplicativos dos contribuintes. O mecanismo de utilização dos Web Services segue as seguintes premissas:

a) Será disponibilizado um Web Service por serviço, existindo um método para cada tipo de serviço;

b) Para os serviços assíncronos, o método de envio retorna uma mensagem de confirmação de recebimento da solicitação de serviço com o recibo e a data e hora local de recebimento da solicitação ou retorna uma mensagem de erro.

A Secretaria de Fazenda Estadual autorizada se compromete a processar os lotes de conhecimentos de transportes recebidos em até 3 minutos em no mínimo 95% do total do volume recebido no período de 24 horas. Este indicador de performance será constantemente avaliado e aperfeiçoado pelo Comitê Gestor e os contribuintes emissores de CT-e.

A qualquer momento as empresas poderão verificar a performance do serviço de processamento dos lotes, verificando o tempo médio de resposta do serviço nos últimos 5 minutos. A empresa poderá optar por entrar em contingência, ou seja, emitir o DANFE em formulário de segurança, caso julgue que o tempo de resposta não seja aceitável.

No recibo de recepção do lote, também será informado o tempo médio de resposta do serviço nos últimos 5 minutos.

Cada Portal de Secretaria de Fazenda Estadual disponibilizará o resultado do processamento do lote por um período mínimo de 24 horas (cteConsLote). Após o término do processamento, a informação da situação atual de cada conhecimento de transporte será disponibilizada para consulta individual (consSitCTe).

c) Para os serviços síncronos, o envio da solicitação e a obtenção do retorno serão realizados na mesma conexão através de um único método.

d) As URLs dos Web Services encontram-se no Anexo IV deste manual e no Portal do Ambiente Nacional ([www.nfe.fazenda.gov.br](http://www.nfe.fazenda.gov.br)). Acessando a URL pode ser obtido o WSDL (Web Services Description Language) de cada Web Service.

e) O processo de utilização dos Web Services sempre é iniciado pelo contribuinte enviando uma mensagem nos padrões XML e SOAP, através do protocolo SSL com autenticação mútua.

f) A ocorrência de qualquer erro na validação dos dados recebidos interrompe o processo com a disponibilização de uma mensagem contendo o código e a descrição do erro.

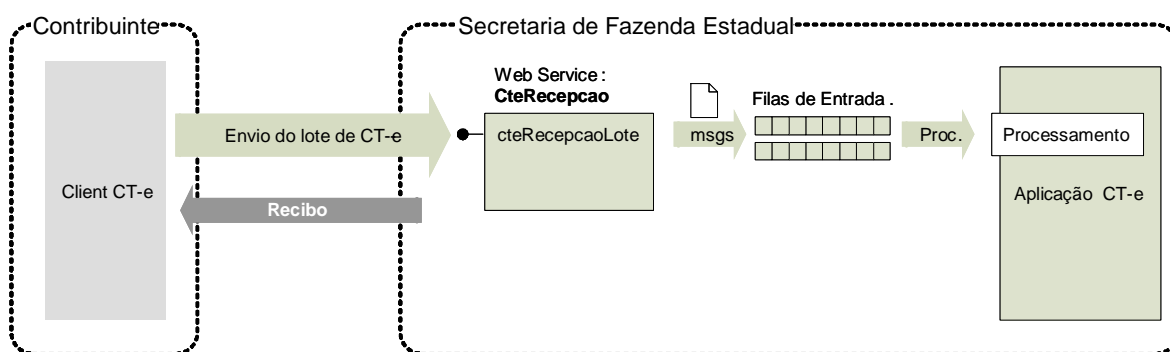
## 4.1 Serviço de Recepção de CT-e

O Serviço de Recepção de CT-e é o serviço oferecido pelos Portais das Secretarias da Fazenda dos Estados para recepção dos CT-e emitidos pelos contribuintes credenciados em sua unidade federada.

A forma de processamento do serviço de recepção de CT-e é assíncrona. O contribuinte deve transmitir o lote de CT-e através do Web Service de recepção de lote de CT-e e buscar o resultado do processamento do Lote de CT-e no Web Service de consulta resultado de processamento de lote

### 4.1.1 Web Service – CteRecepcao

#### Transmissão de Lote de CT-e



**Função:** serviço destinado à recepção de mensagens de lote de CT-e.

**Processo:** assíncrono.

**Método:** cteRecepcaoLote

### 4.1.2 Leiaute Mensagem de Entrada

**Entrada:** Estrutura XML com o lote de conhecimento de transporte

**Schema XML: enviCte\_v99.99.xsd**

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Dec.	Descrição/Observação
AP01	enviCTe	Raiz	-	-	-	-		TAG raiz
AP02	Versão	A	AP01	N	1-1	1-4	2	Versão do leiaute
AP03	idLote	E	AP01	N	1-1	1-15		Identificador de controle do envio do lote. Número seqüencial auto-incremental, de controle correspondente ao identificador único do lote enviado. A responsabilidade de gerar e controlar esse número é exclusiva do contribuinte.
AP04	CTe	G	AP01	xml	1-50	-		Conjunto de CT-e transmitidos (máximo de 50 CT-e), seguindo definição do Anexo I - Leiaute do CT-e. O tamanho máximo do lote de 500k pode limitar a quantidade máxima de CT-e também).

**4.1.3 Leiaute Mensagem de Retorno**

**Retorno:** Estrutura XML com a mensagem do resultado da transmissão.

**Schema XML: retEnviCte\_v99.99.xsd**

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Dec.	Descrição/Observação
AR01	retEnviCte	Raiz	-	-	-	-		TAG raiz da Resposta
AR02	versao	A	AR01	N	1-1	1-4	2	Versão do leiaute
AR03	tpAmb	E	AR01	N	1-1	1		Identificação do Ambiente: 1 – Produção / 2 - Homologação
AR03a	cUF	E	AR01	N	1-1	2		Código da UF que atendeu a solicitação.
AR04	verAplic	E	AR01	C	1-1	1-20		Versão do Aplicativo que recebeu o Lote.
AR05	cStat	E	AR01	N	1-1	3		Código do status da resposta (vide item 5.1.1)
AR06	xMotivo	E	AR01	C	1-1	1-255		Descrição literal do status da resposta
AR07	infRec	G	AR01	-	0-1	-		Dados do Recibo do Lote (Só é gerado se o Lote for aceito)
AR08	nRec	E	AR07	N	1-1	15		Número do Recibo gerado pelo Portal da Secretaria de Fazenda Estadual, composto por duas posições com o Código da UF (codificação do IBGE) onde foi entregue o Lote, uma posição para o Tipo de Autorizador e doze posições numéricas seqüenciais (vide item 5.5)
AR09	dhRecbto	E	AR07	D	1-1	-		Data e Hora do Recebimento Formato = AAAA-MM-DDTHH:MM:SS Preenchido com data e hora do recebimento do lote.
AR10	tMed	E	AR07	N	1-1	N	1-4	Tempo médio de resposta do serviço (em segundos) dos últimos 5 minutos (vide item 5.7). Nota: Caso o tempo médio de resposta fique abaixo de 1 (um) segundo, o tempo será informado como 1 segundo. Arredondar as frações de segundos para cima.

As mensagens recebidas com erro geram uma mensagem de erro. Nas demais hipóteses será retornado um recibo com número, data, hora local de recebimento e tempo médio de resposta do serviço nos últimos 5 minutos.

O número do recibo gerado pelo Portal da Secretaria de Fazenda Estadual será a chave de acesso do serviço de consulta ao resultado do processamento do lote.



#### 4.1.4 Descrição do Processo de Recepção de Lotes de CT-e

Este método será responsável por receber as mensagens de envio de lotes de CT-e e colocá-las na fila de entrada.

Existe um limite de até 50 CT-e por lote. O agrupamento destes CT-e dentro do lote deve ser feito, por uma restrição operacional e de controle, respeitando a regra em que todos os CT-e do lote devam ser do mesmo estabelecimento (mesmo CNPJ e IE do emitente).

O tamanho máximo do lote de CT-e é limitado em 500k, assim o contribuinte deve compor um lote de envio de CT-e que não ultrapasse este limite, mesmo que a quantidade de CT-e do lote esteja dentro do limite de 50 conhecimentos.

Deverão ser realizadas as validações e procedimentos que seguem.

#### 4.1.5 Validação do Certificado de Transmissão

Validação do Certificado Digital do Transmissor (protocolo SSL)				
#	Regra de Validação	Crítica	Msg	Efeito
A01	Certificado de Transmissor Inválido: - Certificado de Transmissor inexistente na mensagem - Versão difere "3" - Basic Constraint = true (não pode ser Certificado de AC) - KeyUsage não define "Autenticação Cliente"	Obrig.	280	Rej.
A02	Validade do Certificado (data início e data fim)	Obrig.	281	Rej.
A03	Verifica a Cadeia de Certificação: - Certificado da AC emissora não cadastrado na SEFAZ - Certificado de AC revogado - Certificado não assinado pela AC emissora do Certificado	Obrig.	283	Rej.
A04	LCR do Certificado de Transmissor - Falta o endereço da LCR (CRL DistributionPoint) - LCR indisponível - LCR inválida	Obrig.	286	Rej.
A05	Certificado do Transmissor revogado	Obrig.	284	Rej.
A06	Certificado Raiz difere da "ICP-Brasil"	Obrig.	285	Rej.
A07	Falta a extensão de CNPJ no Certificado (OtherName - OID=2.16.76.1.3.3)	Obrig.	282	Rej.

As validações de A01, A02, A03, A04 e A05 são realizadas pelo protocolo SSL e não precisam ser implementadas. A validação A06 também pode ser realizada pelo protocolo SSL, mas pode falhar se existirem outros certificados digitais de Autoridade Certificadora Raiz que não sejam "ICP-Brasil" no repositório de certificados digitais do servidor de Web Service da SEFAZ.

#### 4.1.6 Validação Inicial da Mensagem no Web Service

Validação Inicial da Mensagem no Web Service				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
B01	Tamanho do XML de Dados superior a 500 Kbytes	Obrig.	214	Rej.
B02	XML de Dados Mal Formado	Facult.	243	Rej.
B03	Verifica se o Servidor de Processamento está Paralisado Momentaneamente	Obrig.	108	Rej.
B04	Verifica se o Servidor de Processamento está Paralisado sem Previsão	Obrig.	109	Rej.



A mensagem será descartada se o tamanho exceder o limite previsto (500 KB). A aplicação do contribuinte não poderá permitir a geração de mensagem com tamanho superior a 500 KB. Caso isto ocorra, a conexão poderá ser interrompida sem mensagem de erro se o controle do tamanho da mensagem for implementado por configurações do ambiente de rede da SEFAZ (ex.: controle no firewall). No caso de controle de tamanho ter sido implementado por aplicativo, teremos a devolução da mensagem de erro 214.

No momento do recebimento da mensagem no Web Service, a critério de cada unidade federada, poderá ser verificado se o XML de dados esteja bem formado. Esta verificação é útil para as UF que desejam armazenar o XML de dados em estrutura XML de banco de dados.

As unidades federadas que mantêm o Web Service disponível mesmo quando o serviço esteja paralisado, deverão implementar as validações 108 e 109. Estas validações poderão ser dispensadas caso o Web Service não fique disponível quando o serviço estiver paralisado.

#### 4.1.7 Validação das informações de controle da chamada ao Web Service

Validação das informações de controle da chamada ao Web Service				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
C01	Elemento cteCabecMsg inexistente no SOAP Header	Facult.	242	Rej.
C02	Campo cUF inexistente no elemento cteCabecMsg do SOAP Header	Obrig.	409	Rej.
C03	Verificar se a UF informada no campo cUF é atendida pelo Webservice	Obrig.	410	Rej.
C04	Campo versaoDados inexistente no elemento cteCabecMsg do SOAP Header	Obrig.	411	Rej.
C05	Versão dos Dados informada é superior à versão vigente	Facult.	238	Rej.
C06	Versão dos Dados não suportada	Obrig.	239	Rej.

A informação da versão do leiaute do lote e a UF de origem do emissor de CT-e são informados no elemento cteCabecMsg do SOAP Header (para maiores detalhes vide item 3.4.1).

A aplicação deverá validar os campos cUF e versaoDados, rejeitando o lote recebido em caso de informações inexistentes ou inválidas.

O campo versaoDados contém a versão do Schema XML da mensagem contida na área de dados que deve ser utilizado pelo Servidor de Processamento do CT-e na validação do Schema XML do lote. Cabe ressaltar que um lote deve conter somente CT-e da mesma versão.

#### 4.1.8 Geração da Resposta com o Recibo

Não existindo qualquer problema nas validações, o aplicativo deverá gerar um número de recibo de lote (vide item 5.5) e gravar a mensagem juntamente com o CNPJ do transmissor, versão da mensagem e o código da UF de origem.

Após a gravação da mensagem na fila de entrada, será retornada uma mensagem de confirmação de recebimento para o transmissor, com as seguintes informações:

- identificação do ambiente;
- versão do aplicativo;
- o código 103 e o literal "Lote recebido com Sucesso";



- o código da UF que atendeu a solicitação;
- o número do recibo (vide item 5.5), com data, hora local de recebimento da mensagem;
- tempo médio de resposta do serviço de processamento dos lotes nos últimos 5 minutos (vide detalhamento da forma de cálculo no item 5.7).

Caso ocorra algum problema de validação, o aplicativo deverá retornar uma mensagem com as seguintes informações:

- a identificação do ambiente;
- a versão do aplicativo;
- o código e a respectiva mensagem de erro (vide a tabela do item 5.1.1);
- o código da UF que atendeu a solicitação;

#### 4.1.9 Descrição do Processamento do Lote de CT-e

O processamento de Lote de CT-e recepcionado é realizado pelo Servidor de Processamento de CT-e que consome as mensagens armazenadas na fila de entrada pelo método CteRecepcao que faz a validação de forma e das regras de negócio e armazena o resultado do processamento na fila de saída.

#### 4.1.10 Validação da área de Dados

##### a) Validação de forma da área de dados

A validação de forma da área de dados da mensagem é realizada com a seguinte regra:

Validação da área de dados da mensagem				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
D01	Verifica Schema XML da Área de Dados	Obrig.	225	Rej.
D02	Verifica o uso de prefixo no namespace	Obrig.	404	Rej.
D03	Verifica se o XML utiliza codificação diferente de UTF-8	Obrig.	402	Rej.
D04	Verifica se o lote contém CT-e de mais de um estabelecimento emissor (considerar o CNPJ e IE do emitente de cada CT-e)	Obrig.	457	Rej.

Como a validação do Schema XML é realizada em toda mensagem de entrada, a existência de um erro em um CT-e implica na rejeição de todo o lote.

##### b) Validação do Certificado Digital de Assinatura

Nesta fase são extraídos todos os CT-e das mensagens de envio de lote e validadas as seguintes regras de negócio para cada CT-e:

Validação do Certificado Digital utilizado na Assinatura Digital do CT-e				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
E01	Certificado de Assinatura inválido: - Certificado de Assinatura inexistente na mensagem (*validado também pelo Schema) - Versão difere "3" - Basic Constraints = true (não pode ser Certificado de AC) - KeyUsage não define "Assinatura Digital" e "Não Recusa"	Obrig.	290	Rej.
E02	Validade do Certificado (data início e data fim)	Obrig.	291	Rej.





E03	Falta a extensão de CNPJ no Certificado (OtherName - OID=2.16.76.1.3.3)	Obrig.	292	Rej.
E04	Verifica Cadeia de Certificação: - Certificado da AC emissora não cadastrado na SEFAZ - Certificado de AC revogado - Certificado não assinado pela AC emissora do Certificado	Obrig.	293	Rej.
E05	LCR do Certificado de Assinatura: - Falta o endereço da LCR (CRLDistributionPoint) - Erro no acesso a LCR ou LCR inexistente	Obrig.	296	Rej.
E06	Certificado de Assinatura revogado	Obrig.	294	Rej.
E07	Certificado Raiz difere da "ICP-Brasil"	Obrig.	295	Rej.

**c) Validação da Assinatura Digital**

Validação da Assinatura Digital do CT-e				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
F01	Assinatura difere do padrão do CT-e: - Não assinado o atributo "ID" (falta "Reference URI" na assinatura) (*validado também pelo Schema) - Faltam os "Transform Algorithm" previstos na assinatura ("C14N" e "Enveloped") Estas validações são implementadas pelo Schema XML da Signature	Obrig.	298	Rej.
F02	Valor da assinatura (SignatureValue) difere do valor calculado	Obrig.	297	Rej.
F03	CNPJ-Base do Emitente difere do CNPJ-Base do Certificado Digital	Obrig.	213	Rej.
F04	CNPJ do Certificado Digital difere do CNPJ da Matriz e do CNPJ do Emitente	Facult.	244	Rej.

**d) Validação de regras de negócio do CT-e**

Validação do CT-e – Regras de Negócio				
#	Regras de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
G001	Tipo do ambiente do CT-e difere do ambiente do Web Service	Obrig.	252	Rej.
G002	Código da UF do Emitente difere da UF do Web Service	Obrig.	226	Rej.
G003	Sigla da UF do Emitente difere da UF do Web Service	Obrig.	247	Rej.
G004	Processo de emissão informado inválido (diferente de 0 ou 3)	Obrig.	494	Rej.
G005	Campo ID inválido - Falta literal "CTe" - Chave de Acesso do campo ID difere da concatenação dos campos correspondentes	Obrig.	227	Rej.
G006	Dígito Verificador inválido da Chave de acesso resultante da concatenação dos campos correspondentes	Obrig.	253	Rej.
G007	Se finalidade do CT-e= 0 (Normal): deve existir o grupo de CT-e Normal	Obrig.	458	Rej.
G008	Se finalidade do CT-e= 1 (Complemento): deve existir o grupo de CT-e Complementar	Obrig.	459	Rej.
G009	Tomador do serviço informado como remetente, mas inexistente remetente	Obrig.	460	Rej.
G010	Tomador do serviço informado como expedidor, mas inexistente expedidor	Obrig.	461	Rej.
G011	Tomador do serviço informado como recebedor, mas inexistente recebedor	Obrig.	462	Rej.
G012	Tomador do serviço informado como destinatário, mas inexistente destinatário	Obrig.	463	Rej.



<b>Validação do CT-e – Regras de Negócio</b>				
<b>#</b>	<b>Regras de Validação</b>	<b>Aplic.</b>	<b>Msg</b>	<b>Efeito</b>
G013	CT-e normal e modal = rodoviário, mas inexistente o grupo do modal	Obrig.	464	Rej.
G014	CT-e normal e modal = aéreo, mas inexistente o grupo do modal	Obrig.	465	Rej.
G015	CT-e normal e modal = aquaviário, mas inexistente o grupo do modal	Obrig.	466	Rej.
G016	CT-e normal e modal = ferroviário, mas inexistente o grupo do modal	Obrig.	467	Rej.
G017	CT-e normal e modal = dutoviário, mas inexistente o grupo do modal	Obrig.	468	Rej.
G018	Remetente não informado para tipo de serviço diferente de redespacho intermediário	Obrig.	469	Rej.
G019	Destinatário não informado para tipo de serviço diferente de redespacho intermediário	Obrig.	470	Rej.
G020	Expedidor deve ser informado para tipo de serviço de redespacho intermediário	Obrig.	474	Rej.
G021	Recebedor deve ser informado para tipo de serviço de redespacho intermediário	Obrig.	475	Rej.
G022	O tomador do serviço no tipo de serviço normal não pode ser o expedidor	Obrig.	476	Rej.
G023	O tomador do serviço no tipo de serviço normal não pode ser o recebedor	Obrig.	477	Rej.
G024	Se finalidade do CT-e= 2 (Anulação): deve existir o grupo de CT-e de Anulação	Obrig.	496	Rej.
G025	Se finalidade do CT-e= 2 (Anulação): o tipo de emissão deve ser normal	Obrig.	499	Rej.
G026	Se finalidade do CT-e= 2 (Anulação): o CT-e objeto da anulação deve existir	Obrig.	497	Rej.
G027	Se finalidade do CT-e= 2 (Anulação): o CT-e objeto da anulação deve estar com a situação autorizado o uso.	Obrig.	498	Rej.
G028	Se finalidade do CT-e= 2 (Anulação): somente o emitente pode anular o CT-e. O CT-e original e o de anulação devem possuir o mesmo CNPJ de emitente.	Obrig.	565	Rej.
G030	Se finalidade do CT-e= 2 (Anulação): o CT-e objeto de anulação deve ter finalidade = 0 (Normal)	Obrig.	500	Rej.
G031	Se finalidade do CT-e= 2 (Anulação): a data de emissão do CT-e de anulação deve ocorrer em até 60 dias, ou outro limite conforme critério definido pela SEFAZ (a SEFAZ Virtual deve considerar a hora local do emissor para a validação) da data de emissão do CT-e objeto de anulação.	Obrig.	501	Rej.
G032	Se finalidade do CT-e= 2 (Anulação): o valor da prestação do serviço e o do ICMS devem ser iguais ao do CT-e original.	Obrig.	502	Rej.
G033	Se finalidade do CT-e= 2 (Anulação): o CT-e objeto da anulação não pode ter sido anulado anteriormente	Obrig.	566	Rej.
G034	Se finalidade do CT-e= 2 (Anulação): o CT-e objeto da anulação não pode ter sido substituído anteriormente	Obrig.	567	Rej.
G035	Se finalidade do CT-e= 3 (Substituição): o tipo de emissão deve ser normal	Obrig.	503	Rej.
G036	Se finalidade do CT-e= 3 (Substituição): deve existir o grupo de informações do CT-e de substituição	Obrig.	505	Rej.
G037	Se finalidade do CT-e= 3 (Substituição): o CT-e substituído deve existir	Obrig.	568	Rej.
G038	Se finalidade do CT-e= 3 (Substituição): o CT-e substituído deve estar com situação autorizada (não pode estar cancelado ou denegado)	Obrig.	569	Rej.
G039	Se finalidade do CT-e= 3 (Substituição): o CT-e substituído não pode ter sido substituído anteriormente	Obrig.	570	Rej.
G040	Se finalidade do CT-e= 3 (Substituição): o CT-e substituído deve ter finalidade = 0 (Normal)	Obrig.	571	Rej.
G041	Se finalidade do CT-e=3 (Substituição): CNPJ do emitente do CT-e	Obrig.	510	Rej.



Validação do CT-e – Regras de Negócio				
#	Regras de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
	substituto deve ser igual ao informado no CT-e substituído			
G042	Se finalidade do CT-e=3 (Substituição): CNPJ do remetente do CT-e substituto deve ser igual ao informado no CT-e substituído	Obrig.	511	Rej.
G043	Se finalidade do CT-e=3 (Substituição): CNPJ do destinatário do CT-e substituto deve ser igual ao informado no CT-e substituído	Obrig.	512	Rej.
G044	Se finalidade do CT-e=3 (Substituição): CNPJ do expedidor do CT-e substituto deve ser igual ao informado no CT-e substituído	Obrig.	550	Rej.
G045	Se finalidade do CT-e=3 (Substituição): CNPJ do recebedor do CT-e substituto deve ser igual ao informado no CT-e substituído	Obrig.	551	Rej.
G046	Se finalidade do CT-e=3 (Substituição): CNPJ do tomador do CT-e substituto deve ser igual ao informado no CT-e substituído	Obrig.	552	Rej.
G047	Se finalidade do CT-e=3 (Substituição): IE do emitente do CT-e substituto deve ser igual ao informado no CT-e substituído	Obrig.	553	Rej.
G048	Se finalidade do CT-e=3 (Substituição): IE do remetente do CT-e substituto deve ser igual ao informado no CT-e substituído	Obrig.	554	Rej.
G049	Se finalidade do CT-e=3 (Substituição): IE do destinatário do CT-e substituto deve ser igual ao informado no CT-e substituído	Obrig.	555	Rej.
G050	Se finalidade do CT-e=3 (Substituição): IE do recebedor do CT-e substituto deve ser igual ao informado no CT-e substituído	Obrig.	556	Rej.
G051	Se finalidade do CT-e=3 (Substituição): IE do expedidor do CT-e substituto deve ser igual ao informado no CT-e substituído	Obrig.	557	Rej.
G052	Se finalidade do CT-e=3 (Substituição): IE do tomador do CT-e substituto deve ser igual ao informado no CT-e substituído	Obrig.	558	Rej.
G053	Se finalidade do CT-e=3 (Substituição): UF de início da prestação do CT-e substituto deve ser igual ao informado no CT-e substituído	Obrig.	559	Rej.
G054	Se finalidade do CT-e=3 (Substituição): UF de fim da prestação do CT-e substituto deve ser igual ao informado no CT-e substituído	Obrig.	560	Rej.
G055	Se finalidade do CT-e=3 (Substituição): a data de emissão do CT-e de substituição deve ocorrer em até 60 dias, ou outro limite conforme critério definido pela SEFAZ (a SEFAZ Virtual deve considerar a hora local do emissor para a validação) da data de emissão do CT-e objeto substituição	Obrig.	563	Rej.
G056	Se finalidade do CT-e=3 (Substituição): se foi informado o CT-e de anulação no grupo do "Tomador não é contribuinte do ICMS", o CT-e de anulação deve existir	Obrig.	572	Rej.
G057	Se finalidade do CT-e=3 (Substituição): se foi informado o CT-e de anulação no grupo do "Tomador não é contribuinte do ICMS", este CT-e informado deve ter finalidade=2(Anulação)	Obrig.	573	Rej.
G058	CNPJ Emitente inválido (dígito controle, zeros ou nulo)	Obrig.	207	Rej.
G059	IE Emitente não informada (zeros ou nulo)	Obrig.	229	Rej.
G060	IE Emitente inválida (erro no dígito de controle) Obs.: Antes da validação, a IE deverá ser normalizada, na aplicação da SEFAZ, com o acréscimo de zeros não significativos previstos na definição do formato da IE se necessário. Ex.: IE informada 130000019, formato da IE: NNNNNNNNNND, a IE deve ser padronizada para 00130000019, com o acréscimo dos zeros não significativos necessários para a validação do dígito verificador.	Obrig.	209	Rej.
G061	Acessar Cadastro Contribuinte p/ Emitente: - CNPJ emitente não cadastrado	Facult.	245	Rej.
G062	- Emitente não credenciado	Obrig.	203	Rej.
G063	- IE Emitente não cadastrada	Facult.	230	Rej.
G064	- IE Emitente não vinculada ao CNPJ	Obrig.	231	Rej.
G065	- Emitente em situação irregular perante o Fisco (tratar duplicidade na	Obrig.	301	Den.



Validação do CT-e – Regras de Negócio				
#	Regras de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
	inserção do CT-e, evitando a inserção de mais de um CT-e denegado)		ou 205	
G066	Data de Emissão posterior a data de recebimento (a SEFAZ Virtual deve considerar a hora local do emissor para a validação)	Obrig.	212	Rej.
G067	Data de Emissão ocorrida há mais de 60 dias, ou outro limite conforme critério definido pela SEFAZ (a SEFAZ Virtual deve considerar a hora local do emissor para a validação)	Obrig.	228	Rej.
G068	CNPJ Remetente informado: CNPJ inválido (dígito de controle, zeros)	Obrig.	415	Rej.
G069	CPF Remetente informado: CPF inválido (dígito de controle, zeros)	Obrig.	416	Rej.
G070	Remetente informado: Código Município inválido (dígito de controle), vide item 2.1 do Anexo III.	Facult.	417	Rej.
G071	Remetente informado: Município diverge da UF (verificar se as 2 posições da esquerda do código de município que identifica o código da UF é compatível com a sigla da UF informada)	Obrig.	418	Rej
G072	IE Remetente informado: IE inválida (erro no dígito de controle) Obs.: Antes da validação, a IE deverá ser normalizada, na aplicação da SEFAZ, com o acréscimo de zeros não significativos previstos na definição do formato da IE se necessário. Ex.: IE informada 130000019, formato da IE: NNNNNNNNNND, a IE deve ser padronizada para 00130000019, com o acréscimo dos zeros não significativos necessários para a validação do dígito verificador.	Obrig.	419	Rej..
G073	Se o Remetente informado for contribuinte do ICMS na UF autorizadora: - Acessar Cadastro Contribuinte p/ Remetente: . Se CNPJ Remetente informado: CNPJ não cadastrado	Facult.	420	Rej.
G074	. IE Remetente informada: IE não cadastrada	Facult.	421	Rej.
G075	. IE e CNPJ Remetente informados: IE não vinculada ao CNPJ	Facult.	422	Rej.
G076	. CNPJ ou IE Remetente informado: Remetente em situação irregular perante o Fisco (tratar duplicidade na inserção do CT-e, evitando a inserção de mais de um CT-e denegado)	Facult.	302 ou 205	Den.
G077	CNPJ Destinatário informado: CNPJ inválido (dígito de controle, zeros)	Obrig.	208	Rej.
G078	CPF Destinatário informado: CPF inválido (dígito de controle, zeros)	Obrig.	237	Rej.
G079	Destinatário informado: Código Município inválido (dígito de controle), vide item 2.1 do Anexo III.	Facult.	423	Rej.
G080	Destinatário informado: Município diverge da UF (verificar se as 2 posições da esquerda do código de município que identifica o código da UF estão de acordo com a sigla da UF informada)	Obrig.	424	Rej.
G081	IE Destinatário informado: IE inválida (erro no dígito de controle ou conteúdo diferente de "ISENTO") Obs.: Antes da validação, a IE deverá ser normalizada, na aplicação da SEFAZ, com o acréscimo de zeros não significativos previstos na definição do formato da IE se necessário. Ex.: IE informada 130000019, formato da IE: NNNNNNNNNND, a IE deve ser padronizada para 00130000019, com o acréscimo dos zeros não significativos necessários para a validação do dígito verificador.	Obrig.	210	Rej.
G082	Se o Destinatário informado for contribuinte do ICMS na UF autorizadora: - Acessar Cadastro Contribuinte p/ Destinatário: . Se CNPJ Destinatário informado: CNPJ não cadastrado	Facult.	425	Rej.
G083	. IE Destinatário informada: IE não cadastrada	Facult.	426	Rej.
G084	. IE e CNPJ Destinatário informados: IE não vinculada ao CNPJ	Facult.	427	Rej.



Validação do CT-e – Regras de Negócio				
#	Regras de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
G085	. CNPJ ou IE Destinatário informado: Destinatário em situação irregular perante o Fisco (tratar duplicidade na inserção do CT-e, evitando a inserção de mais de um CT-e denegado)	Facult.	303 ou 205	Den.
G086	CNPJ Expedidor informado: CNPJ inválido (dígito de controle, zeros)	Obrig.	428	Rej.
G087	CPF Expedidor informado: CPF inválido (dígito de controle, zeros)	Obrig.	429	Rej.
G088	Expedidor informado: Código Município inválido (dígito de controle), vide item 2.1 do Anexo III.	Facult.	430	Rej.
G089	Expedidor informado: Município diverge da UF (verificar se as 2 posições da esquerda do código de município que identifica o código da UF estão de acordo com a sigla da UF informada)	Obrig.	431	Rej.
G090	IE Expedidor informado: IE inválida (erro no dígito de controle) Obs.: Antes da validação, a IE deverá ser normalizada, na aplicação da SEFAZ, com o acréscimo de zeros não significativos previstos na definição do formato da IE se necessário. Ex.: IE informada 130000019, formato da IE: NNNNNNNNNND, a IE deve ser padronizada para 00130000019, com o acréscimo dos zeros não significativos necessários para a validação do dígito verificador.	Obrig.	432	Rej.
G091	Se o Expedidor for contribuinte do ICMS na UF autorizadora: - Acessar Cadastro Contribuinte p/ Expedidor: . Se CNPJ Expedidor informado: CNPJ não cadastrado	Facult.	433	Rej.
G092	. IE Expedidor informada: IE não cadastrada	Facult.	434	Rej.
G093	. IE e CNPJ Expedidor informados: IE não vinculada ao CNPJ	Facult.	435	Rej.
G094	. CNPJ ou IE Expedidor informado: Expedidor em situação irregular perante o Fisco (tratar duplicidade na inserção do CT-e, evitando a inserção de mais de um CT-e denegado)	Facult.	304 ou 205	Den.
G095	CNPJ Recebedor informado: CNPJ inválido (dígito de controle, zeros)	Obrig.	436	Rej.
G096	CPF Recebedor informado: CPF inválido (dígito de controle, zeros)	Obrig.	437	Rej.
G097	Recebedor informado: Código Município inválido (dígito de controle), vide item 2.1 do Anexo III.	Facult.	438	Rej.
G098	Recebedor informado: Município diverge da UF (verificar se as 2 posições da esquerda do código de município que identifica o código da UF estão de acordo com a sigla da UF informada)	Obrig.	439	Rej.
G099	IE Recebedor informado: IE inválida (erro no dígito de controle) Obs.: Antes da validação, a IE deverá ser normalizada, na aplicação da SEFAZ, com o acréscimo de zeros não significativos previstos na definição do formato da IE se necessário. Ex.: IE informada 130000019, formato da IE: NNNNNNNNNND, a IE deve ser padronizada para 00130000019, com o acréscimo dos zeros não significativos necessários para a validação do dígito verificador.	Obrig.	440	Rej.
G100	Se Recebedor informado for contribuinte do ICMS na UF autorizadora: - Acessar Cadastro Contribuinte p/ Recebedor: . Se CNPJ Recebedor informado: CNPJ não cadastrado	Facult.	441	Rej.
G101	. IE Recebedor informada: IE não cadastrada	Facult.	442	Rej.
G102	. IE e CNPJ Recebedor informados: IE não vinculada ao CNPJ	Facult.	443	Rej.
G103	. CNPJ ou IE Recebedor informado: Recebedor em situação irregular perante o Fisco (tratar duplicidade na inserção do CT-e, evitando a inserção de mais de um CT-e denegado)	Facult.	305 ou 205	Den.
G104	CNPJ Tomador informado: CNPJ inválido (dígito de controle, zeros)	Obrig.	444	Rej.
G105	CPF Tomador informado: CPF inválido (dígito de controle, zeros)	Obrig.	445	Rej.





<b>Validação do CT-e – Regras de Negócio</b>				
<b>#</b>	<b>Regras de Validação</b>	<b>Aplic.</b>	<b>Msg</b>	<b>Efeito</b>
G106	Tomador informado: Código Município inválido (dígito de controle), vide item 2.1 do Anexo III.	Facult.	446	Rej.
G107	Tomador informado: Município diverge da UF (verificar se as 2 posições da esquerda do código de município que identifica o código da UF estão de acordo com a sigla da UF informada)	Obrig.	447	Rej.
G108	IE Tomador informado: IE inválida (erro no dígito de controle) Obs.: Antes da validação, a IE deverá ser normalizada, na aplicação da SEFAZ, com o acréscimo de zeros não significativos previstos na definição do formato da IE se necessário. Ex.: IE informada 130000019, formato da IE: NNNNNNNNNND, a IE deve ser padronizada para 00130000019, com o acréscimo dos zeros não significativos necessários para a validação do dígito verificador.	Obrig.	448	Rej.
G109	Se o Tomador do serviço for contribuinte do ICMS na UF autorizadora: - Acessar Cadastro Contribuinte p/ Tomador: . Se CNPJ Tomador informado: CNPJ não cadastrado	Facult.	449	Rej.
G110	. IE Tomador informada: IE não cadastrada	Facult.	489	Rej.
G111	. IE e CNPJ Tomador informados: IE não vinculada ao CNPJ	Facult.	490	Rej.
G112	. CNPJ ou IE Tomador informado: Tomador em situação irregular perante o Fisco (tratar duplicidade na inserção do CT-e, evitando a inserção de mais de um CT-e denegado)	Facult.	306 ou 205	Den.
G113	Inscr. SUFRAMA do Destinatário informada: verificar dígito controle	Obrig.	235	Rej.
G114	Inscr. SUFRAMA informada: verificar UF destinatário = AC-Acre, ou AM-Amazonas, ou RO-Rondônia, ou RR-Roraima, ou AP-Amapá (só para municípios 1600303-Macapá e 1600600-Santana)	Obrig.	251	Rej.
G115	Acesso BD CTE (Chave: Ano, CNPJ Emit, Modelo, Série, Nro): - CT-e já cadastrado e não Cancelado/Denegado	Obrig.	204	Rej.
G116	- Verificar se CT-e já está Cancelado	Obrig.	218	Rej.
G117	- Verificar se CT-e já está Denegado	Obrig.	205	Rej.
G118	Acesso BD CTE-Inutilização - Verificar Número do CT-e Inutilizado	Obrig.	206	Rej.
G119	Se finalidade do CT-e = 1 (CT-e complementar): verificar se foi informado pelo menos um CT-e ou CTRC referenciado	Obrig.	254	Rej.
G120	Se finalidade do CT-e = 1 (CT-e complementar): verificar se o(s) Conhecimento(s) referenciados (eletrônico ou normal) são emitidos pelo mesmo CNPJ.	Obrig.	269	Rej.
G121	Se finalidade do CT-e = 1 (CT-e complementar): verificar se existe(m) o(s) CT-e referenciado(s). Acesso BD CTE (Chave: Ano, Mês, CNPJ Emit, Modelo, Série, Nro)	Facult.	267	Rej.
G122	Se finalidade do CT-e = 1 (CT-e complementar): verificar se o(s) CT-e referenciado(s) é (são) normal(is). Acesso BD CTE (Chave: Ano, Mês, CNPJ Emit, Modelo, Série, Nro)	Facult.	491	Rej.
G123	Código Município de emissão do CT-e inválido (dígito de controle), vide item 2.1 do Anexo III.	Facult.	492	Rej.
G124	Município de emissão do CT-e diverge da UF (verificar se as 2 posições da esquerda do código de município que identifica o código da UF estão de acordo com a sigla da UF informada)	Obrig.	493	Rej.
G125	Código Município de início da prestação inválido (dígito de controle), vide item 2.1 do Anexo III.	Facult.	455	Rej.



Validação do CT-e – Regras de Negócio				
#	Regras de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
G126	Município de início da prestação diverge da UF (verificar se as 2 posições da esquerda do código de município que identifica o código da UF estão de acordo com a sigla da UF informada)	Obrig.	456	Rej.
G127	Código Município de término da prestação inválido (dígito de controle), vide item 2.1 do Anexo III.	Facult.	413	Rej.
G128	Município de término da prestação diverge da UF (verificar se as 2 posições da esquerda do código de município que identifica o código da UF estão de acordo com a sigla da UF informada)	Obrig.	414	Rej.

**Nota:** No caso de envio de lote para a SEFAZ VIRTUAL, todos os CT-e do Lote deverão ser da mesma UF. Para a SEFAZ VIRTUAL, deverá ser verificado se todos os CT-e são da mesma UF do primeiro CT-e do Lote. Em caso negativo, rejeitar o Lote de CT-e com erro “408-REJEIÇÃO: Lote com CT-e de diferentes UF”.

#### 4.1.11 Final do Processamento do Lote

A validação do CT-e poderá resultar em:

- **Rejeição** – o CT-e será descartado, não sendo armazenado no Banco de Dados podendo ser corrigido e novamente transmitido;
- **Autorização de uso** – o CT-e será armazenado no Banco de Dados;
- **Denegação de uso** – o CT-e será armazenado no Banco de Dados com esse status nos casos de irregularidade fiscal do emitente, do remetente, do destinatário, do expedidor, do recebedor ou do tomador. Cabe ressaltar que a validação da situação fiscal do remetente, do destinatário, do expedidor, do recebedor ou do tomador são facultativas e devem aguardar um prazo para a sua implementação.

Ou seja:

Validação			Consequência		
de forma do CT-e	da situação fiscal do Emitente	da situação fiscal do: Remetente, Destinatário, Expedidor, Recebedor ou Tomador (a critério da UF)	Situação do CT-e	Para o contribuinte	Banco de Dados
Inválida	Irrelevante	Irrelevante	Rejeição	Corrigir CT-e	Não gravar
Válida	Irregular	Irrelevante	Denegação de uso	A prestação não poderá ser realizada	Gravar
Válida	Regular	Irregular (de qualquer personagem)	Denegação de uso	A prestação não poderá ser realizada	Gravar
Válida	Regular	Regular	Autorização de uso	A prestação é autorizada	Gravar

Para cada CT-e autorizado ou denegado será atribuído um número de protocolo da Secretaria de Fazenda (vide regra de formação no item 5.6).

O resultado do processamento do lote será disponibilizado na fila de saída e conterá o resultado da validação de cada CT-e contido no lote.

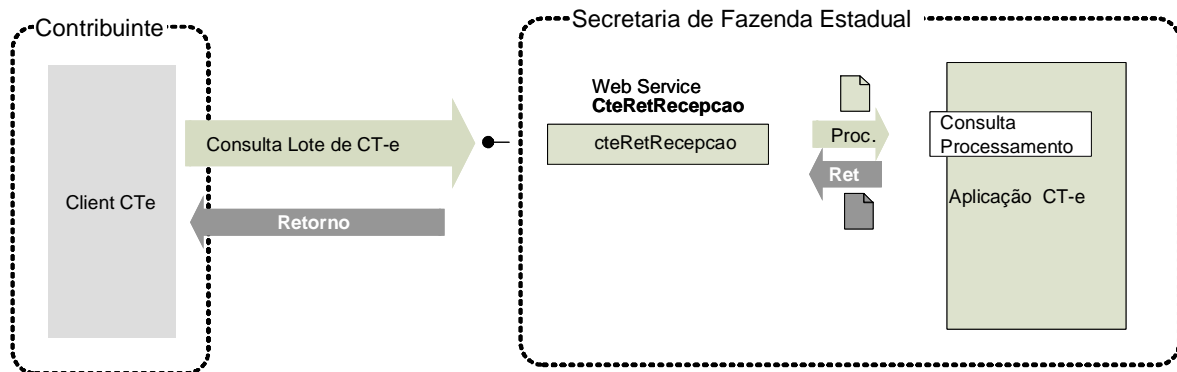


O resultado do processamento do lote deve ficar disponível na fila de saída por um período mínimo de 24 horas.



## 4.2 Web Service – CteRetRecepcao

### Consulta Processamento de Lote de CT-e



**Função:** serviço destinado a devolver o resultado do processamento do lote de CT-e.

**Processo:** assíncrono.

**Método:** cteRetRecepcao

### 4.2.1 Leiaute Mensagem de Entrada

**Entrada:** Estrutura XML contendo o número do recibo que identifica a mensagem de envio de lotes de CT-e.

**Schema XML:** consReciCte\_v99.99.xsd

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Dec.	Descrição/Observação
BP01	consReciCTe	Raiz	-	-	-	-	-	TAG raiz
BP02	versao	A	BP01	N	1-1	1-4	2	Versão do leiaute
BP03	tpAmb	E	BP01	N	1-1	1		Identificação do Ambiente: 1 – Produção / 2 – Homologação
BP04	nRec	E	BP01	N	1-1	15		Número do Recibo Número gerado pelo Portal da Secretaria de Fazenda Estadual, composto por: duas posições com código da UF onde foi entregue o lote, codificação de UF do IBGE, e treze posições numéricas seqüenciais.

### 4.2.2 Leiaute Mensagem de Retorno

**Retorno:** Estrutura XML com o resultado do processamento da mensagem de envio de lote de CT-e.

**Schema XML:** retConsReciCte\_v99.99.xsd

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Dec.	Descrição/Observação
BR01	retConsReciCTe	Raiz	-	-	-	-	-	TAG raiz da Resposta
BR02	versao	A	BR01	N	1-1	1-4	2	Versão do leiaute
BR03	tpAmb	E	BR01	N	1-1	1		Identificação do Ambiente: 1 – Produção / 2 – Homologação
BR04	verAplic	E	BR01	C	1-1	1-20		Versão do Aplicativo que recebeu o Lote.
BR05	nRec	E	BR01	N	1-1	15		Número do Recibo consultado (vide item 5.5).



BR06	cStat	E	BR01	N	1-1	3		Código do status da resposta para o Lote (vide item 5.1.1)
BR07	xMotivo	E	BR01	C	1-1	1-255		Descrição literal do status da resposta para o Lote.
BR08	Cuf	E	BR01	N	1-1	2		Código da UF que atendeu a solicitação.
Os protocolos são retornados para os lotes processados cStat = 104								
BR09	protCTe*	xml	BR01	-	0-50	-		Conjunto de resultado do processamento de cada CT-e (vide leiaute abaixo). Estas informações são retornadas apenas para o código do status do lote = 104 (Lote processado)

c) Para cada Protocolo de um CT-e processado teremos o seguinte leiaute:

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Dec.	Descrição/Observação
PR01	protCTe	Raiz	-	-	-	-		TAG raiz do Protocolo de recebimento do CT-e
PR02	versao	A	PR01	N	1-1	4	2	Versão do leiaute das informações de Protocolo.
PR03	infProt	G	PR01	-	1-1	-		Informações do Protocolo de resposta. TAG a ser assinada
PR04	Id	ID	PR03	C	0-1	-		Identificador da TAG a ser assinada, somente precisa ser informado se a UF assinar a resposta. Em caso de assinatura da resposta pela SEFAZ preencher o campo com o Nro do Protocolo, precedido com o literal "ID"
PR05	tpAmb	E	PR03	N	1-1	1		Identificação do Ambiente: 1 – Produção / 2 – Homologação
PR06	verAplic	E	PR03	C	1-1	1-20		Versão do Aplicativo que recebeu o Lote.
PR07	chCTe	E	PR03	N	1-1	44		Chave de Acesso do CT-e composto por Código da UF + AAMM da emissão + CNPJ do Emitente + Modelo, Série e Número do CT-e + Código Numérico + DV.
PR08	dhRecbto	E	PR03	D	1-1	-		Data e hora de processamento Formato = AAAA-MM-DDTHH:MM:SS Preenchido com data e hora da gravação do CT-e no Banco de Dados.  Em caso de Rejeição, com data e hora do recebimento do Lote de CT-e enviado.
PR09	nProt	E	PR03	N	0-1	15		Número do Protocolo da CT-e (vide item 5.6).
PR10	digVal	E	PR03	C	0-1	28		Digest Value do CT-e processado Utilizado para conferir a integridade do CT-e original.
PR11	cStat	E	PR03	N	1-1	3		Código do status da resposta para o CT-e (vide item 5.1.1).
PR12	xMotivo	E	PR03	C	1-1	1-255		Descrição literal do status da resposta para o CT-e.
PR13	Signature	G	PR01	xml	0-1	-		Assinatura XML do grupo identificado pelo atributo "ID" A decisão de assinar a mensagem fica a critério da UF interessada.

#### 4.2.3 Descrição do Processo de Web Service

Este método oferece a consulta do resultado do processamento de um lote de CT-e.

O aplicativo do Contribuinte deve ser construído de forma a aguardar um tempo mínimo de 15 segundos entre o envio do Lote de CT-e para processamento e a consulta do resultado deste processamento, evitando a obtenção desnecessária do status de erro 105 – "Lote em Processamento".

Deverão ser realizadas as validações e procedimentos que seguem:

**4.2.4 Validação do Certificado de Transmissão**

<b>Validação do Certificado Digital do Transmissor (protocolo SSL)</b>				
<b>#</b>	<b>Regra de Validação</b>	<b>Crítica</b>	<b>Msg</b>	<b>Efeito</b>
A01	Certificado de Transmissor Inválido: - Certificado de Transmissor inexistente na mensagem - Versão difere "3" - Basic Constraint = true (não pode ser Certificado de AC) - KeyUsage não define "Autenticação Cliente"	Obrig.	280	Rej.
A02	Validade do Certificado (data início e data fim)	Obrig.	281	Rej.
A03	Verifica a Cadeia de Certificação: - Certificado da AC emissora não cadastrado na SEFAZ - Certificado de AC revogado - Certificado não assinado pela AC emissora do Certificado	Obrig.	283	Rej.
A04	LCR do Certificado de Transmissor - Falta o endereço da LCR (CRL DistributionPoint) - LCR indisponível - LCR inválida	Obrig.	286	Rej.
A05	Certificado do Transmissor revogado	Obrig.	284	Rej.
A06	Certificado Raiz difere da "ICP-Brasil"	Obrig.	285	Rej.
A07	Falta a extensão de CNPJ no Certificado (OtherName – OID=2.16.76.1.3.3)	Obrig.	282	Rej.

As validações de A01, A02, A03, A04 e A05 são realizadas pelo protocolo SSL e não precisam ser implementadas. A validação A06 também pode ser realizada pelo protocolo SSL, mas pode falhar se existirem outros certificados digitais de Autoridade Certificadora Raiz que não sejam "ICP-BR" no repositório de certificados digitais do servidor de Web Service da SEFAZ.

**4.2.5 Validação Inicial da Mensagem no Web Service**

<b>Validação Inicial da Mensagem no Web Service</b>				
<b>#</b>	<b>Regra de Validação</b>	<b>Aplic.</b>	<b>Msg</b>	<b>Efeito</b>
B01	Tamanho do XML de Dados superior a 500 Kbytes	Obrig.	214	Rej.
B02	XML de Dados Mal Formado	Facult.	243	Rej.
B03	Verifica se o Serviço está Paralisado Momentaneamente	Obrig.	108	Rej.
B04	Verifica se o Serviço está Paralisado sem Previsão	Obrig.	109	Rej.

A mensagem será descartada se o tamanho exceder o limite previsto (500 KB). A aplicação do contribuinte não poderá permitir a geração de mensagem com tamanho superior a 500 KB. Caso isto ocorra, a conexão poderá ser interrompida sem mensagem de erro se o controle do tamanho da mensagem for implementado por configurações do ambiente de rede da SEFAZ (ex.: controle no firewall). No caso de controle de tamanho ter sido implementado por aplicativo, teremos a devolução da mensagem de erro 214.

No momento do recebimento da mensagem no Web Service, a critério de cada unidade federada, poderá ser verificado se o XML de dados esteja bem formado. Esta verificação é útil para as UF que desejam armazenar o XML de dados em estrutura XML de banco de dados.



As unidades federadas que mantêm o Web Service disponível mesmo quando o serviço esteja paralisado, deverão implementar as validações 108 e 109. Estas validações poderão ser dispensadas caso o Web Service não fique disponível quando o serviço estiver paralisado.

#### 4.2.6 Validação das informações de controle da chamada ao Web Service

Validação das informações de controle da chamada ao Web Service				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
C01	Elemento cteCabecMsg inexistente no SOAP Header	Facult.	242	Rej.
C02	Campo Cuf inexistente no elemento cteCabecMsg do SOAP Header	Obrig.	409	Rej.
C03	Verificar se a UF informada no Cuf é atendida pelo Webservice	Obrig.	410	Rej.
C04	Campo versaoDados inexistente no elemento cteCabecMsg do SOAP Header	Obrig.	411	Rej.
C05	Versão dos Dados informada é superior à versão vigente	Facult.	238	Rej.
C06	Versão dos Dados não suportada	Obrig.	239	Rej.

A informação da versão do leiaute do lote e a UF de origem do emissor dos conhecimentos são informados no elemento cteCabecMsg do SOAP Header (para maiores detalhes vide item 3.4.1).

A aplicação deverá validar os campos Cuf e versaoDados, rejeitando a mensagem recebida em caso de informações inexistentes ou inválidas.

O cabeçalho contém a versão do Schema XML da mensagem contida na área de dados que será utilizado pelo Web Service.

#### 4.2.7 Validação da Área de Dados

##### d) Validação da Forma da Área de Dados

Validação da Mensagem do Pedido de Consulta de Lote				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
D01	Verifica Schema XML da Área de Dados	Obrig.	215	Rej.
D02	Verifica o uso de prefixo no namespace	Obrig.	404	Rej.
D03	XML utiliza codificação diferente de UTF-8	Obrig.	402	Rej.

##### b) Validação das Regras de Negócio da Consulta Recibo

A seguir são realizadas as seguintes validações:

Validação da Consulta Recibo				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
E01	Tipo do ambiente do CT-e difere do ambiente do Web Service	Obrig.	252	Rej.
E02	UF do Recibo difere da UF do Web Service	Obrig.	248	Rej.
E02a	Tipo Autorizador do Recibo não compatível com o Órgão Autorizador (0 ou 1=SEFAZ normal, 2=Contingência SCAN – RFB, 3=SEFAZ VIRTUAL-RS,	Obrig.	473	Rej.



	4=SEFAZ VIRTUAL-RFB)			
E03	- Verifica se o Lote não está na fila de saída, nem na fila de entrada	Obrig.	106	Rej.
E04	- Verifica se o Lote não está na fila de resposta, mas está na fila de entrada	Obrig.	105	Rej.
E05	CNPJ do transmissor do lote difere do CNPJ do transmissor da consulta	Obrig.	223	Rej.

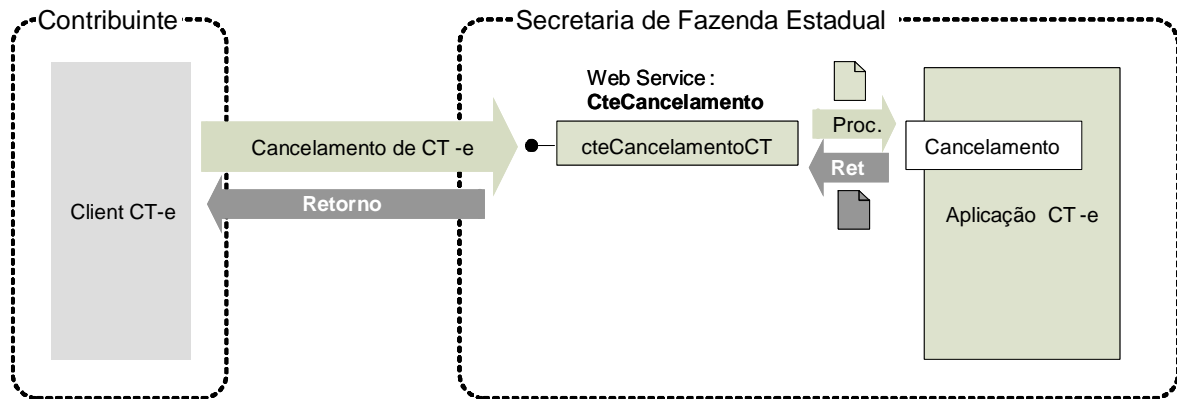
#### 4.2.8 Final do Processamento

A mensagem de retorno poderá ser:

- **Lote processado** – cStat=104, com os resultados individuais de processamento dos no CT-e;
- **Lote em processamento** – cStat=105, o aplicativo do contribuinte deverá fazer uma nova consulta;
- **Lote não localizado** – cStat=106, o aplicativo do contribuinte deverá providenciar o reenvio da mensagem;
- **Recibo ou CNPJ do requisitante com problemas** – cStat= 248 ou 223, o aplicativo do contribuinte deverá sanar o problema;

### 4.3 Web Service – CteCancelamento

#### Cancelamento de CT -e



**Função:** serviço destinado ao atendimento de solicitações de cancelamento de CT-e.

**Processo:** síncrono.

**Método:** cteCancelamentoCT

#### 4.3.1 Leiaute Mensagem de Entrada

**Entrada:** Estrutura XML contendo a mensagem de solicitação de cancelamento.

**Schema XML:** cancCte\_v99.99.xsd

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Dec.	Descrição/Observação
CP01	cancCTe	Raiz	-	-	-	-	-	TAG raiz
CP02	versao	A	CP01	N	1-1	1-4	2	Versão do leiaute
CP03	infCanc	G	CP01	-	1-1	-	-	Dados do Pedido – TAG a ser assinada
CP04	Id	ID	CP03	C	1-1	46	-	Identificador da TAG a ser assinada Informar a chave de acesso precedida do literal "ID"
CP05	tpAmb	E	CP03	N	1-1	1	-	Identificação do Ambiente: 1 – Produção / 2 – Homologação
CP06	xServ	E	CP03	C	1-1	8	-	Serviço solicitado 'CANCELAR'
CP07	chCTe	E	CP03	N	1-1	44	-	Chave de Acesso do CT-e composto por Código da UF + AAMM da emissão + CNPJ do Emitente + Modelo, Série e Número do CT-e + Código Numérico + DV.
CP08	nProt	E	CP03	N	1-1	15	-	Informar o número do Protocolo de Autorização da CT-e a ser Cancelada.
CP09	xJust	E	CP03	C	1-1	15-255	-	Informar a justificativa do cancelamento
CP10	Signature	E	CP01	xml	1-1	-	-	Assinatura XML do grupo identificado pelo atributo "ID"

#### 4.3.2 Leiaute Mensagem de Retorno

**Retorno:** Estrutura XML contendo a mensagem do resultado da solicitação de cancelamento:

**Schema XML:** retCancCte\_v99.99.xsd



#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Dec.	Descrição/Observação
CR01	retCancCTe	Raiz	-	-	-	-		TAG raiz da Resposta
CR02	versao	A	CR01	N	1-1	1-4	2	Versão do leiaute
CR03	infCanc	G	CR01	-	1-1	-		Dados da resposta – TAG a ser assinada
CR04	Id	ID	CR03	C	0-1	-		Identificador da TAG a ser assinada, somente precisa ser informado se a UF assinar a resposta. Em caso de assinatura da resposta pela SEFAZ preencher o campo com o Nro do Protocolo, precedido com o literal "ID"
CR05	tpAmb	E	CR03	N	1-1	1		Identificação do Ambiente: 1 – Produção / 2 – Homologação
CR06	verAplic	E	CR03	C	1-1	1-20		Versão do Aplicativo que recebeu o Lote.
CR07	cStat	E	CR03	N	1-1	3		Código do status da resposta (vide item 5.1.1).
CR08	xMotivo	E	CR03	C	1-1	1-255		Descrição literal do status da resposta.
CR09	Cuf	E	CR03	N	1-1	2		Código da UF que atendeu a solicitação.
Os campos a seguir são obrigatórios no caso de homologação de cancelamento cStat=101. Os campos de dhRecbto e nProt não serão preenchidos em caso de erro.								
CR10	chCTe	E	CR03	N	0-1	44		Chave de Acesso do CT-e composto por Código da UF + AAMM da emissão + CNPJ do Emitente + Modelo, Série e Número do CT-e + Código Numérico + DV.
CR11	dhRecbto	E	CR03	D	0-1	-		Data e hora de processamento Formato = AAAA-MM-DDTHH:MM:SS Preenchido com data e hora da homologação do Pedido.
CR12	nProt	E	CR03	N	0-1	15		Número do Protocolo de Cancelamento (vide item 5.6). O controle de numeração de Protocolo é único para todos os serviços.
CR13	Signature	G	CR01	xml	0-1	-		Assinatura XML do grupo identificado pelo atributo "ID" A decisão de assinar a mensagem fica a critério da UF interessada.

#### 4.3.3 Descrição do Processo de Web Service

Este método é responsável por receber as solicitações de cancelamento de CT-e. Ao receber a solicitação do transmissor, a aplicação do Portal da Secretaria de Fazenda Estadual realiza o processamento da solicitação e devolve o resultado do processamento para o aplicativo do mesmo.

A mensagem de solicitação de cancelamento de CT-e é um documento eletrônico e deve ser assinado digitalmente pelo emitente da CT-e.

Deverão ser realizadas as validações e procedimentos que seguem.

#### 4.3.4 Validação do Certificado de Transmissão

Validação do Certificado Digital do Transmissor (protocolo SSL)				
#	Regra de Validação	Crítica	Msg	Efeito
A01	Certificado de Transmissor Inválido: - Certificado de Transmissor inexistente na mensagem - Versão difere "3" - Basic Constraint = true (não pode ser Certificado de AC) - KeyUsage não define "Autenticação Cliente"	Obrig.	280	Rej.



A02	Validade do Certificado (data início e data fim)	Obrig.	281	Rej.
A03	Verifica a Cadeia de Certificação: - Certificado da AC emissora não cadastrado na SEFAZ - Certificado de AC revogado - Certificado não assinado pela AC emissora do Certificado	Obrig.	283	Rej.
A04	LCR do Certificado de Transmissor - Falta o endereço da LCR (CRL DistributionPoint) - LCR indisponível - LCR inválida	Obrig.	286	Rej.
A05	Certificado do Transmissor revogado	Obrig.	284	Rej.
A06	Certificado Raiz difere da "ICP-Brasil"	Obrig.	285	Rej.
A07	Falta a extensão de CNPJ no Certificado (OtherName – OID=2.16.76.1.3.3)	Obrig.	282	Rej.

As validações de A01, A02, A03, A04 e A05 são realizadas pelo protocolo SSL e não precisam ser implementadas. A validação A06 também pode ser realizada pelo protocolo SSL, mas pode falhar se existirem outros certificados digitais de Autoridade Certificadora Raiz que não sejam "ICP-BR" no repositório de certificados digitais do servidor de Web Service da SEFAZ.





#### 4.3.5 Validação Inicial da Mensagem no Web Service

Validação Inicial da Mensagem no Web Service				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
B01	Tamanho do XML de Dados superior a 500 Kbytes	Obrig.	214	Rej.
B02	XML de Dados Mal Formado	Facult.	243	Rej.
B03	Verifica se o Serviço está Paralisado Momentaneamente	Obrig.	108	Rej.
B04	Verifica se o Serviço está Paralisado sem Previsão	Obrig.	109	Rej.

A mensagem será descartada se o tamanho exceder o limite previsto (500 KB). A aplicação do contribuinte não poderá permitir a geração de mensagem com tamanho superior a 500 KB. Caso isto ocorra, a conexão poderá ser interrompida sem mensagem de erro se o controle do tamanho da mensagem for implementado por configurações do ambiente de rede da SEFAZ (ex.: controle no firewall). No caso de controle de tamanho ter sido implementado por aplicativo, teremos a devolução da mensagem de erro 214.

No momento do recebimento da mensagem no Web Service, a critério de cada unidade federada, poderá ser verificado se o XML de dados esteja bem formado. Esta verificação é útil para as UF que desejam armazenar o XML de dados em estrutura XML de banco de dados.

As unidades federadas que mantêm o Web Service disponível mesmo quando o serviço esteja paralisado, deverão implementar as validações 108 e 109. Estas validações poderão ser dispensadas caso o Web Service não fique disponível quando o serviço estiver paralisado.

#### 4.3.6 Validação das informações de controle da chamada ao Web Service

Validação das informações de controle da chamada ao Web Service				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
C01	Elemento cteCabecMsg inexistente no SOAP Header	Facult.	242	Rej.
C02	Campo Cuf inexistente no elemento cteCabecMsg do SOAP Header	Obrig.	409	Rej.
C03	Verificar se a UF informada no Cuf é atendida pelo Webservice	Obrig.	410	Rej.
C04	Campo versaoDados inexistente no elemento cteCabecMsg do SOAP Header	Obrig.	411	Rej.
C05	Versão dos Dados informada é superior à versão vigente	Facult.	238	Rej.
C06	Versão dos Dados não suportada	Obrig.	239	Rej.

A informação da versão do leiaute do lote e a UF de origem do emissor dos conhecimentos são informados no elemento cteCabecMsg do SOAP Header (para maiores detalhes vide item 3.4.1).

A aplicação deverá validar os campos Cuf e versaoDados, rejeitando a mensagem recebida em caso de informações inexistentes ou inválidas.

O cabeçalho contém a versão do Schema XML da mensagem contida na área de dados que será utilizado pelo Web Service.

#### 4.3.7 Validação da Área de Dados

**e) Validação da Forma da Área de Dados**

Validação da Mensagem do Pedido de Cancelamento do CT-e				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
D01	Verifica Schema XML da Área de Dados	Obrig.	215	Rej.
D02	Verifica o uso de prefixo no namespace	Obrig.	404	Rej.
D03	XML utiliza codificação diferente de UTF-8	Obrig.	402	Rej.

**f) Validação do Certificado Digital utilizado na Assinatura**

Validação do Certificado Digital utilizado na Assinatura Digital				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
E01	Certificado de Assinatura inválido: - Certificado de Assinatura inexistente na mensagem (*validado também pelo Schema) - Versão difere "3" - Basic Constraints = true (não pode ser Certificado de AC) - KeyUsage não define "Assinatura Digital" e "Não Recusa"	Obrig.	290	Rej.
E02	Validade do Certificado (data início e data fim)	Obrig.	291	Rej.
E03	Falta a extensão de CNPJ no Certificado (OtherName – OID=2.16.76.1.3.3)	Obrig.	292	Rej.
E04	Verifica Cadeia de Certificação: - Certificado da AC emissora não cadastrado na SEFAZ - Certificado de AC revogado - Certificado não assinado pela AC emissora do Certificado	Obrig.	293	Rej.
E05	LCR do Certificado de Assinatura: - Falta o endereço da LCR (CRLDistributionPoint) - Erro no acesso a LCR	Obrig.	296	Rej.
E06	Certificado de Assinatura revogado	Obrig.	294	Rej.
E07	Certificado Raiz difere da "ICP-Brasil"	Obrig.	295	Rej.

**g) Validação da Assinatura Digital**

Validação da Assinatura Digital				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
F01	Assinatura difere do padrão do Projeto: - Não assinado o atributo "ID" (falta "Reference URI" na assinatura) (*validado também pelo Schema) - Faltam os "Transform Algorithm" previstos na assinatura ("C14N" e "Enveloped") Estas validações são implementadas pelo Schema XML da Signature	Obrig.	298	Rej.
F02	Valor da assinatura (SignatureValue) difere do valor calculado	Obrig.	297	Rej.
F03	CNPJ-Base do Emitente difere do CNPJ-Base do Certificado Digital	Obrig.	213	Rej.
F04	CNPJ do Certificado Digital difere do CNPJ da Matriz e do CNPJ do Emitente	Facult.	244	Rej.

**h) Validação das Regras de Negócio do Cancelamento de CT-e**



<b>Pedido de cancelamento de CT-e – Regras de Negócios</b>				
<b>#</b>	<b>Regra de Validação</b>	<b>Aplic.</b>	<b>Msg</b>	<b>Efeito</b>
H01	Tipo do ambiente de CT-e difere do ambiente do Web Service	Obrig.	252	Rej.
H02	UF da Chave de Acesso difere da UF do Web Service	Obrig.	249	Rej.
H03	Chave de Acesso: Dígito Verificador inválido	Obrig.	236	Rej.
H03a	Campo ID inválido - Falta literal "ID" - Chave de acesso do campo ID difere do campo correspondente	Obrig	227	Rej.
H04	Acesso Cadastro Contribuinte: - Verificar Emitente não autorizado a emitir CT-e	Obrig.	203	Rej.
H05	- Verificar Situação Fiscal irregular do Emitente	Obrig.	240	Rej.
H06	Acesso BD CTE (Chave: Ano, CNPJ Emit, Modelo, Série, Nro): - Verificar se CT-e não existe	Obrig.	217	Rej.
H07	- "Código Numérico" informado na Chave de Acesso é diferente do existente no BD	Obrig.	216	Rej.
H08	- Verificar se CT-e já está Denegado	Obrig.	205	Rej.
H09	- Verificar se CT-e já está Cancelado	Obrig.	218	Rej.
H10	- Verificar CT-e autorizado há mais de 60 dias	Obrig.	220	Rej.
H11	- Verificar se o número Protocolo informado difere do número Protocolo do CT-e	Obrig.	222	Rej.
H12	- Verificar se houve confirmação da prestação do serviço	Obrig.	221	Rej.
H13	- Verificar registro de Circulação de Mercadoria	Obrig.	219	Rej.
H14	- Verificar se o CT-e tem Carta de Correção	Obrig.	495	Rej.
H15	- Vedado o cancelamento de CT-e do tipo anulação de valores (tipo=2)	Obrig	564	Rej.
H16	- Vedado o cancelamento de CT-e do tipo substituto (tipo=3)	Obrig	574	Rej.
H17	- Se finalidade do CT-e=0 (Normal) Vedado o cancelamento se possuir CT-e de Anulação associado	Obrig	575	Rej
H18	- Se finalidade do CT-e=0 (Normal) Vedado o cancelamento se possuir CT-e de Substituição associado	Obrig	576	Rej

\* Obs. As regras de validação H12 e H13 são de implementação futura.

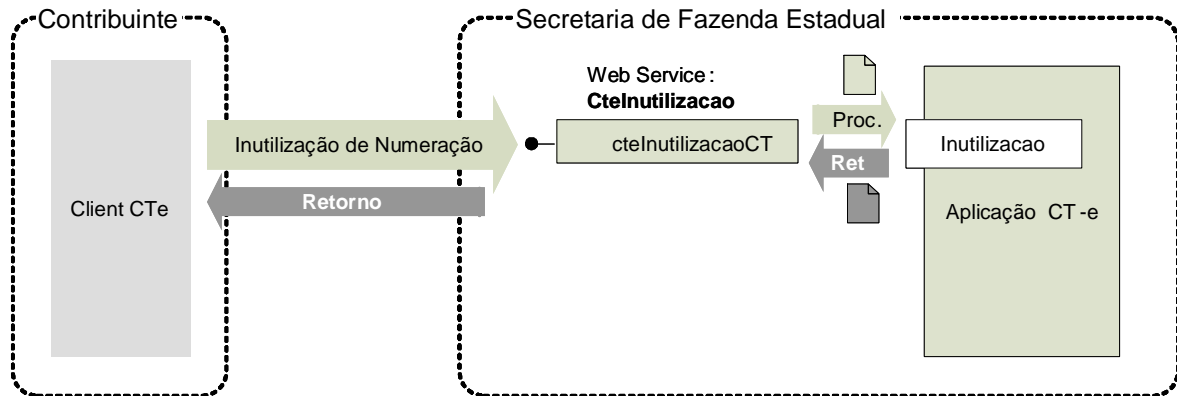
O cancelamento só poderá ser realizado conhecimento a conhecimento e para cada cancelamento homologado é criado um novo protocolo de status para o CT-e, com a atribuição de um número de protocolo único (vide item 5.6).

#### **4.3.8 Final do Processamento**

No caso de homologação do Cancelamento retornar o cStat = 101.

#### 4.4 Web Service - CtelInutilizacao

##### Inutilização de numeração de CT -e



**Função:** serviço destinado ao atendimento de solicitações de inutilização de numeração de CT-e.

**Processo:** síncrono.

**Método:** ctelInutilizacaoCT

##### 4.4.1 Leiaute Mensagem de Entrada

**Entrada:** Estrutura XML contendo a mensagem de solicitação de inutilização.

**Schema XML:** inutCTe\_v99.99.xsd

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Dec.	Descrição/Observação
DP01	inutCTe	Raiz	-	-	-	-		TAG raiz
DP02	versao	A	DP01	N	1-1	1-4	2	Versão do leiaute
DP03	inflnut	G	DP01	-	1-1	-		Dados do Pedido TAG a ser assinada
DP04	Id	ID	DP03	C	1-1	39		Identificador da TAG a ser assinada formada com Código da UF + CNPJ + modelo + série + nro inicial e nro final precedida do literal "ID"
DP05	tpAmb	E	DP03	N	1-1	1		Identificação do Ambiente: 1 – Produção / 2 - Homologação
DP06	xServ	E	DP03	C	1-1	10		Serviço solicitado: 'INUTILIZAR'
DP07	cUF	E	DP03	N	1-1	2		Código da UF do solicitante
DP08	ano	E	DP03	N	1-1	2		Ano de inutilização da numeração
DP09	CNPJ	E	DP03	C	1-1	14		CNPJ do emitente
DP10	mod	E	DP03	N	1-1	2		Modelo do CT-e
DP11	serie	E	DP03	N	1-1	1-3		Série do CT -e
DP12	nCTIni	E	DP03	N	1-1	1-9		Número do CT -e inicial a ser inutilizado
DP13	nCTFin	E	DP03	N	1-1	1-9		Número do CT -e final a ser inutilizado
DP14	xJust	E	DP03	C	1-1	15-255		Informar a justificativa do pedido de inutilização
DP15	Signature	G	DP01	xml	1-1	-		Assinatura XML do grupo identificado pelo atributo "ID"



#### 4.4.2 Leiaute Mensagem de Retorno

**Retorno:** Estrutura XML contendo a mensagem do resultado da solicitação de inutilização:

**Schema XML:** retInutCte\_v99.99.xsd

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Dec.	Descrição/Observação
DR01	retInutCTe	Raiz	-	-	-	-	-	TAG raiz da Resposta
DR02	versao	A	DR01	N	1-1	1-4	2	Versão do leiaute
DR03	inflnut	G	DR01	-	1-1	-	-	Dados da resposta - TAG a ser assinada
DR04	Id	ID	DR03	C	0-1	17	-	Identificador da TAG a ser assinada, somente precisa ser informado se a UF assinar a resposta. Em caso de assinatura da resposta pela SEFAZ preencher o campo com o Nro do Protocolo, precedido com o literal "ID".
DR05	tpAmb	E	DR03	N	1-1	1	-	Identificação do Ambiente: 1 – Produção / 2 – Homologação
DR06	verAplic	E	DR03	C	1-1	1-20	-	Versão do Aplicativo que processou o pedido de inutilização.
DR07	cStat	E	DR03	N	1-1	3	-	Código do status da resposta (vide item 5.1.1).
DR08	xMotivo	E	DR03	C	1-1	1-255	-	Descrição literal do status da resposta.
DR09	cUF	E	DR03	N	1-1	2	-	Código da UF que atendeu a solicitação
Os campos a seguir são obrigatórios no caso de homologação da inutilização cStat=102. Os campos de dhRecbto e nProt não serão preenchidos em caso de erro								
DR10	ano	E	DR03	N	0-1	2	-	Ano de inutilização da numeração
DR11	CNPJ	E	DR03	C	0-1	14	-	CNPJ do emitente
DR12	mod	E	DR03	N	0-1	2	-	Modelo do CT-e
DR13	serie	E	DR03	N	0-1	1-3	-	Série do CT-e
DR14	nCTIni	E	DR03	N	0-1	1-9	-	Número do CT-e inicial a ser inutilizada
DR15	nCTFin	E	DR03	N	0-1	1-9	-	Número do CT-e final a ser inutilizada
DR16	dhRecbto	E	DR03	D	0-1	-	-	Data e hora de processamento Formato = AAAA-MM-DDTHH:MM:SS Preenchido com data e hora da gravação no Banco de Dados em caso de Confirmação.  Em caso de Rejeição, com data e hora do recebimento do Pedido.
DR17	nProt	E	DR03	N	0-1	15	-	Número do Protocolo de Inutilização (vide item 5.6). O controle de numeração do Protocolo é único para todos os serviços.
DR18	Signature	G	DR01	xml	0-1	-	-	Assinatura XML do grupo identificado pelo atributo "ID" A decisão de assinar a mensagem fica a critério da UF interessada.

#### 4.4.3 Descrição do Processo de Web Service

Este método será responsável por receber as solicitações referentes à inutilização de faixas de numeração de conhecimentos de transportes eletrônicos. Ao receber a solicitação, a aplicação CT-e realiza o processamento da solicitação e devolve o resultado do processamento para o aplicativo do transmissor.

A mensagem de pedido de inutilização de numeração de CT-e é um documento eletrônico e deve ser assinado digitalmente pelo emitente do CT-e.

Deverão ser realizadas as validações e procedimentos que seguem.



#### 4.4.4 Validação do Certificado de Transmissão

Validação do Certificado Digital do Transmissor (protocolo SSL)				
#	Regra de Validação	Crítica	Msg	Efeito
A01	Certificado de Transmissor Inválido: - Certificado de Transmissor inexistente na mensagem - Versão difere "3" - Basic Constraint = true (não pode ser Certificado de AC) - KeyUsage não define "Autenticação Cliente"	Obrig.	280	Rej.
A02	Validade do Certificado (data início e data fim)	Obrig.	281	Rej.
A03	Verifica a Cadeia de Certificação: - Certificado da AC emissora não cadastrado na SEFAZ - Certificado de AC revogado - Certificado não assinado pela AC emissora do Certificado	Obrig.	283	Rej.
A04	LCR do Certificado de Transmissor - Falta o endereço da LCR (CRL DistributionPoint) - LCR indisponível - LCR inválida	Obrig.	286	Rej.
A05	Certificado do Transmissor revogado	Obrig.	284	Rej.
A06	Certificado Raiz difere da "ICP-Brasil"	Obrig.	285	Rej.
A07	Falta a extensão de CNPJ no Certificado (OtherName - OID=2.16.76.1.3.3)	Obrig.	282	Rej.

As validações de A01, A02, A03, A04 e A05 são realizadas pelo protocolo SSL e não precisam ser implementadas. A validação A06 também pode ser realizada pelo protocolo SSL, mas pode falhar se existirem outros certificados digitais de Autoridade Certificadora Raiz que não sejam "ICP-BR" no repositório de certificados digitais do servidor de Web Service da SEFAZ.

#### 4.4.5 Validação Inicial da Mensagem no Web Service

Validação Inicial da Mensagem no Web Service				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
B01	Tamanho do XML de Dados superior a 500 Kbytes	Obrig.	214	Rej.
B02	XML de Dados Mal Formado	Facult.	243	Rej.
B03	Verifica se o Serviço está Paralisado Momentaneamente	Obrig.	108	Rej.
B04	Verifica se o Serviço está Paralisado sem Previsão	Obrig.	109	Rej.

A mensagem será descartada se o tamanho exceder o limite previsto (500 KB). A aplicação do contribuinte não poderá permitir a geração de mensagem com tamanho superior a 500 KB. Caso isto ocorra, a conexão poderá ser interrompida sem mensagem de erro se o controle do tamanho da mensagem for implementado por configurações do ambiente de rede da SEFAZ (ex.: controle no firewall). No caso de controle de tamanho ter sido implementado por aplicativo, teremos a devolução da mensagem de erro 214.

No momento do recebimento da mensagem no Web Service, a critério de cada unidade federada, poderá ser verificado se o XML de dados esteja bem formado. Esta verificação é útil para as UF que desejam armazenar o XML de dados em estrutura XML de banco de dados.

As unidades federadas que mantêm o Web Service disponível mesmo quando o serviço esteja paralisado, deverão implementar as validações 108 e 109. Estas validações poderão ser dispensadas caso o Web Service não fique disponível quando o serviço estiver paralisado.



#### 4.4.6 Validação das informações de controle da chamada ao Web Service

Validação das informações de controle da chamada ao Web Service				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
C01	Elemento cteCabecMsg inexistente no SOAP Header	Facult.	242	Rej.
C02	Campo cUF inexistente no elemento cteCabecMsg do SOAP Header	Obrig.	409	Rej.
C03	Verificar se a UF informada no cUF é atendida pelo WebService	Obrig.	410	Rej.
C04	Campo versaoDados inexistente no elemento cteCabecMsg do SOAP Header	Obrig.	411	Rej.
C05	Versão dos Dados informada é superior à versão vigente	Facult.	238	Rej.
C06	Versão dos Dados não suportada	Obrig.	239	Rej.

A informação da versão do leiaute do lote e a UF de origem do emissor dos conhecimentos são informados no elemento cteCabecMsg do SOAP Header (para maiores detalhes vide item 3.4.1).

A aplicação deverá validar os campos cUF e versaoDados, rejeitando a mensagem recebida em caso de informações inexistentes ou inválidas.

O cabeçalho contém a versão do Schema XML da mensagem contida na área de dados que será utilizado pelo Web Service.

#### 4.4.7 Validação da Área de Dados

##### a) Validação da Forma da Área de Dados

Validação da Mensagem do Pedido de Inutilização de numeração de CT-e.				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
D01	Verifica Schema XML da Área de Dados	Obrig.	215	Rej.
D02	Verifica o uso de prefixo no namespace	Obrig.	404	Rej.
D03	XML utiliza codificação diferente de UTF-8	Obrig.	402	Rej.

##### b) Validação do Certificado Digital utilizado na Assinatura

Validação do Certificado Digital utilizado na Assinatura Digital				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
E01	Certificado de Assinatura inválido: - Certificado de Assinatura inexistente na mensagem (*validado também pelo Schema) - Versão difere "3" - Basic Constraints = true (não pode ser Certificado de AC) - KeyUsage não define "Assinatura Digital" e "Não Recusa"	Obrig.	290	Rej.
E02	Validade do Certificado (data início e data fim)	Obrig.	291	Rej.
E03	Falta a extensão de CNPJ no Certificado (OtherName - OID=2.16.76.1.3.3)	Obrig.	292	Rej.
E04	Verifica Cadeia de Certificação: - Certificado da AC emissora não cadastrado na SEFAZ - Certificado de AC revogado - Certificado não assinado pela AC emissora do Certificado	Obrig.	293	Rej.





E05	LCR do Certificado de Assinatura: - Falta o endereço da LCR (CRLDistributionPoint) - Erro no acesso a LCR	Obrig.	296	Rej.
E06	Certificado de Assinatura revogado	Obrig.	294	Rej.
E07	Certificado Raiz difere da "ICP-Brasil"	Obrig.	295	Rej.

**c) Validação da Assinatura Digital**

Validação da Assinatura Digital				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
F01	Assinatura difere do padrão do Projeto: - Não assinado o atributo "ID" (falta "Reference URI" na assinatura) (*validado também pelo Schema) - Faltam os "Transform Algorithm" previstos na assinatura ("C14N" e "Enveloped") Estas validações são implementadas pelo Schema XML da Signature	Obrig.	298	Rej.
F02	Valor da assinatura (SignatureValue) difere do valor calculado	Obrig.	297	Rej.
F03	CNPJ-Base do Emitente difere do CNPJ-Base do Certificado Digital	Obrig.	213	Rej.
F04	CNPJ do Certificado Digital difere do CNPJ da Matriz e do CNPJ do Emitente	Facult.	244	Rej.

**d) Validação das Regras de Negócio da Inutilização de numeração de CT-e**

Pedido de Inutilização de numeração de CT-e – Regras de Negócios				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
I01	Tipo do ambiente do CT-e difere do ambiente do Web Service	Obrig.	252	Rej.
I02	UF do Pedido de inutilização difere da UF do Web Service	Obrig.	250	Rej.
I02a	Ano da Inutilização não pode ser superior ao Ano atual	Obrig.	471	Rej.
I02b	Ano da inutilização não pode ser inferior a 2008	Obrig.	472	Rej.
I03	Número da Faixa Inicial maior do que o número Final	Obrig.	224	Rej.
I04	Quantidade máxima de numeração a inutilizar ultrapassa o limite (1.000 números)	Obrig.	201	Rej.
I04a	Campo ID inválido - Falta literal "ID" - Chave de acesso do campo ID difere do campo correspondente	Obrig.	227	Rej.
I05	Acesso Cadastro Contribuinte: - Verificar Emitente não autorizado a emitir CT-e	Obrig.	203	Rej.
I06	- Verificar Situação Fiscal irregular do Emitente	Obrig.	240	Rej.
I07	Acesso BD CTE-Inutilização: - Verificar se algum Nro da Faixa de Inutilização atual pertence a uma faixa anterior	Obrig.	256	Rej.
I08	Acesso BD CTE (Chave: Ano, CNPJ Emit, Modelo, Série, Nro): - Verificar se existe CT-e utilizada na faixa de inutilização solicitada	Obrig.	241	Rej.

Para cada inutilização de numeração de CT-e homologada é criado um novo protocolo de status para CT-e, com a atribuição de um número de protocolo único (vide item 5.6).

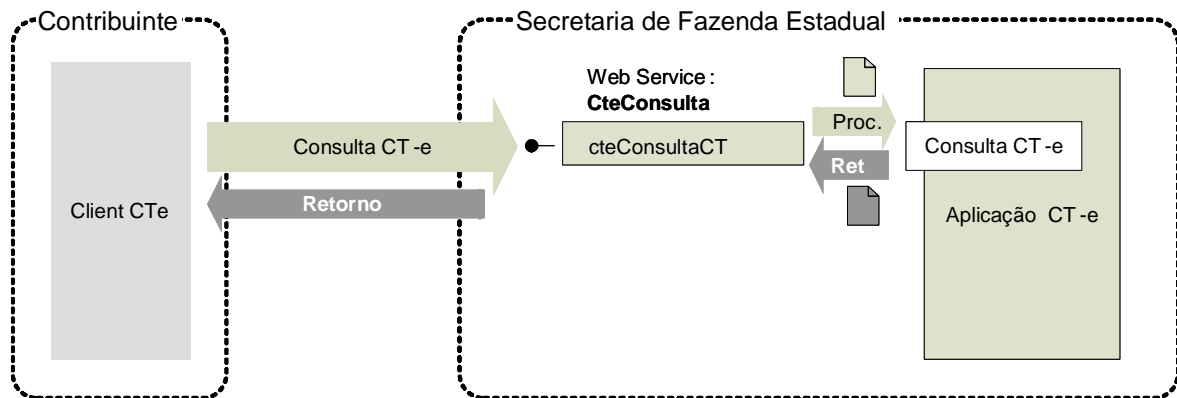
**4.4.8 Final do Processamento**

No caso de homologação da Inutilização retornar o cStat = 102.



## 4.5 Web Service – CteConsulta Protocolo

### Consulta situação atual da CT -e



**Função:** serviço destinado ao atendimento de solicitações de consulta da situação atual do CT-e na Base de Dados do Portal da Secretaria de Fazenda Estadual.

**Processo:** síncrono.

**Método:** cteConsultaCT

#### 4.5.1 Leiaute Mensagem de Entrada

**Entrada:** Estrutura XML contendo a chave de acesso do CT-e.

**Schema XML:** consSitCte\_v99.99.xsd

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Dec.	Descrição/Observação
EP01	consSitCTe	Raiz	-	-	-	-		TAG raiz
EP02	versao	A	EP01	N	1-1	1-4	2	Versão do leiaute
EP03	tpAmb	E	EP01	N	1-1	1		Identificação do Ambiente: 1 – Produção / 2 - Homologação
EP04	xServ	E	EP01	C	1-1	9		Serviço solicitado 'CONSULTAR'
EP05	chCTe	E	EP01	N	1-1	44		Chave de Acesso do CT-e composto por Código da UF + AAMM da emissão + CNPJ do Emitente + Modelo, Série e Número do CT-e + Código Numérico + DV.

#### 4.5.2 Leiaute Mensagem de Retorno

**Retorno:** Estrutura XML contendo a mensagem do resultado da consulta de protocolo:

**Schema XML:** retConsSitCte\_v99.99.xsd

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Dec.	Descrição/Observação
ER01	retConsSitCTe	Raiz	-	-	-	-		TAG raiz da Resposta
ER02	versao	A	ER01	N	1-1	1-4	2	Versão do leiaute
ER03	tpAmb	E	ER01	N	1-1	1		Identificação do Ambiente: 1 – Produção / 2 – Homologação



ER04	verAplic	E	ER01	C	1-1	1-20	Versão do Aplicativo que processou a consulta
ER05	cStat	E	ER01	N	1-1	3	Código do status da resposta.
ER06	xMotivo	E	ER01	C	1-1	1-255	Descrição literal do status da resposta.
ER07	cUF	E	ER01	N	1-1	2	Código da UF que atendeu a solicitação.
ER08	protCTe	CG	ER01	xml	0-1	-	Protocolo de autorização ou denegação de uso do CT-e (vide item 4.2.2). Informar se localizado um CT-e com cStat = 100 (uso autorizado) ou 110 (uso denegado).
ER09	retCancCTe	CG	ER01	xml	0-1	-	Protocolo de homologação de cancelamento de CT-e (vide item 4.3.2). Informar se localizado um CT-e com cStat = 101 (cancelado).

### 4.5.3 Descrição do Processo de Web Service

Este método será responsável por receber as solicitações referentes à consulta de situação de conhecimento de transportes eletrônicos enviados para as Secretarias de Fazendas Estaduais. Seu acesso é permitido apenas pela chave única de identificação do conhecimento de transporte.

O aplicativo do contribuinte envia a solicitação para o Web Service da Secretaria de Fazenda Estadual. Ao receber a solicitação a aplicação do Portal da Secretaria de Fazenda Estadual processará a solicitação de consulta, validando a Chave de Acesso do CT-e, e retornará mensagem contendo a situação atual do CT-e na Base de Dados e o respectivo Protocolo (mensagem de Autorização de uso, Denegação de uso ou Homologação de Cancelamento).

Deverão ser realizadas as validações e procedimentos que seguem.

### 4.5.4 Validação do Certificado de Transmissão

Validação do Certificado Digital do Transmissor (protocolo SSL)				
#	Regra de Validação	Crítica	Msg	Efeito
A01	Certificado de Transmissor Inválido: - Certificado de Transmissor inexistente na mensagem - Versão difere "3" - Basic Constraint = true (não pode ser Certificado de AC) - KeyUsage não define "Autenticação Cliente"	Obrig.	280	Rej.
A02	Validade do Certificado (data início e data fim)	Obrig.	281	Rej.
A03	Verifica a Cadeia de Certificação: - Certificado da AC emissora não cadastrado na SEFAZ - Certificado de AC revogado - Certificado não assinado pela AC emissora do Certificado	Obrig.	283	Rej.
A04	LCR do Certificado de Transmissor - Falta o endereço da LCR (CRL DistributionPoint) - LCR indisponível - LCR inválida	Obrig.	286	Rej.
A05	Certificado do Transmissor revogado	Obrig.	284	Rej.
A06	Certificado Raiz difere da "ICP-Brasil"	Obrig.	285	Rej.
A07	Falta a extensão de CNPJ no Certificado (OtherName - OID=2.16.76.1.3.3)	Obrig.	282	Rej.

As validações de A01, A02, A03, A04 e A05 são realizadas pelo protocolo SSL e não precisam ser implementadas. A validação A06 também pode ser realizada pelo protocolo SSL, mas pode



falhar se existirem outros certificados digitais de Autoridade Certificadora Raiz que não sejam "ICP-BR" no repositório de certificados digitais do servidor de Web Service da SEFAZ.

#### 4.5.5 Validação Inicial da Mensagem no Web Service

Validação Inicial da Mensagem no Web Service				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
B01	Tamanho do XML de Dados superior a 500 Kbytes	Obrig.	214	Rej.
B02	XML de Dados Mal Formado	Facult.	243	Rej.
B03	Verifica se o Serviço está Paralisado Momentaneamente	Obrig.	108	Rej.
B04	Verifica se o Serviço está Paralisado sem Previsão	Obrig.	109	Rej.

A mensagem será descartada se o tamanho exceder o limite previsto (500 KB). A aplicação do contribuinte não poderá permitir a geração de mensagem com tamanho superior a 500 KB. Caso isto ocorra, a conexão poderá ser interrompida sem mensagem de erro se o controle do tamanho da mensagem for implementado por configurações do ambiente de rede da SEFAZ (ex.: controle no firewall). No caso de controle de tamanho ter sido implementado por aplicativo, teremos a devolução da mensagem de erro 214.

No momento do recebimento da mensagem no Web Service, a critério de cada unidade federada, poderá ser verificado se o XML de dados esteja bem formado. Esta verificação é útil para as UF que desejam armazenar o XML de dados em estrutura XML de banco de dados.

As unidades federadas que mantêm o Web Service disponível mesmo quando o serviço esteja paralisado, deverão implementar as validações 108 e 109. Estas validações poderão ser dispensadas caso o Web Service não fique disponível quando o serviço estiver paralisado.

#### 4.5.6 Validação das informações de controle da chamada ao Web Service

Validação das informações de controle da chamada ao Web Service				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
C01	Elemento cteCabecMsg inexistente no SOAP Header	Facult.	242	Rej.
C02	Campo cUF inexistente no elemento cteCabecMsg do SOAP Header	Obrig.	409	Rej.
C03	Verificar se a UF informada no cUF é atendida pelo Webservice	Obrig.	410	Rej.
C04	Campo versaoDados inexistente no elemento cteCabecMsg do SOAP Header	Obrig.	411	Rej.
C05	Versão dos Dados informada é superior à versão vigente	Facult.	238	Rej.
C06	Versão dos Dados não suportada	Obrig.	239	Rej.

A informação da versão do leiaute do lote e a UF de origem do emissor dos conhecimentos são informados no elemento cteCabecMsg do SOAP Header (para maiores detalhes vide item 3.4.1).

A aplicação deverá validar os campos cUF e versaoDados, rejeitando a mensagem recebida em caso de informações inexistentes ou inválidas.

O cabeçalho contém a versão do Schema XML da mensagem contida na área de dados que será utilizado pelo Web Service.



#### 4.5.7 Validação da Área de Dados

##### a) Validação da Forma da Área de Dados

Validação da Mensagem do Pedido de Consulta de situação de CT-e.				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
D01	Verifica Schema XML da Área de Dados	Obrig.	215	Rej.
D02	Verifica o uso de prefixo no namespace	Obrig.	404	Rej.
D03	XML utiliza codificação diferente de UTF-8	Obrig.	402	Rej.

##### b) Validação das Regras de Negócio da Consulta CT-e

A seguir são realizadas as seguintes validações:

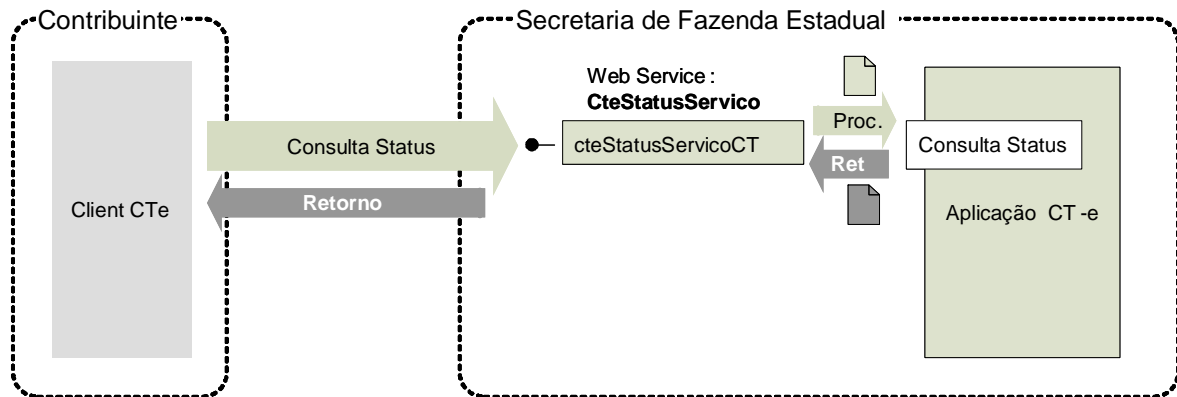
Validação do Pedido de Consulta de situação de CT-e – Regras de Negócio				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
J01	Tipo do ambiente do CT-e difere do ambiente do Web Service	Obrig.	252	Rej.
J02	UF da Chave de Acesso difere da UF do Web Service	Obrig.	226	Rej.
J03	Validar DV da Chave de Acesso	Obrig.	236	Rej.
J04	Acesso BD CTE (Chave: Ano, CNPJ Emit, Modelo, Série, Nro): - Verificar se CT-e não existe	Obrig.	217	Rej.
J05	- Verificar se campo "Código Numérico" informado na Chave de Acesso é diferente do existente no BD	Obrig.	216	Rej.

#### 4.5.8 Final do Processamento

No processamento do pedido de consulta de status de CT-e pode resultar em uma mensagem de erro, caso o CT-e não seja localizado. Ou, caso localizado, retornar a situação atual do CT-e consultado, retornando o cStat com um dos valores, 100 ("Autorizado o Uso do CT-e"), 101 ("Cancelamento de CT-e homologado"), 110 ("Uso Denegado") e também o respectivo protocolo de autorização de uso/denegação de uso ou homologação de cancelamento.

## 4.6 Web Service – CteStatusServico

### Consulta Status do Serviço



**Função:** serviço destinado à consulta do status do serviço prestado pelo Portal da Secretaria de Fazenda Estadual.

**Processo:** síncrono.

**Método:** cteStatusServicoCT

#### 4.6.1 Leiaute Mensagem de Entrada

**Entrada:** Estrutura XML para a consulta do status do serviço.

**Schema XML:** consStatServ\_v99.99.xsd

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Dec.	Descrição/Observação
FP01	consStatServ	Raiz	-	-	-	-		TAG raiz
FP02	versao	A	FP01	N	1-1	1-4	2	Versão do leiaute
FP03	tpAmb	E	FP01	N	1-1	1		Identificação do Ambiente: 1 – Produção / 2 - Homologação
FP04	xServ	E	FP01	C	1-1	6		Serviço solicitado 'STATUS'

#### 4.6.2 Leiaute Mensagem de Retorno

**Retorno:** Estrutura XML contendo a mensagem do resultado da consulta do status do serviço:

**Schema XML:** retconsStatServ\_v99.99.xsd

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Dec.	Descrição/Observação
FR01	retConsStatServ	Raiz	-	-	-	-		TAG raiz da Resposta
FR02	versao	A	FR01	N	1-1	1-4	2	Versão do leiaute
FR03	tpAmb	E	FR01	N	1-1	1		Identificação do Ambiente: 1 – Produção / 2 - Homologação
FR04	verAplic	E	FR01	C	1-1	1-20		Versão do Aplicativo que processou a consulta
FR05	cStat	E	FR01	N	1-1	3		Código do status da resposta.
FR06	xMotivo	E	FR01	C	1-1	1-60		Descrição literal do status da resposta.



FR07	cUF	E	FR01	N	1-1	2	Código da UF que atendeu a solicitação
FR08	dhRecbto	E	FR01	D	1-1	-	Data e hora de recebimento Formato = AAAA-MM-DDTHH:MM:SS Preenchido com data e hora do recebimento do Pedido.
FR09	tMed	E	FR01	N	0-1	1-4	Tempo médio de resposta do serviço (em segundos) dos últimos 5 minutos.
FR10	dhRetorno	E	FR01	D	0-1	-	Preencher com data e hora previstas para o retorno do Web Service, no formato AAA-MM-DDTHH:MM:SS
FR11	xObs	E	FR01	C	0-1	1-255	Informações adicionais para o Contribuinte

#### 4.6.3 Descrição do Processo de Web Service

Este método será responsável por receber as solicitações referentes à consulta do status do serviço do Portal da Secretaria de Fazenda Estadual.

O aplicativo do contribuinte envia a solicitação para o Web Service da Secretaria de Fazenda Estadual. Ao receber a solicitação a aplicação do Portal da Secretaria de Fazenda Estadual processará a solicitação de consulta, e retornará mensagem contendo a status do serviço.

A empresa que construir aplicativo que se mantenha em permanente "loop" de consulta a este Web Service, deverá aguardar um tempo mínimo de 3 minutos entre uma consulta e outra, evitando sobrecarga desnecessária dos servidores da SEFAZ.

Deverão ser realizadas as validações e procedimentos que seguem.

#### 4.6.4 Validação do Certificado de Transmissão

Validação do Certificado Digital do Transmissor (protocolo SSL)				
#	Regra de Validação	Crítica	Msg	Efeito
A01	Certificado de Transmissor Inválido: - Certificado de Transmissor inexistente na mensagem - Versão difere "3" - Basic Constraint = true (não pode ser Certificado de AC) - KeyUsage não define "Autenticação Cliente"	Obrig.	280	Rej.
A02	Validade do Certificado (data início e data fim)	Obrig.	281	Rej.
A03	Verifica a Cadeia de Certificação: - Certificado da AC emissora não cadastrado na SEFAZ - Certificado de AC revogado - Certificado não assinado pela AC emissora do Certificado	Obrig.	283	Rej.
A04	LCR do Certificado de Transmissor - Falta o endereço da LCR (CRL DistributionPoint) - LCR indisponível - LCR inválida	Obrig.	286	Rej.
A05	Certificado do Transmissor revogado	Obrig.	284	Rej.
A06	Certificado Raiz difere da "ICP-Brasil"	Obrig.	285	Rej.
A07	Falta a extensão de CNPJ no Certificado (OtherName - OID=2.16.76.1.3.3)	Obrig.	282	Rej.

As validações de A01, A02, A03, A04 e A05 são realizadas pelo protocolo SSL e não precisam ser implementadas. A validação A06 também pode ser realizada pelo protocolo SSL, mas pode falhar se existirem outros certificados digitais de Autoridade Certificadora Raiz que não sejam "ICP-BR" no repositório de certificados digitais do servidor de Web Service da SEFAZ.



#### 4.6.5 Validação Inicial da Mensagem no Web Service

Validação Inicial da Mensagem no Web Service				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
B01	Tamanho do XML de Dados superior a 500 Kbytes	Obrig.	214	Rej.
B02	XML de Dados Mal Formado	Facult.	243	Rej.
B03	Verifica se o Serviço está Paralisado Momentaneamente	Obrig.	108	Rej.
B04	Verifica se o Serviço está Paralisado sem Previsão	Obrig.	109	Rej.

A mensagem será descartada se o tamanho exceder o limite previsto (500 KB). A aplicação do contribuinte não poderá permitir a geração de mensagem com tamanho superior a 500 KB. Caso isto ocorra, a conexão poderá ser interrompida sem mensagem de erro se o controle do tamanho da mensagem for implementado por configurações do ambiente de rede da SEFAZ (ex.: controle no firewall). No caso de controle de tamanho ter sido implementado por aplicativo, teremos a devolução da mensagem de erro 214.

No momento do recebimento da mensagem no Web Service, a critério de cada unidade federada, poderá ser verificado se o XML de dados esteja bem formado. Esta verificação é útil para as UF que desejam armazenar o XML de dados em estrutura XML de banco de dados.

As unidades federadas que mantêm o Web Service disponível mesmo quando o serviço esteja paralisado, deverão implementar as validações 108 e 109. Estas validações poderão ser dispensadas caso o Web Service não fique disponível quando o serviço estiver paralisado.

#### 4.6.6 Validação das informações de controle da chamada ao Web Service

Validação das informações de controle da chamada ao Web Service				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
C01	Elemento cteCabecMsg inexistente no SOAP Header	Facult.	242	Rej.
C02	Campo cUF inexistente no elemento cteCabecMsg do SOAP Header	Obrig.	409	Rej.
C03	Verificar se a UF informada no cUF é atendida pelo Webservice	Obrig.	410	Rej.
C04	Campo versaoDados inexistente no elemento cteCabecMsg do SOAP Header	Obrig.	411	Rej.
C05	Versão dos Dados informada é superior à versão vigente	Facult.	238	Rej.
C06	Versão dos Dados não suportada	Obrig.	239	Rej.

A informação da versão do leiaute do lote e a UF de origem do emissor dos conhecimentos são informados no elemento cteCabecMsg do SOAP Header (para maiores detalhes vide item 3.4.1).

A aplicação deverá validar os campos cUF e versaoDados, rejeitando a mensagem recebida em caso de informações inexistentes ou inválidas.

O cabeçalho contém a versão do Schema XML da mensagem contida na área de dados que será utilizado pelo Web Service.

#### 4.6.7 Validação da Área de Dados

##### a) Validação da Forma da Área de Dados



<b>Validação da Mensagem da Consulta de Status de Serviço</b>				
<b>#</b>	<b>Regra de Validação</b>	<b>Aplic.</b>	<b>Msg</b>	<b>Efeito</b>
D01	Verifica Schema XML da Área de Dados	Obrig.	215	Rej.
D02	Verifica o uso de prefixo no namespace	Obrig.	404	Rej.
D03	XML utiliza codificação diferente de UTF-8	Obrig.	402	Rej.

**b) Validação das Regras de Negócios da Consulta Status de Serviço do CT-e**

<b>Validação do Pedido de Consulta de Status de Serviço – Regras de Negócios</b>				
<b>#</b>	<b>Regra de Validação</b>	<b>Aplic.</b>	<b>Msg</b>	<b>Efeito</b>
K01	Tipo do ambiente do CT-e difere do ambiente do Web Service	Obrig.	252	Rej.
K03	Verifica se o Servidor de Processamento está Paralisado Momentaneamente	Obrig.	108	-
K04	Verifica se o Servidor de Processamento está Paralisado sem Previsão	Obrig.	109	-

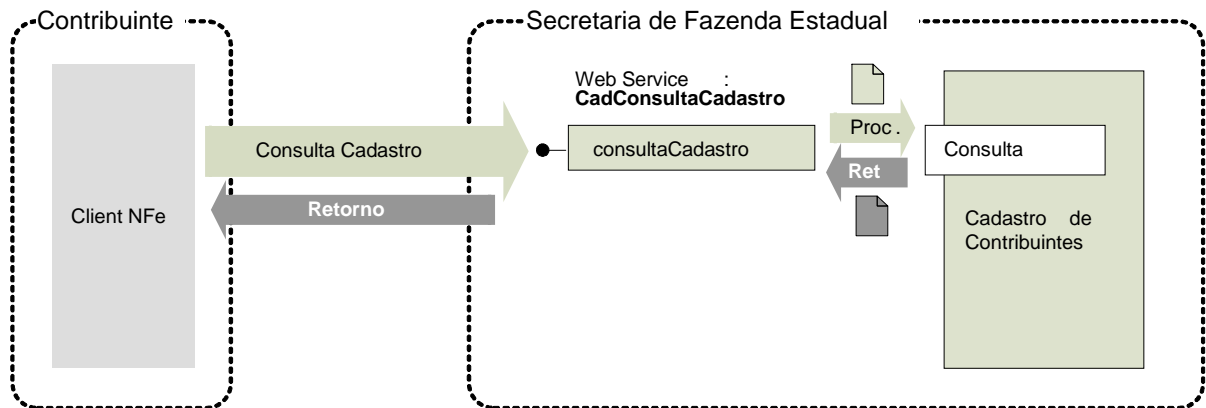
**4.6.8 Final do Processamento**

O processamento do pedido de consulta de status de Serviço pode resultar em uma mensagem de erro ou retornar a situação atual do Servidor de Processamento, códigos de situação 107 (“Serviço em Operação”), 108 (“Serviço Paralisado Momentaneamente”) e 109 (“Serviço Paralisado sem Previsão”). A critério da UF o campo xObs pode ser utilizado para fornecer maiores informações ao contribuinte, como por exemplo: “manutenção programada”, “modificação de versão do aplicativo”, “previsão de retorno”, etc.



## 4.7 Web Service – CadConsultaCadastro

### Consulta Cadastro



**Função:** Serviço para consultar o cadastro de contribuintes do ICMS de uma unidade federada.

**Processo:** síncrono.

**Método:** consultaCadastro

### 4.7.1 Descrição do Processo de Web Service

Este Web Service oferece a consulta pública do cadastro de contribuintes do ICMS de uma unidade federada.

O Web Service poderá ser oferecido por qualquer UF, sendo obrigatório para as UFs que autorizam a emissão de qualquer espécie de Documento Fiscal eletrônico - DF-e.

Apenas as empresas autorizadas a emitir Documentos Fiscais eletrônicos poderão utilizar este serviço. A UF que oferecer o Web Service deverá verificar se o CNPJ da empresa solicitante consta do cadastro nacional de emissores de Documentos Fiscais eletrônicos - DF-e.

A identificação da empresa solicitante do serviço será realizada através do CNPJ contido na extensão otherName – OID=2.16.76.1.3.3 do certificado digital utilizado na conexão SSL.

Importante ressaltar que este Web Service não tem a mesma disponibilidade dos demais Web Services do CT-e, em razão disto, sugerimos que este serviço não seja implementado dentro do fluxo normal de emissão do CT-e e sim como um serviço alternativo.

O aplicativo do contribuinte envia a solicitação para o Web Service da Secretaria de Fazenda Estadual. Ao receber a solicitação a aplicação do Portal da Secretaria de Fazenda Estadual processará a solicitação de consulta, validando o argumento de pesquisa informado (CNPJ ou CPF ou IE), e retornará mensagem contendo a situação cadastral atual do contribuinte no cadastro de contribuintes do ICMS.

### 4.7.2 Onde obter as definições deste Web Service

As definições do Web Service de Consulta Cadastro foram centralizadas no manual da Nota Fiscal Eletrônica. Para informações mais detalhadas consultar o Manual de Integração do Contribuinte da NF-e, disponível em <http://www.nfe.fazenda.gov.br>.



#### **4.7.3 Onde obter os schemas XML deste Web Service**

Os schemas XML utilizados pelo Web Service de Consulta Cadastro estão disponíveis no endereço <http://www.nfe.fazenda.gov.br>.

#### **4.7.4 Diferenças na estrutura de chamada do Web Service**

É importante ressaltar que a estrutura de chamada do Web Service de Consulta Cadastro é diferente da adotada nos Web Services do projeto CT-e.

O serviço de consulta cadastro tem a estrutura de chamada da mensagem no padrão composto por uma área de cabeçalho e uma área de dados. Para maiores informações consultar o Manual de Integração do Contribuinte da NF-e, item 3.4, disponível em <http://www.nfe.fazenda.gov.br>.



## 5. Web Services – Informações Adicionais

### 5.1 Regras de validação

As regras de validação aplicadas nos Web Services estão agrupadas da seguinte forma:

Grupo		Aplicação
A	Validação do Certificado Digital utilizada no protocolo SSL	geral
B	Validação da Mensagem XML no serviço assíncrono	geral
C	Validação das informações de controle da chamada ao Web Service	geral
D	Validação da área de dados da Mensagem XML	geral
E	Validação do Certificado Digital utilizada na Assinatura Digital	geral
F	Validação da Assinatura Digital	geral
G	Validação do CT-e	específica
H	Validação do Pedido de Cancelamento de CT-e	específica
I	Validação do Pedido de Inutilização de numeração de CT-e	específica
J	Validação do Pedido de Consulta de situação de CT-e	específica
K	Validação do Pedido de Consulta de Status de Serviço	específica
L	Validação do Pedido de Consulta de Cadastro de Contribuintes	específica

As regras do grupo A, B, C, D, E e F são de aplicação geral e aplicadas em todos os Web Services existentes, as regras do grupo G, H, I, J, K e L são específicos de cada Web Service existente.

#### 5.1.1 Tabela de códigos de erros e descrições de mensagens de erros

CÓDIGO	RESULTADO DO PROCESSAMENTO DA SOLICITAÇÃO
100	Autorizado o uso do CT-e
101	Cancelamento de CT-e homologado
102	Inutilização de número homologado
103	Lote recebido com sucesso
104	Lote processado
105	Lote em processamento
106	Lote não localizado
107	Serviço em Operação
108	Serviço Paralisado Momentaneamente (curto prazo)
109	Serviço Paralisado sem Previsão
110	Uso Denegado
111	Consulta cadastro com uma ocorrência
112	Consulta cadastro com mais de uma ocorrência
128	CT-e anulado pelo emissor
129	CT-e substituído pelo emissor
130	Apresentada Carta de Correção Eletrônica – CC-e
131	CT-e desclassificado pelo Fisco
CÓDIGO	MOTIVOS DE NÃO ATENDIMENTO DA SOLICITAÇÃO
201	Rejeição: O numero máximo de numeração de CT-e a inutilizar ultrapassou o limite
202	Rejeição: Falha no reconhecimento da autoria ou integridade do arquivo digital
203	Rejeição: Emissor não habilitado para emissão do CT-e
204	Rejeição: Existe CT-e já autorizado com a mesma série e número



205	Rejeição: CT-e está denegado na base de dados da SEFAZ
206	Rejeição: Número de CT-e já está inutilizado na Base de dados da SEFAZ
207	Rejeição: CNPJ do emitente inválido
208	Rejeição: CNPJ do destinatário inválido
209	Rejeição: IE do emitente inválida
210	Rejeição: IE do destinatário inválida
211	Rejeição: IE do substituto inválida
212	Rejeição: Data de emissão CT-e posterior a data de recebimento
213	Rejeição: CNPJ-Base do Emitente difere do CNPJ-Base do Certificado Digital
214	Rejeição: Tamanho da mensagem excedeu o limite estabelecido
215	Rejeição: Falha no schema XML
216	Rejeição: Chave de Acesso difere da cadastrada
217	Rejeição: CT-e não consta na base de dados da SEFAZ
218	Rejeição: CT-e já está cancelada na base de dados da SEFAZ
219	Rejeição: Circulação da CT-e verificada
220	Rejeição: CT-e autorizada há mais de 60 dias
221	Rejeição: Confirmado a prestação do serviço do CT-e pelo destinatário
222	Rejeição: Protocolo de Autorização de Uso difere do cadastrado
223	Rejeição: CNPJ do transmissor do lote difere do CNPJ do transmissor da consulta
224	Rejeição: A faixa inicial é maior que a faixa final
225	Rejeição: Falha no Schema XML do CT-e
226	Rejeição: Código da UF do Emitente diverge da UF autorizadora
227	Rejeição: Erro na composição do Campo ID
228	Rejeição: Data de Emissão muito atrasada
229	Rejeição: IE do emitente não informada
230	Rejeição: IE do emitente não cadastrada
231	Rejeição: IE do emitente não vinculada ao CNPJ
232	Rejeição: IE do destinatário não informada
233	Rejeição: IE do destinatário não cadastrada
234	Rejeição: IE do destinatário não vinculada ao CNPJ
235	Rejeição: Inscrição SUFRAMA inválida
236	Rejeição: Chave de Acesso com dígito verificador inválido
237	Rejeição: CPF do destinatário inválido
238	Rejeição: Cabeçalho - Versão do arquivo XML superior a Versão vigente
239	Rejeição: Cabeçalho - Versão do arquivo XML não suportada
240	Rejeição: Cancelamento/Inutilização - Irregularidade Fiscal do Emitente
241	Rejeição: Um número da faixa já foi utilizado
242	Rejeição: Elemento cteCabecMsg inexistente no SOAP Header
243	Rejeição: XML Mal Formado
244	Rejeição: CNPJ do Certificado Digital difere do CNPJ da Matriz e do CNPJ do Emitente
245	Rejeição: CNPJ Emitente não cadastrado
246	Rejeição: CNPJ Destinatário não cadastrado
247	Rejeição: Sigla da UF do Emitente diverge da UF autorizadora
248	Rejeição: UF do Recibo diverge da UF autorizadora
249	Rejeição: UF da Chave de Acesso diverge da UF autorizadora
250	Rejeição: UF diverge da UF autorizadora
251	Rejeição: UF/Município destinatário não pertence a SUFRAMA
252	Rejeição: Ambiente informado diverge do Ambiente de recebimento
253	Rejeição: Dígito Verificador da chave de acesso composta inválida
254	Rejeição: CT-e referenciado não informado para CT-e complementar
255	Rejeição: Informado mais de um CT-e referenciado para CT-e complementar
256	Rejeição: Um número de CT-e da faixa já está inutilizado na Base de dados da SEFAZ



257	Rejeição: Solicitante não habilitado para emissão do CT-e
258	Rejeição: CNPJ da consulta inválido
259	Rejeição: CNPJ da consulta não cadastrado como contribuinte na UF
260	Rejeição: IE da consulta inválida
261	Rejeição: IE da consulta não cadastrada como contribuinte na UF
262	Rejeição: UF não fornece consulta por CPF
263	Rejeição: CPF da consulta inválido
264	Rejeição: CPF da consulta não cadastrado como contribuinte na UF
265	Rejeição: Sigla da UF da consulta difere da UF do Web Service
266	Rejeição: Série utilizada não permitida no Web Service
267	Rejeição: CT-e Complementar referencia uma CT-e inexistente
268	Rejeição: CT-e Complementar referencia outro CT-e Complementar
269	Rejeição: CNPJ Emitente do CT-e Complementar difere do CNPJ do CT complementado
270	Rejeição: Código Município do Fato Gerador: dígito inválido
271	Rejeição: Código Município do Fato Gerador: difere da UF do emitente
272	Rejeição: Código Município do Emitente: dígito inválido
273	Rejeição: Código Município do Emitente: difere da UF do emitente
274	Rejeição: Código Município do Destinatário: dígito inválido
275	Rejeição: Código Município do Destinatário: difere da UF do Destinatário
276	Rejeição: Código Município do Local de Retirada: dígito inválido
277	Rejeição: Código Município do Local de Retirada: difere da UF do Local de Retirada
278	Rejeição: Código Município do Local de Entrega: dígito inválido
279	Rejeição: Código Município do Local de Entrega: difere da UF do Local de Entrega
280	Rejeição: Certificado Transmissor inválido
281	Rejeição: Certificado Transmissor Data Validade
282	Rejeição: Certificado Transmissor sem CNPJ
283	Rejeição: Certificado Transmissor - erro Cadeia de Certificação
284	Rejeição: Certificado Transmissor revogado
285	Rejeição: Certificado Transmissor difere ICP-Brasil
286	Rejeição: Certificado Transmissor erro no acesso a LCR
289	Rejeição: Código da UF informada diverge da UF solicitada
290	Rejeição: Certificado Assinatura inválido
291	Rejeição: Certificado Assinatura Data Validade
292	Rejeição: Certificado Assinatura sem CNPJ
293	Rejeição: Certificado Assinatura - erro Cadeia de Certificação
294	Rejeição: Certificado Assinatura revogado
295	Rejeição: Certificado Assinatura difere ICP-Brasil
296	Rejeição: Certificado Assinatura erro no acesso a LCR
297	Rejeição: Assinatura difere do calculado
298	Rejeição: Assinatura difere do padrão do Projeto
299	Rejeição: XML da área de cabeçalho com codificação diferente de UTF-8
401	Rejeição: CPF do remetente inválido
402	Rejeição: XML da área de dados com codificação diferente de UTF-8
404	Rejeição: Uso de prefixo de namespace não permitido
405	Rejeição: Código do país do emitente: dígito inválido
406	Rejeição: Código do país do destinatário: dígito inválido
407	Rejeição: O CPF só pode ser informado no campo emitente para o CT-e avulso
408	Rejeição: Lote com CT-e de diferentes UF
409	Rejeição: Campo cUF inexistente no elemento cteCabecMsg do SOAP Header
410	Rejeição: UF informada no campo cUF não é atendida pelo WebService
411	Rejeição: Campo versaoDados inexistente no elemento cteCabecMsg do SOAP Header



413	Rejeição: Código de Município de término da prestação: dígito inválido
414	Rejeição: Código de Município diverge da UF de término da prestação
415	Rejeição: CNPJ do remetente inválido
416	Rejeição: CPF do remetente inválido
417	Rejeição: Código de Município de localização remetente: dígito inválido
418	Rejeição: Código de Município diverge da UF de localização remetente
419	Rejeição: IE do remetente inválida
420	Rejeição: CNPJ remetente não cadastrado
421	Rejeição: IE do remetente não cadastrada
422	Rejeição: IE do remetente não vinculada ao CNPJ
423	Rejeição: Código de Município de localização destinatário: dígito inválido
424	Rejeição: Código de Município diverge da UF de localização destinatário
425	Rejeição: CNPJ destinatário não cadastrado
426	Rejeição: IE do destinatário não cadastrada
427	Rejeição: IE do destinatário não vinculada ao CNPJ
428	Rejeição: CNPJ do expedidor inválido
429	Rejeição: CPF do expedidor inválido
430	Rejeição: Código de Município de localização expedidor: dígito inválido
431	Rejeição: Código de Município diverge da UF de localização expedidor
432	Rejeição: IE do expedidor inválida
433	Rejeição: CNPJ expedidor não cadastrado
434	Rejeição: IE do expedidor não cadastrada
435	Rejeição: IE do expedidor não vinculada ao CNPJ
436	Rejeição: CNPJ do recebedor inválido
437	Rejeição: CPF do recebedor inválido
438	Rejeição: Código de Município de localização do recebedor: dígito inválido
439	Rejeição: Código de Município diverge da UF de localização recebedor
440	Rejeição: IE do recebedor inválida
441	Rejeição: CNPJ recebedor não cadastrado
442	Rejeição: IE do recebedor não cadastrada
443	Rejeição: IE do recebedor não vinculada ao CNPJ
444	Rejeição: CNPJ do tomador inválido
445	Rejeição: CPF do tomador inválido
446	Rejeição: Código de Município de localização tomador: dígito inválido
447	Rejeição: Código de Município diverge da UF de localização tomador
448	Rejeição: IE do tomador inválida
449	Rejeição: CNPJ tomador não cadastrado
455	Rejeição: Código de Município de início da prestação: dígito inválido
456	Rejeição: Código de Município diverge da UF de início da prestação
457	Rejeição: O lote contém CT-e de mais de um estabelecimento emissor
458	Rejeição: Grupo de CT-e normal não informado para CT-e normal
459	Rejeição: Grupo de CT-e complementar não informado para CT-e complementar
460	Rejeição: Não informado os dados do remetente indicado como tomador do serviço
461	Rejeição: Não informado os dados do expedidor indicado como tomador do serviço
462	Rejeição: Não informado os dados do recebedor indicado como tomador do serviço
463	Rejeição: Não informado os dados do destinatário indicado como tomador do serviço
464	Rejeição: informação do modal rodoviário não informado
465	Rejeição: informação do modal aéreo não informado
466	Rejeição: informação do modal aquaviário não informado
467	Rejeição: informação do modal ferroviário não informado
468	Rejeição: informação do modal dutoviário não informado
469	Rejeição: Remetente deve ser informado para tipo de serviço diferente de redespacho intermediário



470	Rejeição: Destinatário deve ser informado para tipo de serviço diferente de redespacho intermediário
471	Rejeição: Ano de inutilização não pode ser superior ao Ano atual
472	Rejeição: Ano de inutilização não pode ser inferior a 2008
473	Rejeição: Tipo Autorizador do Recibo diverge do Órgão Autorizador
474	Rejeição: Expedidor deve ser informado para tipo de serviço de redespacho intermediário
475	Rejeição: Recebedor deve ser informado para tipo de serviço de redespacho intermediário
476	Rejeição: O tomador do serviço no tipo de serviço normal não pode ser o expedidor
477	Rejeição: O tomador do serviço no tipo de serviço normal não pode ser o recebedor
489	Rejeição: IE do tomador não cadastrada
490	Rejeição: IE do tomador não vinculada ao CNPJ
491	Rejeição: CT-e referenciado é CT-e complementar
492	Rejeição: Código de Município de emissão: dígito inválido
493	Rejeição: Código de Município diverge da UF de emissão
494	Rejeição: Processo de emissão informado inválido
495	Rejeição: CT-e possui Carta de Correção
496	Rejeição: Grupo CT-e de Anulação não informado para o CT-e de Anulação
497	Rejeição: CT-e objeto da anulação inexistente
498	Rejeição: CT-e objeto da anulação deve estar com a situação autorizada (não pode estar cancelado ou denegado)
499	Rejeição: CT-e de anulação deve ter tipo de emissão = normal
500	Rejeição: CT-e objeto da anulação deve ter finalidade = 0 (normal)
501	Rejeição: Data de emissão do CT-e de Anulação deve ocorrer em até 60 dias
502	Rejeição: CT-e de anulação deve ter o valor do ICMS e de pretação iguais ao CT-e original
503	Rejeição: CT-e Susbtituto deve ter tipo de emissão = normal
505	Rejeição: Grupo CT-e de Substituição não informado para o CT-e de Substituição
510	Rejeição: CNPJ do emitente do CT-e substituto deve ser igual ao informado no CT-e substituído
511	Rejeição: CNPJ do remetente do CT-e substituto deve ser igual ao informado no CT-e substituído
512	Rejeição: CNPJ do destinatário do CT-e substituto deve ser igual ao informado no CT-e substituído
550	Rejeição: O CNPJ do expedidor do CT-e substituto deve ser igual ao informado no CT-e substituído
551	Rejeição: O CNPJ do recebedor do CT-e substituto deve ser igual ao informado no CT-e substituído
552	Rejeição: O CNPJ do tomador do CT-e substituto deve ser igual ao informado no CT-e substituído
553	Rejeição: A IE do emitente do CT-e substituto deve ser igual ao informado no CT-e substituído
554	Rejeição: A IE do remetente do CT-e substituto deve ser igual ao informado no CT-e substituído
555	Rejeição: A IE do destinatário do CT-e substituto deve ser igual ao informado no CT-e substituído
556	Rejeição: A IE do expedidor do CT-e substituto deve ser igual ao informado no CT-e substituído
557	Rejeição: A IE do recebedor do CT-e substituto deve ser igual ao informado no CT-e substituído
558	Rejeição: A IE do tomador do CT-e substituto deve ser igual ao informado no CT-e substituído
559	Rejeição: A UF de início de prestação deve ser igual ao informado no CT-e substituído
560	Rejeição: A UF de fim de prestação deve ser igual ao informado no CT-e substituído
561	Rejeição: O valor da prestação do serviço deve ser menor ou igual ao informado no CT-e substituído
562	Rejeição: O valor do ICMS do CT-e substituto deve ser menor ou igual ao informado no





	CT-e substituído
563	Rejeição: A anulação de um CT-e deve ocorrer no prazo máximo de 60 contados da data de emissão do CT-e objeto de Substituição
564	Rejeição: O CT-e de anulação não pode ser cancelado
565	Rejeição: O CT-e só pode ser anulado pelo emitente
566	Rejeição: CT-e objeto da anulação não pode ter sido anulado anteriormente
567	Rejeição: CT-e objeto da anulação não pode ter sido substituído anteriormente
568	Rejeição: CT-e a ser substituído inexistente
569	Rejeição: CT-e a ser substituído deve estar com a situação autorizada (não pode estar cancelado ou denegado)
570	Rejeição: CT-e a ser substituído não pode ter sido substituído anteriormente
571	Rejeição: CT-e a ser substituído deve ter finalidade = 0 (normal)
572	Rejeição: CT-e de anulação informado no grupo "Tomador não é contribuinte do ICMS" inexistente
573	Rejeição: CT-e de anulação informado no grupo "Tomador não é contribuinte do ICMS" deve ter finalidade=2(Anulação)
574	Rejeição: Vedado o cancelamento de CT-e do tipo substituto (tipo=3)
575	Rejeição: Vedado o cancelamento se possuir CT-e de Anulação associado
576	Rejeição: Vedado o cancelamento se possuir CT-e de Substituição associado
999	Rejeição: Erro não catalogado (informar a mensagem de erro capturado no tratamento da exceção)
<b>CÓDIGO</b>	<b>MOTIVOS DE DENEGAÇÃO DE USO</b>
301	Uso Denegado : Irregularidade fiscal do emitente
302	Uso Denegado : Irregularidade fiscal do remetente
303	Uso Denegado : Irregularidade fiscal do destinatário
304	Uso Denegado : Irregularidade fiscal do expedidor
305	Uso Denegado : Irregularidade fiscal do recebedor
306	Uso Denegado : Irregularidade fiscal do tomador

OBS.:

1. Recomendamos a não utilização de caracteres especiais ou acentuação nos textos das mensagens de erro.
2. Recomendamos que o campo xMotivo da mensagem de erro para o código 999 seja informado com a mensagem de erro do aplicativo ou do sistema que gerou a exceção não prevista.

## 5.2 Padrão de nomes para os arquivos

Visando facilitar o processo de guarda dos arquivos pelos legítimos interessados, foi criado um padrão de nome para os diversos tipos de arquivos utilizados pelo sistema CT-e. São eles:

- **CT-e:** O nome do arquivo será a chave de acesso completa com extensão "**-cte.xml**";
- **Envio de Lote de CT-e:** O nome do arquivo será o número do lote com extensão "**-env-lot.xml**";
- **Recibo:** O nome do arquivo será o número do lote com extensão "**-rec.xml**";
- **Pedido do Resultado do Processamento do Lote de CT-e:** O nome do arquivo será o número do recibo com extensão "**-ped-rec.xml**";
- **Resultado do Processamento do Lote de CT-e:** O nome do arquivo será o número do recibo com extensão "**-pro-rec.xml**";
- **Denegação de Uso:** O nome do arquivo será a chave de acesso completa com extensão "**-den.xml**";
- **Pedido de Cancelamento de CT-e:** O nome do arquivo será a chave de acesso completa com extensão "**-ped-can.xml**";





- **Cancelamento de CT-e:** O nome do arquivo será a chave de acesso completa com extensão “-can.xml”;
- **Pedido de Inutilização de Numeração:** O nome do arquivo será composto por: UF + Ano de inutilização + CNPJ do emitente + Modelo + Série + Número Inicial + Número Final com extensão “-ped-inu.xml”;
- **Inutilização de Numeração:** O nome do arquivo será composto por: Ano de inutilização + CNPJ do emitente + Modelo + Série + Número Inicial + Número Final com extensão “-inu.xml”;
- **Pedido de Consulta Situação Atual do CT-e:** O nome do arquivo será a chave de acesso completa com extensão “-ped-sit.xml”;
- **Situação Atual do CT-e:** O nome do arquivo será a chave de acesso completa com extensão “-sit.xml”;
- **Pedido de Consulta do Status do Serviço:** O nome do arquivo será: “AAAAMDDTHHMMSS” do momento da consulta com extensão “-ped-sta.xml”;
- **Status do Serviço:** O nome do arquivo será: “AAAAMDDTHHMMSS” do momento da consulta com extensão “-sta.xml”;

O padrão de nomenclatura também facilitará o aplicativo visualizador do CT-e.

### 5.3 Tratamento de caracteres especiais no texto de XML

Todos os textos de um documento XML passam por uma análise do “parser” específico da linguagem. Alguns caracteres afetam o funcionamento deste “parser”, não podendo aparecer no texto de uma forma não controlada.

Os caracteres que afetam o “parser” são:

- > (sinal de maior),
- < (sinal de menor),
- & (e-comercial),
- “ (aspas),
- ‘ (sinal de apóstrofe).

Alguns destes caracteres podem aparecer especialmente nos campos de Razão Social, Endereço e Informação Adicional. Para resolver o problema, é recomendável o uso de uma seqüência de “escape” em substituição ao respectivo caractere.

Ex. a denominação: DIAS & DIAS LTDA deve ser informada como: DIAS & DIAS LTDA no XML para não afetar o funcionamento do “parser”.

caractere	seqüência de escape
<	&lt;
>	&gt;
&	&amp;
”	&quot;
’	&#39;

### 5.4 Chave de Acesso do CT-e

A Chave de Acesso do Conhecimento de Transporte Eletrônico é representada por uma seqüência de 44 caracteres numéricos, representados da seguinte forma:

	Código da UF	AAMM da emissão	CNPJ do Emitente	Modelo	Série	Número do CT-e	Código Numérico	DV
Quantidade de	02	04	14	02	03	09	09	01



caracteres									
------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--

A Chave de Acesso da do Conhecimento de Transporte Eletrônico não existe como a seqüência acima descrita no leiaute do CT-e, devendo ser composta pelos seguintes campos que se encontram dispersos no leiaute do CT-e (vide Anexo I):

- **cUF** - Código da UF do emitente do Documento Fiscal
- **AAMM** - Ano e Mês de emissão do CT-e
- **CNPJ** - CNPJ do emitente
- **mod** - Modelo do Documento Fiscal
- **serie** - Série do Documento Fiscal
- **nCT** - Número do Documento Fiscal
- **cCT** - Código Numérico que compõe a Chave de Acesso
- **CDV** - Dígito Verificador da Chave de Acesso

O Dígito Verificador (DV) irá garantir a integridade da chave de acesso, protegendo-a principalmente contra digitações erradas.

### CÁLCULO DO DÍGITO VERIFICADOR DA CHAVE DE ACESSO DO CT-e

O dígito verificador da chave de acesso do CT-e é baseado em um cálculo do módulo 11. O módulo 11 de um número é calculado multiplicando-se cada algarismo pela seqüência de multiplicadores 2,3,4,5,6,7,8,9,2,3, ... posicionados da direita para a esquerda.

A somatória dos resultados das ponderações dos algarismos é dividida por 11 e o DV (dígito verificador) será a diferença entre o divisor (11) e o resto da divisão:

$$DV = 11 - (\text{resto da divisão})$$

Quando o resto da divisão for 0 (zero) ou 1 (um), o DV deverá ser igual a 0 (zero).

Exemplo: consideremos que a chave de acesso tem a seguinte seqüência de caracteres:

A CHAVE DE ACESSO	5	2	0	6	0	4	3	3	0	0	9	9	1	1	0	0	2	5	0	6	5	5	0	1	2	0	0	0	0	0	7	8	0	0	2	6	7	3	0	1	6	1	
B PESOS	4	3	2	9	8	7	6	5	4	3	2	9	8	7	6	5	4	3	2	9	8	7	6	5	4	3	2	9	8	7	6	5	4	3	2	9	8	7	6	5	4	3	2
C PONDERAÇÃO (A*B)	20	6	0	54	0	28	18	15	0	0	18	81	8	7	0	0	8	15	0	54	40	35	0	5	8	0	0	0	0	0	35	32	0	0	18	48	49	18	0	4	18	2	

Somatória das ponderações = 644

Dividindo a somatória das ponderações por 11 teremos,  $644 / 11 = 58$  restando 6.

Como o dígito verificador  $DV = 11 - (\text{resto da divisão})$ , portando  $11 - 6 = 5$

Neste caso o DV da chave de acesso do CT-e é igual a "5", valor este que deverá compor a chave de acesso totalizando a uma seqüência de 44 caracteres.

### 5.5 Número do Recibo de Lote

O número do Recibo do Lote deve ser gerado pelo Portal da Secretaria de Fazenda Estadual, com a seguinte regra de formação:

- 2 posições com o Código da UF onde foi entregue o lote (codificação do IBGE);
- 1 posição com o Tipo de Autorizador (0 ou 1=SEFAZ normal, 2=Contingência SCAN - RFB, 3=SEFAZ VIRTUAL, 4=SEFAZ VIRTUAL-AN);
- 12 posições numéricas seqüenciais.



campo	Código da UF	Tipo Autorizador	seqüencial
Quantidade de caracteres	02	01	12

O projeto utiliza a codificação da UF definida pelo IBGE:

Região Norte	Região Nordeste	Região Sudeste	Região Sul	Região Centro-Oeste
11-Rondônia 12-Acre 13-Amazonas 14-Roraima 15-Pará 16-Amapá 17-Tocantins	21-Maranhão 22-Piauí 23-Ceará 24-Rio Grande do Norte 25-Paraíba 26-Pernambuco 27-Alagoas 28-Sergipe 29-Bahia	31-Minas Gerais 32-Espírito Santo 33-Rio de Janeiro 35-São Paulo	41-Paraná 42-Santa Catarina 43-Rio Grande do Sul	50-Mato Grosso do Sul 51-Mato Grosso 52-Goiás 53-Distrito Federal

## 5.6 Número do protocolo

O número do protocolo é gerado pelo Portal da Secretaria da Fazenda Estadual ou da Receita Federal do Brasil para identificar univocamente as transações realizadas de autorização de uso, denegação de uso, cancelamento de CT-e e inutilização de numeração de CT-e.

A regra de formação do número do protocolo é:

9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9
Tipo de Autorizador	código da UF	ano	seqüencial de 10 posições											

- 1 posição com o Tipo de Autorizador (1=SEFAZ normal, 2= Contingência SCAN - RFB, 3=SEFAZ VIRTUAL, 4=SEFAZ VIRTUAL-AN);
- 2 posições para o código da UF do IBGE;
- 2 posições para ano;
- 10 posições para o seqüencial no ano.

A geração do número de protocolo deverá ser única, sendo utilizada por todos os Web Service que precisam atribuir um número de protocolo para o resultado do processamento.

## 5.7 Tempo médio de resposta

O tempo médio de resposta é um indicador que mede a performance do serviço de processamento dos lotes dos últimos 5 minutos.

O tempo médio de processamento de um CT-e é obtido pela divisão do tempo decorrido entre o recebimento da mensagem e o momento de armazenamento da mensagem de processamento do lote pela quantidade de CT-e existentes no lote.

O tempo médio de resposta é a média dos tempos médios de processamento de um CT-e dos últimos 5 minutos.

Caso o tempo médio de resposta fique abaixo de 1 (um) segundo, o tempo será informado como 1 segundo. As frações de segundos serão arredondados para cima.

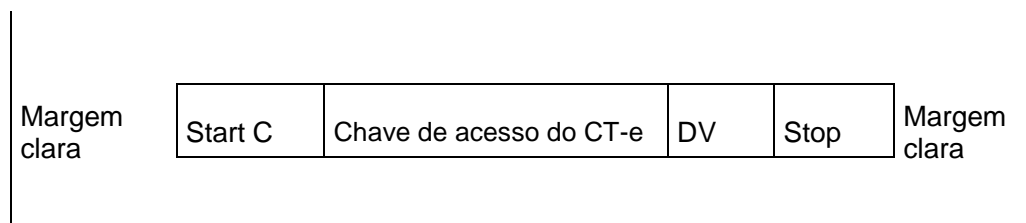
## 6. Código de Barra

O padrão de código de barras a ser impresso no DACTE é o CODE-128C. O referido código de barras deverá representar apenas a chave única de acesso do arquivo do conhecimento de transporte eletrônico, com 44 posições.

A impressão do código de barras no DACTE tem a finalidade de facilitar e agilizar a captura da chave de acesso do CT-e para consulta da veracidade da mesma nos portais estaduais e da Receita Federal. Com a chave de acesso poderá ser realizada a consulta integral ou resumida de um conhecimento de transporte eletrônico e sua situação, bem como a visualização da autorização de uso da mesma. Dentre outras finalidades do código, destacamos também o registro do trânsito de mercadorias nos Postos Fiscais e, a critério de cada unidade federada, a disponibilização do arquivo do CT-e consultado.

O conjunto de caracteres representativos do Código de Barras CODE-128C encontra-se no Anexo V deste manual.

O código de barras deverá representar apenas a chave de acesso do CT-e de 44 posições. Para a impressão do mesmo será considerada a seguinte estrutura de simbolização:



**Margem Clara:** Espaço claro, que não contém nenhuma marca legível por máquina, existente à esquerda e à direita do código para evitar interferência na decodificação da simbologia. A margem clara também é chamada de "área livre", "zona de silêncio" ou "margem de silêncio".

**Start C:** inicia a codificação dos dados CODE-128C de acordo com o conjunto de caracteres. O Start C não representa nenhum caractere.

**Chave de acesso do CT-e:** representa o conjunto de 44 caracteres da chave de acesso do CT-e.

**DV:** dígito verificador da simbologia.

**Stop:** caractere de parada, indica o final do código ao leitor óptico.

O código de barras deverá ser impresso com resolução mínima de 300 dpi, devendo ser observada a área reservada no DACTE de 3 x 9 cm.

Altura da barra: no intuito de propiciar melhor área de leitura, a altura da barra não poderá ser inferior a 1,5 cm e nem superior a 2,5 cm.

Largura da barra: considerando que para cada símbolo da barra são codificados dois caracteres, então teremos:

Tamanho do campo chave de acesso = 44 (caracteres) / 2 = 22 (símbolos)  
Considerando que cada símbolo possui 11 (módulos) \* 22 (símbolos) = 242 posições  
Margem clara = deve ter no mínimo a dimensão de 10 (módulos) \* 2 = 20 posições  
Start C = 11 (módulos) = 11 posições





## 7. DACTE

O DACTE é um documento fiscal auxiliar impresso em papel com o objetivo de:

- a) Acompanhar a prestação do serviço de transporte de mercadorias;
- b) Colher a firma do destinatário/tomador para comprovação de entrega das mercadorias e/ou prestação de serviços;
- c) Auxiliar a escrituração do CT-e para tomadores de serviços não emissores de documentos fiscais eletrônicos;

O DACTE poderá ser emitido em mais de uma folha, assim um DACTE poderá ter tantas folhas quantas forem necessárias para discriminação das mercadorias, conforme leiaute descrito no Anexo II e III deste manual. O contribuinte poderá utilizar até 50% da área disponível no verso do DACTE.

O DACTE emitido no ambiente de homologação deverá conter, em destaque, a frase “SEM VALOR FISCAL”.

O número do Protocolo de Autorização de Uso recebido da SEFAZ deverá ser impresso no DACTE.



## 8. Contingência

Durante a fase do piloto, exclusivamente em casos de contingência do Portal da Secretaria de Fazenda Estadual, as empresas emitirão os Conhecimentos de Transporte em formulário contínuo, não sendo necessária a transmissão do arquivo do CT-e após o término da contingência.

Para identificar o status operacional do Portal da Secretaria de Fazenda Estadual, será utilizado o Web Service “cteStatusServico”. Para tempo de resposta, informado pela SEFAZ no retorno da consulta de Status, superior a 3 (três) minutos ou ausência de retorno, caberá à Empresa decidir pela utilização do processo de contingência definido no parágrafo anterior.

Também através deste método a Empresa deverá identificar a saída do estado de contingência.

Antes de entrar em contingência a Empresa também deverá verificar o status operacional de sua rede interna.



## 9. Ambiente de Homologação / Produção

As Secretarias de Fazenda Estaduais deverão manter dois ambientes para recepção de CT-e. O ambiente de homologação é específico para a realização de testes e integração das aplicações do contribuinte durante a fase de implementação e adequação do sistema de emissão de CT-e do contribuinte.

A emissão de CT-e no ambiente de produção fica condicionada à prévia aprovação das equipes de TI e de negócios da própria empresa, que deverá avaliar a adequação, comportamento e performance de seu sistema de emissão de CT-e no ambiente de homologação. Uma vez aprovados os testes em homologação deve o contribuinte habilitar-se ao ambiente de produção.





## 10. Distribuição do CT-e para o Tomador do Serviço

Conforme prevista na cláusula décima do AJUSTE SINIEF 07/05 o emitente e o tomador do serviço deverão manter em arquivo digital os Conhecimentos de Transporte eletrônicos pelo prazo estabelecido na legislação tributária para a guarda dos documentos fiscais, devendo ser apresentada à administração tributária, quando solicitados.

O emissor do Conhecimento de Transporte eletrônico deve enviar ou disponibilizar o arquivo digital do CT-e para o tomador do serviço, seja de forma eletrônica ou por qualquer outro meio que possibilite ao tomador do serviço ter acesso ao arquivo digital.

O DACTE é um Documento Auxiliar do Conhecimento de Transporte eletrônico hábil para acobertar a prestação de serviços de transporte e não substitui o Conhecimento de Transporte eletrônico em nenhuma hipótese.

Os tomadores de serviços de transporte não emissores de Documentos Fiscais Eletrônicos poderão escriturar o CT-e com base nas informações contidas no DACTE, que deverá ser mantido para apresentação à administração tributária quando solicitado.

### 10.1 Processo de Distribuição

A modalidade tecnológica de intercâmbio do documento eletrônico entre o emissor e receptor deve ser acordada entre ambos, respeitando o sigilo fiscal e o padrão de conteúdo de dados definido neste item. As formas mais comuns de troca de informações entre as empresas no “comércio eletrônico” (B2B) são:

- troca de mensagens em sistema específico, baseado em WEB ou rede privativa;
- troca de arquivos;
- troca de mensagens via e-mail;
- disponibilização de informações em portais, com acesso sob demanda e autenticação de acesso.

### 10.2 Leiaute da Distribuição: CT-e

Deverá ser disponibilizado para o destinatário o mesmo conteúdo do CT-e enviada para a SEFAZ, complementada com a informação da Autorização de Uso, na forma que segue.

#### Schema XML: procCTe\_v99.99.xsd

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Dec.	Descrição/Observação
XR01	cteProc	Raiz	-	-	-	-	-	TAG raiz
XR02	versao	A	XR01	N	1-1	1-4	2	
XR03	CTe	G	XR01	-	1-1	-	-	
XR04	(dados)	-	-	-	-	-	-	Dados do CT-e, inclusive com os dados da assinatura (Anexo I)
XR05	protCte	G	XR01	-	1-1	-	-	
XR06	(dados)	-	-	-	-	-	-	Dados do Protocolo de Autorização de Uso (item 4.2.2)

**Nota:** Atualmente, no credenciamento das empresas como emissor de CT-e, a SEFAZ não está verificando a capacidade das empresas para recepção de documentos de forma eletrônica, nem a distribuição dos CT-e para o destinatário. Com a ampliação do processo de emissão de documentos eletrônicos estas implementações previstas no Projeto poderão ser exigidas.

## 11. Compartilhamento de informações do CT-e entre Órgãos Públicos

O Protocolo de Cooperação nº 03/2006 – II ENAT de implantação do Conhecimento de Transporte Eletrônico prevê o compartilhamento de CT-e entre as administrações tributárias.

O compartilhamento das informações será realizado através do intercâmbio dos seguintes arquivos digitais:

- **CT-e:** Conhecimento de Transporte eletrônico e a respectiva autorização ou denegação de uso;
- **Cancelamento de CT-e:** Pedido de Cancelamento de CT-e e a respectiva homologação do pedido;
- **Inutilização de numeração de CT-e:** Pedido de Inutilização de numeração de CT-e e a respectiva homologação do pedido;
- **Carta de Correção do CT-e:** Carta de Correção e respectiva confirmação de recepção da Carta de Correção;

### 11.1 Processo de Compartilhamento

Todos os documentos serão transmitidos para a Receita Federal do Brasil, que disponibilizará o compartilhamento destes documentos para os seguintes órgãos da administração tributária interessados:

- UF de início da prestação do serviço de transporte;
- UF de fim da prestação do serviço de transporte;
- UF do tomador da prestação do serviço de transporte;
- SUFRAMA quando a localidade de fim da prestação de serviço de transporte estiver localizada na área de incentivo fiscal administrada pela SUFRAMA.

O compartilhamento de documentos entre as SEFAZ e a RFB será realizado através dos Web Services de compartilhamento de Documentos Fiscais Eletrônicos, seguindo a padronização de nomes de arquivos que segue:

- **CT-e:** Número do Protocolo + “\_v” + [Versão do arquivo de schema com 5 posições (ex: 99.99)] + “-procCTe.xml”.  
Exemplo: 143061234567890\_v01.00-**procCTe.xml**.
- **Cancelamento de CT-e:** Número do Protocolo + “\_v” + [Versão do arquivo de schema com 5 posições (ex: 99.99)] + “-procCancCTe.xml”.  
Exemplo: 143061234567890\_v01.00-**procCancCTe.xml**.
- **Inutilização de numeração de CT-e:** Número do Protocolo + “\_v” + [Versão do arquivo de schema com 5 posições (ex: 99.99)] + “-proclnutCTe.xml”.  
Exemplo: 143061234567890\_v01.00-**proclnutCTe.xml**.
- **Carta de Correção de CT-e:** Número do Protocolo + “\_v” + [Versão do arquivo de schema com 5 posições (ex: 99.99)] + “-cartCorCTe.xml”.

**Nota:** A composição do Número do Protocolo está descrita no item 5.6.



## 11.2 Leiaute de compartilhamento: CT-e

Schema XML: procCTe\_v99.99.xsd

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Dec.	Descrição/Observação
XR01	cteProc	Raiz	-	-	-	-	-	TAG raiz
XR02	versao	A	XR01	N	1-1	1-4	2	
XR03	CTe	G	XR01	-	1-1	-	-	
XR04	(dados)	-	-	-	-	-	-	Dados do CT-e, inclusive com os dados da assinatura (Anexo I)
XR05	protCte	G	XR01	-	1-1	-	-	
XR06	(dados)	-	-	-	-	-	-	Dados do Protocolo de Autorização de Uso (item 4.2.2)

## 11.3 Leiaute de compartilhamento: Cancelamento de CT-e

Schema XML: procCancCTe\_v99.99.xsd

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Dec.	Descrição/Observação
YR01	procCancCTe	Raiz	-	-	-	-	-	TAG raiz
YR02	versao	A	YR01	N	1-1	1-4	2	
YR03	cancCTe	G	YR01	-	1-1	-	-	
YR04	(dados)	-	-	-	-	-	-	Dados do Pedido de Cancelamento (item 4.3.1)
YR05	retCancCTe	G	YR01	-	1-1	-	-	
YR06	(dados)	-	-	-	-	-	-	Dados da homologação do pedido (item 4.3.2)

## 11.4 Leiaute de compartilhamento: Inutilização de Numeração de CT-e

Schema XML: proclnutCTe\_v99.99.xsd

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Dec.	Descrição/Observação
ZR01	proclnutCTe	Raiz	-	-	-	-	-	TAG raiz
ZR02	versao	A	ZR01	N	1-1	1-4	2	
ZR03	inutCTe	G	ZR01	-	1-1	-	-	
ZR04	(dados)	-	-	-	-	-	-	Dados do Pedido de Inutilização (item 4.4.1)
ZR05	retInutCte	G	ZR01	-	1-1	-	-	
ZR06	(dados)	-	-	-	-	-	-	Dados da homologação do pedido (item 4.4.2)

## 11.5 Compartilhamento de documentos com outros órgãos públicos

O CT-e também poderá ser compartilhado com outros órgãos da administração direta, indireta, fundações e autarquias, que necessitem das informações para desempenho de suas atividades, mediante prévio convênio ou protocolo de cooperação, respeitado o sigilo fiscal.



## Anexo I – Leiaute do CT-e

### - Observações importantes para entendimento do Leiaute do CT-e

#### 1. Abreviações utilizadas nas colunas de cabeçalho do leiaute:

#	Campo	Nível	Descrição	Ele.	Tipo	Ocorr.	Tamanho	Domínio	Exp. Reg.	Observações
135	vBC	3	Valor da Base de Cálculo do ICMS	E	N	1 - 1	13, 2		ER23	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 decimais.

**a) coluna #** : identificador da linha da tabela;

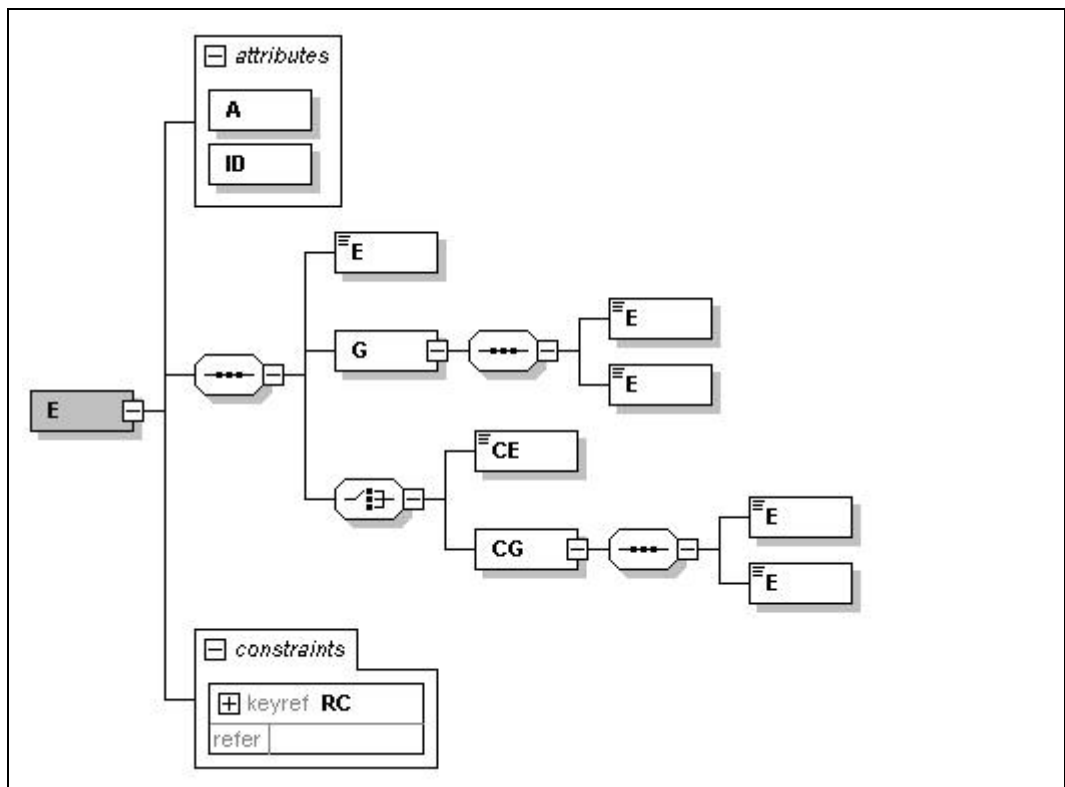
**b) coluna campo**: identificador do nome do campo, como a nomenclatura dos nomes dos campos foi padronizada, um nome de campo é utilizado para identificar campos diferentes, como por exemplo, a IE, que pode ser do emitente ou do destinatário. A diferenciação dos campos é realizada considerando as tags de grupo.

**c) coluna Nível**: identificador do nível do campo na estrutura hierárquica no schema XML. Por exemplo, o campo CFOP possui nível = 2, indicando que na estrutura hierárquica ele é “filho” do campo “ide” que possui nível = 1.

**d) coluna Ele**:



- A** - indica que o campo é um atributo do Elemento anterior;
- E** - indica que o campo é um Elemento;
- CE** - indica que o campo é um Elemento que deriva de uma Escolha (Choice);
- G** - indica que o campo é um Elemento de Grupo;
- CG** - indica que o campo é um Elemento de Grupo que deriva de uma Escolha (Choice);
- ID** - indica que o campo é um ID da XML 1.0;
- RC** - indica que o campo é uma key constraint (Restrição de Chave) para garantir a unicidade e presença do valor;



**e) coluna Tipo:**

- N – campo numérico;
- C – campo alfanumérico;
- D – campo data;

**f) Coluna Ocorrência:** x-y, onde x indica a ocorrência mínima e y a ocorrência máxima;

**g) Coluna tamanho:** x-y, onde x indica o tamanho mínimo e y o tamanho máximo; a existência de um único valor indica que o campo tem tamanho fixo, devendo-se informar a quantidade de caracteres exigidos, preenchendo-se os zeros não significativos; tamanhos separados por vírgula indicam que o campo deve ter um dos tamanhos fixos da lista;



**h) coluna Domínio:** indica o conjunto de valores permitidos para um determinado campo. Por exemplo, o campo modal pode assumir os valores 01,02,03,04 e 05. Nesta coluna é apresentada uma referência, exemplo “D1”, sendo que os valores permitidos são listados ao final do leiaute, sob o título de “Domínio”.

**i) coluna Exp. Reg:** demonstra a expressão regular associada a um determinado campo. Nesta coluna é apresentada uma referência, exemplo “ER27”, sendo que o conteúdo da expressão regular é listado ao final do leiaute, sob o título “Expressão Regular”.

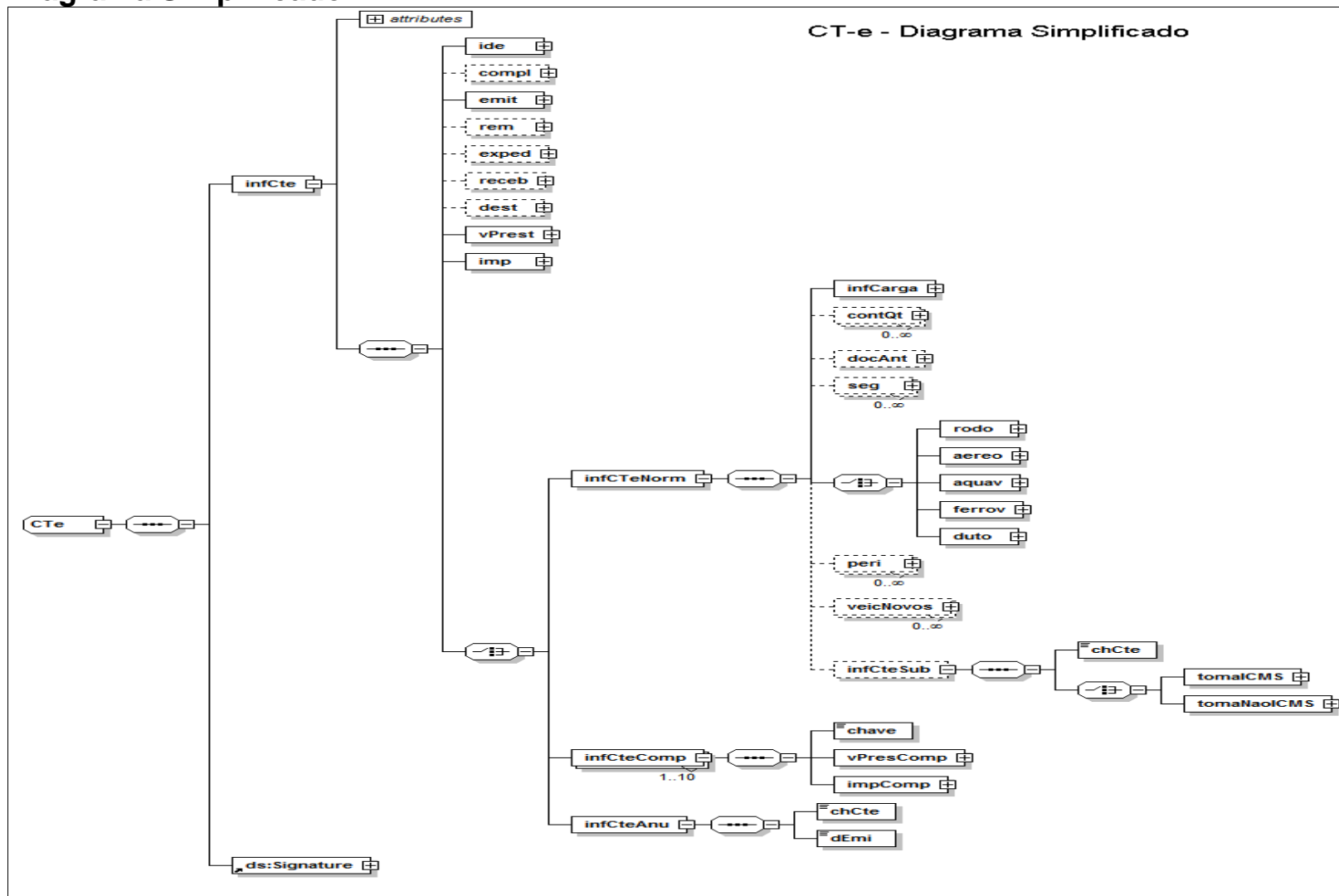
**j) O tamanho máximo dos campos** Tipo “C”, quando não especificado, é 60 posições;

## 2. Regras de preenchimento dos campos do Conhecimento de Transporte eletrônico:

- Campos que representam códigos (CNPJ, CPF, CEP, CST, NCM, EAN, etc.) devem ser informados com o tamanho fixo previsto, sem formatação e com o preenchimento dos zeros não significativos;
- Campos numéricos que representam valores e quantidades são de tamanho variável, respeitando o tamanho máximo previsto para o campo e a quantidade de casas decimais. O preenchimento de zeros não significativos causa erro de validação do Schema XML. Os campos numéricos devem ser informados sem o separador de milhar, com uso do ponto decimal para indicar a parte fracionária se existente respeitando-se a quantidade de dígitos prevista no leiaute;
- O uso de caracteres acentuados e símbolos especiais para o preenchimento dos campos alfanuméricos devem ser evitados. Os espaços informados no início e no final do campo alfanumérico também devem ser evitados;
- As datas devem ser informadas no formato “AAAA-MM-DD”;
- A forma e a obrigatoriedade de preenchimento dos campos do Conhecimento de Transporte Eletrônico estão previstas na legislação aplicável para a operação que se pretende realizar;
- Inexistindo conteúdo (valor zero ou vazio) para um campo não obrigatório, a TAG deste campo não deverá ser informada no arquivo do CT-e;
- Tratando-se de operações com o exterior, uma vez que o campo CNPJ é obrigatório não informar o conteúdo deste campo;
- No caso das pessoas desobrigadas de inscrição no CNPJ/MF, deverá ser informado o CPF da pessoa, exceto nas operações com o exterior;
- A existência no leiaute/schema de campos de preenchimento opcional não deve ser interpretado como desobrigação de preenchimento, pois esta decisão depende diretamente da legislação tributária. Significa apenas que existem situações em que o preenchimento de um determinado campo em uma determinada situação não se aplica. Por exemplo, o número de um contêiner é um campo opcional no leiaute/schema, pois nem todos os serviços de transporte são realizados através de contêiner, mas, quando ele existir, deverá obrigatoriamente ser preenchido.



### CT-e – Diagrama Simplificado





## Schema XML: CTe\_v99.99.xsd

#	Campo	Nível	Descrição	Ele	Tipo	Ocorr.	Tamanho	Domínio	Exp.Reg.	Observações
1	infCte	0	Informações do CT-e	G		1 - 1				
2	versao	1	Versão do leiaute	A	N	1 - 1			ER54	Ex: "1.03"
3	Id	1	Identificador da tag a ser assinada	A	C	1 - 1	47		ER50	Informar a chave de acesso do CT-e e precedida do literal "CTe"
4	ide	1	Identificação do CT-e	G		1 - 1				
5	cUF	2	Código da UF do emitente do CT-e.	E	N	1 - 1	2	D1		Utilizar a Tabela do IBGE.
6	cCT	2	Código numérico que compõe a Chave de Acesso.	E	N	1 - 1	9		ER33	Número aleatório gerado pelo emitente para cada CT-e, com o objetivo de evitar acessos indevidos ao documento.
7	CFOP	2	Código Fiscal de Operações e Prestações	E	N	1 - 1	4		ER52	
8	natOp	2	Natureza da Operação	E	C	1 - 1	1 - 60		ER31	
9	forPag	2	Forma de pagamento do serviço 0 - Pago; 1 - A pagar; 2 - outros	E	N	1 - 1	1	D5		
10	mod	2	Modelo do documento fiscal	E	C	1 - 1	2	D2		Utilizar o código 57 para identificação do CT-e, emitido em substituição aos modelos de conhecimentos em papel.
11	serie	2	Série do CT-e	E	N	1 - 1	1 - 3		ER28	Preencher com "0" no caso de série única, a série de contingência com autorização pela SRF deve ser "900" ou superior
12	nCT	2	Número do CT-e	E	N	1 - 1	1 - 9		ER27	
13	dhEmi	2	Data e hora de emissão do CT-e	E	C	1 - 1	19		ER34	Formato AAAA-MM-DDTHH:MM:DD
14	tplmp	2	Formato de impressão do DACTE 1 - Retrato; 2 - Paisagem.	E	N	1 - 1	1	D4		





#	Campo	Nível	Descrição	Ele	Tipo	Ocorr.	Tamanho	Domínio	Exp.Reg.	Observações
15	tpEmis	2	Forma de emissão do CT-e 1 - Normal; 2 - Contingência	E	N	1 - 1	1	D4		
16	cDV	2	Digito Verificador da chave de acesso do CT-e	E	N	1 - 1	1		ER35	Informar o dígito de controle da chave de acesso do CT-e, que deve ser calculado com a aplicação do algoritmo módulo 11 (base 2,9) da chave de acesso.
17	tpAmb	2	Tipo do Ambiente: 1 - Produção 2 - Homologação	E	N	1 - 1	1	D4		
18	tpCTe	2	Tipo do CT-e: 0 - CT-e Normal, 1 - CT-e de Complemento de Valores, 2 - CT-e de Anulação de Valores, 3 - CT-e Substituto	E	N	1 - 1	1	D6		
19	procEmi	2	Identificador do processo de emissão do CT-e: 0 - emissão de CT-e com aplicativo do contribuinte; 1 - emissão de CT-e avulsa pelo Fisco; 2 - emissão de CT-e avulsa, pelo contribuinte com seu certificado digital, através do site do Fisco; 3- emissão CT-e pelo contribuinte com aplicativo fornecido pelo Fisco.	E	N	1 - 1	1	D6		
20	verProc	2	Versão do processo de emissão	E	C	1 - 1	1 - 20		ER31	Informar a versão do aplicativo emissor de CT-e.
21	refCTE	2	Chave de acesso do CT-e referenciado	E	N	0 - 1	44		ER2	
22	cMunEmi	2	Código do Município onde o CT-e está sendo emitido	E	N	1 - 1	7		ER1	Utilizar a tabela do IBGE. Informar 9999999 para as operações com o exterior.
23	xMunEmi	2	Nome do Município onde o CT-e está sendo emitido	E	C	1 - 1	1 - 60		ER31	Informar 'EXTERIOR' para as operações com o exterior.
24	UFEmi	2	Sigla da UF onde o CT-e está sendo	E	C	1 - 1	2	D3		Informar 'EX' para operações com o



#	Campo	Nível	Descrição	Ele	Tipo	Ocorr.	Tamanho	Domínio	Exp.Reg.	Observações
			emitido							exterior.
25	modal	2	Modal: 01-Rodoviário; 02-Aéreo; 03-Aquaviário; 04-Ferrovário; 05-Dutoviário	E	N	1 - 1	2	D23		
26	tpServ	2	Tipo do Serviço: 0 - Normal; 1 - Subcontratação; 2 - Redespacho; 3 - Redespacho Intermediário	E	N	1 - 1	1	D6		
27	cMunIni	2	Código do Município de início da prestação	E	N	1 - 1	7		ER1	Utilizar a tabela do IBGE. Informar 9999999 para operações com o exterior.
28	xMunIni	2	Nome do Município do início da prestação	E	C	1 - 1	1 - 60		ER31	Informar 'EXTERIOR' para operações com o exterior.
29	UFIni	2	UF do início da prestação	E	C	1 - 1	2	D3		Informar 'EX' para operações com o exterior.
30	cMunFim	2	Código do Município de término da prestação	E	N	1 - 1	7		ER1	Utilizar a tabela do IBGE. Informar 9999999 para operações com o exterior.
31	xMunFim	2	Nome do Município do término da prestação	E	C	1 - 1	1 - 60		ER31	Informar 'EXTERIOR' para operações com o exterior.
32	UFFim	2	UF do término da prestação	E	C	1 - 1	2	D3		Informar 'EX' para operações com o exterior.
33	retira	2	Indicador se o Recebedor retira no Aeroporto, Filial, Porto ou Estação de Destino? 0 - sim; 1 - não	E	N	1 - 1	1	D7		
34	xDetRetira	2	Detalhes do retira	E	C	0 - 1	1 - 160		ER31	
35	toma03	2	Indicador do "papel" do tomador do serviço no CT-e	CG		1 - 1				
36	toma	3	Tomador do Serviço:	E	N	1 - 1	1	D6		Serão utilizadas as informações contidas



#	Campo	Nível	Descrição	Ele	Tipo	Ocorr.	Tamanho	Domínio	Exp.Reg.	Observações
			0-Remetente; 1-Expedidor; 2-Recebedor; 3-Destinatário							no respectivo grupo, conforme indicado pelo conteúdo deste campo
37	toma4	2	Indicador do "papal" do tomador do serviço no CT-e	CG		1 - 1				
38	toma	3	Tomador do Serviço: 4 - Outros	E	N	1 - 1	1	D8		Obs: Informar os dados castrais do tomador do serviço
39	CNPJ	3	Número do CNPJ	CE	N	1 - 1	14		ER7	Em caso de empresa não estabelecida no Brasil, será informado o CNPJ com zeros. Informar os zeros não significativos.
40	CPF	3	Número do CPF	CE	N	1 - 1	11		ER8	Informar os zeros não significativos.
41	IE	3	Inscrição Estadual	E	C	0 - 1	0 - 14		ER25	
42	xNome	3	Razão Social ou Nome	E	C	1 - 1	1 - 60		ER31	
43	xFant	3	Nome Fantasia	E	C	0 - 1	1 - 60		ER31	
44	fone	3	Telefone	E	N	0 - 1	7 - 12		ER36	
45	enderToma	3	Dados do endereço	G		1 - 1				
46	xLgr	4	Logradouro	E	C	1 - 1	1 - 255		ER31	
47	nro	4	Número	E	C	1 - 1	1 - 60		ER31	
48	xCpl	4	Complemento	E	C	0 - 1	1 - 60		ER31	
49	xBairro	4	Bairro	E	C	1 - 1	1 - 60		ER31	
50	cMun	4	Código do município (utilizar a tabela do IBGE), informar 9999999 para operações com o exterior.	E	N	1 - 1	7		ER1	
51	xMun	4	Nome do município, informar EXTERIOR para operações com o exterior.	E	C	1 - 1	1 - 60		ER31	
52	CEP	4	CEP	E	N	0 - 1	8		ER46	Informar os zeros não significativos
53	UF	4	Sigla da UF, informar EX para operações com o exterior.	E	C	1 - 1	2	D3		



#	Campo	Nível	Descrição	Ele	Tipo	Ocorr.	Tamanho	Domínio	Exp.Reg.	Observações
54	cPais	4	Código do país	E	N	0 - 1	1 - 4		ER30	Utilizar a tabela do BACEN
55	xPais	4	Nome do país	E	C	0 - 1	1 - 60		ER31	
<b>56</b>	<b>compl</b>	<b>1</b>	<b>Dados complementares do CT-e para fins operacionais ou comerciais</b>	<b>G</b>		<b>0 - 1</b>				
57	xCaracAd	2	Característica adicional do transporte	E	C	0 - 1	1 - 15		ER31	Texto livre: REENTREGA; DEVOLUÇÃO; REFATURAMENTO; etc
58	xCaracSer	2	Característica adicional do serviço	E	C	0 - 1	1 - 30		ER31	Texto livre: ENTRGA EXPRESSA; LOGÍSTICA REVERSA; CONVENCIONAL; EMERGENCIAL; etc
59	xEmi	2	Funcionário emissor do CTe	E	C	0 - 1	1 - 20		ER31	
60	fluxo	2	Previsão do fluxo da carga	G		0 - 1				
61	xOrig	3	Sigla ou código interno da Filial/Porto/Estação/ Aeroporto de Origem	E	C	0 - 1	1 - 15		ER31	
62	pass	3		G		0 - n				
63	xPass	4	Sigla ou código interno da Filial/Porto/Estação/Aeroporto de Passagem	E	C	0 - 1	1 - 15		ER31	
64	xDest	3	Sigla ou código interno da Filial/Porto/Estação/Aeroporto de Destino	E	C	0 - 1	1 - 15		ER31	
65	xRota	3	Código da Rota de Entrega	E	C	0 - 1	1 - 10		ER31	
66	Entrega	2	Informações ref. a previsão de entrega	G		0 - 1				
67	semData	3	Entrega sem data definida	CG		1 - 1				
68	tpPer	4	Tipo de data/período programado para entrega 0- Sem data definida	E	N	1 - 1	1	D9		
69	comData	3	Entrega com data definida	CG		1 - 1				
70	tpPer	4	Tipo de data/período programado para entrega:	E	N	1 - 1	1	D10		



#	Campo	Nível	Descrição	Ele	Tipo	Ocorr.	Tamanho	Domínio	Exp.Reg.	Observações
			1-Na data; 2-Até a data; 3-A partir da data							
71	dProg	4	Data programada	E	D	1 - 1	10		ER32	Formato AAAA-MM-DD
72	noPeriodo	3	Entrega no período definido	CG		1 - 1				
73	tpPer	4	4-no período	E	N	1 - 1	1	D8		
74	dIni	4	Data inicial	E	D	1 - 1	10		ER32	Formato AAAA-MM-DD
75	dFim	4	Data final	E	D	1 - 1	10		ER32	Formato AAAA-MM-DD
76	semHora	3	Entrega sem hora definida	CG		1 - 1				
77	tpHor	4	0- Sem hora definida	E	N	1 - 1	1	D9		
78	comHora	3	Entrega com hora definida	CG		1 - 1				
79	tpHor	4	1--No horário; 2-Até o horário; 3-A partir do horário	E	N	1 - 1	1	D10		
80	hProg	4	Hora programada	E	T	1 - 1	8		ER55	Formato HH:MM:SS
81	noInter	3	Entrega no intervalo de horário definido	CG		1 - 1				
82	tphor	4	4-No intervalo de tempo	E	N	1 - 1	1	D8		
83	hIni	4	Hora inicial	E	T	1 - 1	8		ER55	Formato HH:MM:SS
84	hFim	4	Hora final	E	T	1 - 1	8		ER55	Formato HH:MM:SS
85	origCalc	2	Município de origem para efeito de cálculo do frete	E	C	0 - 1	1 - 40		ER31	
86	destCalc	2	Município de destino para efeito de cálculo do frete	E	C	0 - 1	1 - 40		ER31	
87	xObs	2	Observações Gerais	E	C	0 - 1	1 - 2000		ER31	
88	ObsCont	2	Campo de uso livre do contribuinte informar o nome do campo no atributo xCampo e o conteúdo do campo no XTexto	G		0 - 10				



#	Campo	Nível	Descrição	Ele	Tipo	Ocorr.	Tamanho	Domínio	Exp.Reg.	Observações
89	xCampo	3	Identificação do campo	A	C	1 - 1	1 - 20		ER31	
90	xTexto	3	Conteúdo do campo	E	C	1 - 1	1 - 160		ER31	
91	ObsFisco	2	Campo de uso livre do contribuinte informar o nome do campo no atributo xCampo e o conteúdo do campo no XTexto	G		0 - 10				
92	xCampo	3	Identificação do campo	A	C	1 - 1	1 - 20		ER31	
93	xTexto	3	Conteúdo do campo	E	C	1 - 1	1 - 60		ER31	
<b>94</b>	<b>emit</b>	<b>1</b>	<b>Identificação do Emitente do CT-e</b>	<b>G</b>		<b>1 - 1</b>				
95	CNPJ	2	CNPJ do emitente	E	N	1 - 1	14		ER5	Informar zeros não significativos
96	IE	2	Inscrição Estadual	E	C	1 - 1	2 - 14		ER26	
97	xNome	2	Razão social ou Nome do emitente	E	C	1 - 1	1 - 60		ER31	
98	xFant	2	Nome fantasia	E	C	0 - 1	1 - 60		ER31	
99	enderEmit	2	Endereço do emitente	G		1 - 1				
100	xLgr	3	Logradouro	E	C	1 - 1	1 - 60		ER31	
101	nro	3	Número	E	C	1 - 1	1 - 60		ER31	
102	xCpl	3	Complemento	E	C	0 - 1	1 - 60		ER31	
103	xBairro	3	Bairro	E	C	1 - 1	1 - 60		ER31	
104	cMun	3	Código do município (utilizar a tabela do IBGE), informar 9999999 para operações com o exterior.	E	N	1 - 1	7		ER1	
105	xMun	3	Nome do município, , informar EXTERIOR para operações com o exterior.	E	C	1 - 1	1 - 60		ER31	
106	CEP	3	CEP	E	N	0 - 1	8		ER46	Informar zeros não significativos
107	UF	3	Sigla da UF, , informar EX para operações com o exterior.	E	C	1 - 1	2	D3		
108	cPais	3	Código do país	E	N	0 - 1	1 - 4		ER30	Utilizar tabela do BACEN



#	Campo	Nível	Descrição	Ele	Tipo	Ocorr.	Tamanho	Domínio	Exp.Reg.	Observações
109	xPais	3	Nome do país	E	C	0 - 1	1 - 60		ER31	
110	fone	3	Telefone	E	N	0 - 1	7 - 12		ER36	
111	rem	1	<b>Informações do Remetente das mercadorias transportadas pelo CT-e</b>	G		0 - 1				<b>Poderá não ser informado para os CT-e de redespacho intermediário. Nos demais casos deverá sempre ser informado.</b>
112	CNPJ	2	Número do CNPJ	CE	N	1 - 1	14		ER7	Em caso de empresa não estabelecida no Brasil, será informado o CNPJ com zeros. Informar os zeros não significativos.
113	CPF	2	Número do CPF	CE	N	1 - 1	11		ER8	Informar os zeros não significativos.
114	IE	2	Inscrição Estadual	E	C	1 - 1	0 - 14		ER25	Informar a IE do remetente ou ISENTO se remetente é contribuinte do ICMS isento de inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS. Caso o remetente não seja contribuinte do ICMS não informar o conteúdo.
115	xNome	2	Razão social ou nome do remetente	E	C	1 - 1	1 - 60		ER31	
116	xFant	2	Nome fantasia	E	C	0 - 1	1 - 60		ER31	
117	fone	2	Telefone	E	N	0 - 1	7 - 12		ER36	
118	enderReme	2	Dados do endereço	G		1 - 1				
119	xLgr	3	Logradouro	E	C	1 - 1	1 - 255		ER31	
120	nro	3	Número	E	C	1 - 1	1 - 60		ER31	
121	xCpl	3	Complemento	E	C	0 - 1	1 - 60		ER31	
122	xBairro	3	Bairro	E	C	1 - 1	1 - 60		ER31	
123	cMun	3	Código do município (utilizar a tabela do IBGE), informar 99999999 para operações com o exterior.	E	N	1 - 1	7		ER1	
124	xMun	3	Nome do município, informar EXTERIOR para operações com o exterior.	E	C	1 - 1	1 - 60		ER31	



#	Campo	Nível	Descrição	Ele	Tipo	Ocorr.	Tamanho	Domínio	Exp.Reg.	Observações
125	CEP	3	CEP	E	N	0 - 1	8		ER46	Informar os zeros não significativos
126	UF	3	Sigla da UF, informar EX para operações com o exterior.	E	C	1 - 1	2	D3		
127	cPais	3	Código do país	E	N	0 - 1	1 - 4		ER30	Utilizar a tabela do BACEN
128	xPais	3	Nome do país	E	C	0 - 1	1 - 60		ER31	
129	infNF	2	Informações das NF	CG		1 - n				Este grupo deve ser informado quando o documento originário for NF
130	nRoma	3	Número do Romaneio da NF	E	C	0 - 1	1 - 20		ER31	
131	nPed	3	Número do Pedido da NF	E	C	0 - 1	1 - 20		ER31	
132	serie	3	Série	E	C	1 - 1	1 - 3		ER31	
133	nDoc	3	Número	E	C	1 - 1	1 - 20		ER31	
134	dEmi	3	Data de Emissão	E	D	1 - 1	10		ER32	Formato AAAA-MM-DD
135	vBC	3	Valor da Base de Cálculo do ICMS	E	N	1 - 1	13, 2		ER23	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 decimais.
136	vICMS	3	Valor Total do ICMS	E	N	1 - 1	13, 2		ER23	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 decimais.
137	vBCST	3	Valor da Base de Cálculo do ICMS ST	E	N	1 - 1	13, 2		ER23	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 decimais.
138	vST	3	Valor Total do ICMS ST	E	N	1 - 1	13, 2		ER23	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 decimais.
139	vProd	3	Valor Total dos Produtos	E	N	1 - 1	13, 2		ER23	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 decimais.
140	vNF	3	Valor Total da NF	E	N	1 - 1	13, 2		ER23	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 decimais.
141	nCFOP	3	CFOP Predominante	E	N	1 - 1	4		ER52	CFOP da NF ou, na existência de mais de um, predominância pelo critério de valor econômico.
142	nPeso	3	Peso total em Kg	E	N	0 - 1	12, 3		ER20	15 posições, sendo 12 inteiras e 3 decimais.





#	Campo	Nível	Descrição	Ele	Tipo	Ocorr.	Tamanho	Domínio	Exp.Reg.	Observações
143	PIN	3	PIN SUFRAMA	E	N	0 - 1	2 - 9		ER37	PIN atribuído pela SUFRAMA para a operação.
144	locRet	3	Local de retirada constante na NF	G		0 - 1				Informar apenas quando diferente do endereço do remetente.
145	CNPJ	4	Número do CNPJ	CE	N	1 - 1	14		ER5	
146	CPF	4	Número do CPF	CE	N	1 - 1	11		ER8	
147	xNome	4	Razão Social ou Nome	E	C	1 - 1	1 - 60		ER31	
148	xLgr	4	Logradouro	E	C	1 - 1	1 - 255		ER31	
149	nro	4	Número	E	C	1 - 1	1 - 60		ER31	
150	xCpl	4	Complemento	E	C	0 - 1	1 - 60		ER31	
151	xBairro	4	Bairro	E	C	1 - 1	1 - 60		ER31	
152	cMun	4	Código do município (utilizar a tabela do IBGE), informar 9999999 para operações com o exterior.	E	N	1 - 1	7		ER1	
153	xMun	4	Nome do município, , informar EXTERIOR para operações com o exterior.	E	C	1 - 1	1 - 60		ER31	
154	UF	4	Sigla da UF, , informar EX para operações com o exterior.	E	C	1 - 1	2	D3		
155	infNFe	2	Informações das NF-e	CG		1 - n				
156	chave	3	Chave de acesso da NF-e	E	N	1 - 1	44		ER2	
157	PIN	3	PIN SUFRAMA	E	N	0 - 1	2 - 9		ER37	PIN atribuído pela SUFRAMA para a operação.
158	infOutros	2	Informações dos demais documentos	CG		1 - n				
159	tpDoc	3	Tipo de documento originário 00 - Declaração 99 - Outros	E	N	1 - 1	2	D11		
160	descOutros	3	Descrição quando se tratar de 99-Outros	E		0 - 1				
161	nDoc	3	Número	E	C	0 - 1	1 - 20		ER31	



#	Campo	Nível	Descrição	Ele	Tipo	Ocorr.	Tamanho	Domínio	Exp.Reg.	Observações
162	dEmi	3	Data de Emissão	E	D	1 - 1	10		ER32	Formato AAAA-MM-DD
163	vDocFisc	3	Valor do documento	E	N	0 - 1	13, 2		ER24	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 decimais.
<b>164</b>	<b>exped</b>	<b>1</b>	<b>Informações do Expedidor da Carga</b>	<b>G</b>		<b>0 - 1</b>				
165	CNPJ	2	Número do CNPJ	CE	N	1 - 1	14		ER7	Em caso de empresa não estabelecida no Brasil, será informado o CNPJ com zeros. Informar os zeros não significativos.
166	CPF	2	Número do CPF	CE	N	1 - 1	11		ER8	Informar os zeros não significativos.
167	IE	2	Inscrição Estadual	E	C	1 - 1	0 - 14		ER25	
168	xNome	2	Razão Social ou Nome	E	C	1 - 1	1 - 60		ER31	
169	fone	2	Telefone	E	N	0 - 1	7 - 12		ER36	
170	enderExped	2	Dados do endereço	G		1 - 1				
171	xLgr	3	Logradouro	E	C	1 - 1	1 - 255		ER31	
172	nro	3	Número	E	C	1 - 1	1 - 60		ER31	
173	xCpl	3	Complemento	E	C	0 - 1	1 - 60		ER31	
174	xBairro	3	Bairro	E	C	1 - 1	1 - 60		ER31	
175	cMun	3	Código do município (utilizar a tabela do IBGE), informar 9999999 para operações com o exterior.	E	N	1 - 1	7		ER1	
176	xMun	3	Nome do município, informar EXTERIOR para operações com o exterior.	E	C	1 - 1	1 - 60		ER31	
177	CEP	3	CEP	E	N	0 - 1	8		ER46	Informar os zeros não significativos
178	UF	3	Sigla da UF, informar EX para operações com o exterior.	E	C	1 - 1	2	D3		
179	cPais	3	Código do país	E	N	0 - 1	1 - 4		ER30	Utilizar a tabela do BACEN
180	xPais	3	Nome do país	E	C	0 - 1	1 - 60		ER31	
<b>181</b>	<b>receb</b>	<b>1</b>	<b>Informações do Recebedor da Carga</b>	<b>G</b>		<b>0 - 1</b>				



#	Campo	Nível	Descrição	Ele	Tipo	Ocorr.	Tamanho	Domínio	Exp.Reg.	Observações
182	CNPJ	2	Número do CNPJ	CE	N	1 - 1	14		ER7	Em caso de empresa não estabelecida no Brasil, será informado o CNPJ com zeros. Informar os zeros não significativos.
183	CPF	2	Número do CPF	CE	N	1 - 1	11		ER8	Informar os zeros não significativos.
184	IE	2	Inscrição Estadual	E	C	1 - 1	0 - 14		ER25	
185	xNome	2	Razão Social ou Nome	E	C	1 - 1	1 - 60		ER31	
186	fone	2	Telefone	E	N	0 - 1	7 - 12		ER36	
187	enderReceb	2	Dados do endereço	G		1 - 1				
188	xLgr	3	Logradouro	E	C	1 - 1	1 - 255		ER31	
189	nro	3	Número	E	C	1 - 1	1 - 60		ER31	
190	xCpl	3	Complemento	E	C	0 - 1	1 - 60		ER31	
191	xBairro	3	Bairro	E	C	1 - 1	1 - 60		ER31	
192	cMun	3	Código do município (utilizar a tabela do IBGE), informar 9999999 para operações com o exterior.	E	N	1 - 1	7		ER1	
193	xMun	3	Nome do município, informar EXTERIOR para operações com o exterior.	E	C	1 - 1	1 - 60		ER31	
194	CEP	3	CEP	E	N	0 - 1	8		ER46	Informar os zeros não significativos
195	UF	3	Sigla da UF, informar EX para operações com o exterior.	E	C	1 - 1	2	D3		
196	cPais	3	Código do país	E	N	0 - 1	1 - 4		ER30	Utilizar a tabela do BACEN
197	xPais	3	Nome do país	E	C	0 - 1	1 - 60		ER31	
198	dest	1	<b>Informações do Destinatário do CT-e</b>	<b>G</b>		<b>0 - 1</b>				<b>Só pode ser omitido em caso de redespacho intermediário</b>
199	CNPJ	2	Número do CNPJ	CE	N	1 - 1	14		ER7	Em caso de empresa não estabelecida no Brasil, será informado o CNPJ com zeros. Informar os zeros não significativos.



#	Campo	Nível	Descrição	Ele	Tipo	Ocorr.	Tamanho	Domínio	Exp.Reg.	Observações
200	CPF	2	Número do CPF	CE	N	1 - 1	11		ER8	Informar os zeros não significativos.
201	IE	2	Inscrição Estadual	E	C	0 - 1	0 - 14		ER25	
202	xNome	2	Razão Social ou Nome do remetente	E	C	1 - 1	1 - 60		ER31	
203	fone	2	Telefone	E	N	0 - 1	7 - 12		ER36	
204	ISUF	2	Inscrição na SUFRAMA (Obrigatório nas operações com as áreas com benefícios de incentivos fiscais sob controle da SUFRAMA)	E	N	0 - 1	8 - 9		ER38	
205	enderDest	2	Dados do endereço	G		1 - 1				
206	xLgr	3	Logradouro	E	C	1 - 1	1 - 255		ER31	
207	nro	3	Número	E	C	1 - 1	1 - 60		ER31	
208	xCpl	3	Complemento	E	C	0 - 1	1 - 60		ER31	
209	xBairro	3	Bairro	E	C	1 - 1	1 - 60		ER31	
210	cMun	3	Código do município (utilizar a tabela do IBGE), informar 9999999 para operações com o exterior.	E	N	1 - 1	7		ER1	
211	xMun	3	Nome do município, informar EXTERIOR para operações com o exterior.	E	C	1 - 1	1 - 60		ER31	
212	CEP	3	CEP	E	N	0 - 1	8		ER46	Informar os zeros não significativos
213	UF	3	Sigla da UF, informar EX para operações com o exterior.	E	C	1 - 1	2	D3		
214	cPais	3	Código do país	E	N	0 - 1	1 - 4		ER30	Utilizar a tabela do BACEN
215	xPais	3	Nome do país	E	C	0 - 1	1 - 60		ER31	
216	locEnt	2	Local de Entrega constante na Nota Fiscal	G		0 - 1				Informar apenas quando diferente do endereço do destinatário
217	CNPJ	3	Número do CNPJ	CE	N	1 - 1	14		ER5	
218	CPF	3	Número do CPF	CE	N	1 - 1	11		ER8	
219	xNome	3	Razão Social ou Nome	E	C	1 - 1	1 - 60		ER31	



#	Campo	Nível	Descrição	Ele	Tipo	Ocorr.	Tamanho	Domínio	Exp.Reg.	Observações
220	xLgr	3	Logradouro	E	C	1 - 1	1 - 255		ER31	
221	nro	3	Número	E	C	1 - 1	1 - 60		ER31	
222	xCpl	3	Complemento	E	C	0 - 1	1 - 60		ER31	
223	xBairro	3	Bairro	E	C	1 - 1	1 - 60		ER31	
224	cMun	3	Código do município (utilizar a tabela do IBGE), informar 9999999 para operações com o exterior.	E	N	1 - 1	7		ER1	
225	xMun	3	Nome do município, , informar EXTERIOR para operações com o exterior.	E	C	1 - 1	1 - 60		ER31	
226	UF	3	Sigla da UF, , informar EX para operações com o exterior.	E	C	1 - 1	2	D3		
<b>227</b>	<b>vPrest</b>	<b>1</b>	<b>Valores da Prestação de Serviço</b>	<b>G</b>		<b>1 - 1</b>				
228	vTPrest	2	Valor Total da Prestação do Serviço	E	N	1 - 1	13, 2		ER23	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 decimais. Pode conter zeros quando o CT-e for de complemento de ICMS
229	vRec	2	Valor a Receber	E	N	1 - 1	13, 2		ER23	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 decimais.
230	Comp	2	Componentes do Valor da Prestação	G		0 - n				
231	xNome	3	Nome do componente	E	C	1 - 1	1 - 15		ER31	Exemplos: FRETE PESO, FRETE VALOR, SEC/CAT, ADEME, AGENDAMENTO, etc
232	vComp	3	Valor do componente	E	N	1 - 1	13, 2		ER23	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 decimais.
<b>233</b>	<b>imp</b>	<b>1</b>	<b>Informações relativas aos Impostos</b>	<b>G</b>		<b>1 - 1</b>				
234	ICMS	2	Informações relativas ao ICMS	G		1 - 1				CST do serviço: 00 - ICMS Normal; 20 - ICMS com redução de Base de Cálculo; 40 - ICMS isenção;



#	Campo	Nível	Descrição	Ele	Tipo	Ocorr.	Tamanho	Domínio	Exp.Reg.	Observações
										41 - ICMS não tributada; 51 - ICMS diferido; 80 - ICMS pago atribuído ao tomador ou ao terceiro previsto para substituição tributária; 81 - ICMS devido para outras UF; 90 - ICMS outras situações.
235	CST00	3	Prestação sujeito à tributação normal do ICMS	CG		1 - 1				
236	CST	4	classificação tributária do serviço: 00 - tributação normal ICMS	E	N	1 - 1	2	D18		
237	vBC	4	Valor da BC do ICMS	E	N	1 - 1	13, 2		ER23	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 decimais.
238	pICMS	4	Alíquota do ICMS	E	N	1 - 1	3, 2		ER10	5 posições, sendo 3 inteiras e 2 decimais.
239	vICMS	4	Valor do ICMS	E	N	1 - 1	13, 2		ER23	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 decimais.
240	CST20	3	Prestação sujeito à tributação com redução de BC do ICMS	CG		1 - 1				
241	CST	4	classificação tributária do serviço: 20 - tributação com BC reduzida do ICMS	E	N	1 - 1	2	D19		
242	pRedBC	4	Percentual de redução da BC	E	N	1 - 1	3, 2		ER11	5 posições, sendo 3 inteiras e 2 decimais.
243	vBC	4	Valor da BC do ICMS	E	N	1 - 1	13, 2		ER23	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 decimais.
244	pICMS	4	Alíquota do ICMS	E	N	1 - 1	3, 2		ER10	5 posições, sendo 3 inteiras e 2 decimais.
245	vICMS	4	Valor do ICMS	E	N	1 - 1	13, 2		ER23	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 decimais.
246	CST45	3	ICMS Isento, não Tributado ou diferido	CG		1 - 1				
247	CST	4	40 - ICMS isenção; 41 - ICMS não tributada; 51 - ICMS diferido	E	N	1 - 1	2	D20		
248	CST80	3	Responsabilidade do recolhimento do	CG		1 - 1				



#	Campo	Nível	Descrição	Ele	Tipo	Ocorr.	Tamanho	Domínio	Exp.Reg.	Observações
			ICMS atribuído ao tomador ou 3º por ST							
249	CST	4	90 - ICMS outros	E	N	1 - 1	2	D21		
250	vBC	4	Valor da BC do ICMS	E	N	1 - 1	13, 2		ER23	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 decimais.
251	pICMS	4	Alíquota do ICMS	E	N	1 - 1	3, 2		ER10	5 posições, sendo 3 inteiras e 2 decimais.
252	vICMS	4	Valor do ICMS	E	N	1 - 1	13, 2		ER23	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 decimais.
253	vCred	4	Valor do Crédito outorgado/Presumido	E	N	0 - 1	13, 2		ER23	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 decimais.
254	CST81	3	ICMS devido à Outra UF	CG		1 - 1				
255	CST	4	90 - ICMS outros	E	N	1 - 1	2	D21		
256	pRedBC	4	Percentual de redução da BC	E	N	0 - 1	3, 2		ER11	5 posições, sendo 3 inteiras e 2 decimais.
257	vBC	4	Valor da BC do ICMS	E	N	1 - 1	13, 2		ER23	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 decimais.
258	pICMS	4	Alíquota do ICMS	E	N	1 - 1	3, 2		ER10	5 posições, sendo 3 inteiras e 2 decimais.
259	vICMS	4	Valor do ICMS	E	N	1 - 1	13, 2		ER23	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 decimais.
260	CST90	3	ICMS Outros	CG		1 - 1				
261	CST	4	90 - ICMS outros	E	N	1 - 1	2	D21		
262	pRedBC	4	Percentual de redução da BC	E	N	0 - 1	3, 2		ER11	5 posições, sendo 3 inteiras e 2 decimais.
263	vBC	4	Valor da BC do ICMS	E	N	1 - 1	13, 2		ER23	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 decimais.
264	pICMS	4	Alíquota do ICMS	E	N	1 - 1	3, 2		ER10	5 posições, sendo 3 inteiras e 2 decimais.
265	vICMS	4	Valor do ICMS	E	N	1 - 1	13, 2		ER23	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 decimais.
266	vCred	4	Valor do Crédito Outorgado/Presumido	E	N	0 - 1	13, 2		ER23	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 decimais.
267	infAdFisco	2	Informações adicionais de interesse do Fisco	E	C	0 - 1	1 - 2000		ER31	Norma referenciada, informações complementares, etc



#	Campo	Nível	Descrição	Ele	Tipo	Ocorr.	Tamanho	Domínio	Exp.Reg.	Observações
268	infCTeNorm	1	Grupo de informações do CT-e Normal e Substituto	CG		1 - 1				
269	infCarga	2	Informações da Carga do CT-e	G		1 - 1				
270	vMerc	3	Valor total da mercadoria	E	N	1 - 1	13, 2		ER23	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 decimais.
271	proPred	3	Produto predominante	E	C	1 - 1	1 - 60		ER31	Informar a descrição do produto predominante
272	xOutCat	3	Outras características da carga	E	C	0 - 1	1 - 30		ER31	"FRIA", "GRANEL", "REFRIGERADA", "Medidas: 12X12X12"
273	infQ	3	Informações de quantidades da Carga do CT-e	G		1 - n				
274	cUnid	4	Código da Unidade de Medida	E	N	1 - 1	2	D12		00-M3; 01-KG; 02-TON; 03-UNIDADE; 04-LITROS.
275	tpMed	4	Tipo da Medida	E	C	1 - 1	1 - 20		ER31	Exemplos: PESO BRUTO, PESO DECLARADO, PESO CUBADO, PESO AFORADO, PESO AFERIDO, PESO BASE DE CÁLCULO, LITRAGEM, CAIXAS e etc
276	qCarga	4	Quantidade	E	N	1 - 1	11, 4		ER17	15 posições, sendo 11 inteiras e 4 decimais.
277	contQt	2	Informações dos containers	G		0 - n				
278	nCont	3	Número do Container	E	N	1 - 1	1 - 20		ER48	
279	lacContQt	3	Lacres dos containers	G		0 - n				
280	nLacre	4	Número do lacre	E	C	1 - 1	1 - 20		ER31	
281	dPrev	3	Data prevista de entrega	E	D	0 - 1	10		ER32	Formato AAAA-MM-DD
282	docAnt	2	Documentos de Transporte Anterior	G		0 - 1				
283	emiDocAnt	3	Emissor do documento anterior	G		1 - n				





#	Campo	Nível	Descrição	Ele	Tipo	Ocorr.	Tamanho	Domínio	Exp.Reg.	Observações
284	CNPJ	4	Número do CNPJ	CE	N	1 - 1	14		ER7	Em caso de empresa não estabelecida no Brasil, será informado o CNPJ com zeros. Informar os zeros não significativos.
285	CPF	4	Número do CPF	CE	N	1 - 1	11		ER8	Informar os zeros não significativos.
286	IE	4	Inscrição Estadual	E	C	1 - 1	2 - 14		ER26	
287	UF	4	Sigla da UF, , informar EX para operações com o exterior.	E	C	1 - 1	2	D3		
288	xNome	4	Razão Social ou Nome do expedidor	E	C	1 - 1	1 - 60		ER31	
289	idDocAnt	4	Informações de identificação dos documentos de Transporte Anterior	G		1 - 2				
290	idDocAntPap	5	Documentos de transporte anterior em papel	CG		1 - n				
291	tpDoc	6	Tipo do Documento originário: 00-CTRC 01-CTAC 02-ACT 03 - NF Modelo 7 04 - NF Modelo 27 05-Conhecimento Aéreo Nacional 06-CTMC 07-ATRE 08-DTA (Despacho de Transito Aduaneiro) 09-Conhecimento Aéreo Internacional 10 - Conhecimento - Carta de Porte Internacional 11 - Conhecimento Avulso 12-TIF (Transporte Internacional Ferroviário) 99 - outros	E	N	1 - 1	2	D24		
292	serie	6	Série do Documento Fiscal	E	C	1 - 1	1 - 3		ER31	
293	subser	6	Série do Documento Fiscal	E	C	0 - 1	1 - 2		ER31	
294	nDoc	6	Número do Documento Fiscal	E	N	1 - 1	1 - 20		ER39	



#	Campo	Nível	Descrição	Ele	Tipo	Ocorr.	Tamanho	Domínio	Exp.Reg.	Observações
295	dEmi	6	Data de emissão (AAAA-MM-DD)	E	D	1 - 1	10		ER32	
296	idDocAntEle	5	Documentos de transporte anterior eletrônicos	CG		1 - n				
297	chave	6	Chave de acesso do CT-e	E	N	1 - 1	44		ER2	
298	seg	2	Informações de Seguro da Carga	G		0 - n				
299	respSeg	3	0- Remetente, 1- Expedidor, 2 - Recebedor, 3 - Destinatário, 4 - Emitente do CT-e, 5 - Tomador de Serviço.	E	N	1 - 1	1	D13		Dados obrigatórios apenas no modal Rodoviário, depois da lei 11.442/07. Para os demais modais esta informação é opcional.
300	xSeg	3	Nome da Seguradora	E	C	0 - 1	1 - 30		ER31	
301	nApol	3	Número da Apólice	E	C	0 - 1	1 - 20		ER31	Obrigatório pela lei 11.442/07 (RCTRC)
302	nAver	3	Número da Averbação	E	C	0 - 1	20		ER31	Não é obrigatório, pois muitas averbações ocorrem após a emissão do CT, mensalmente, por exemplo.
303	vMerc	3	Valor da Mercadoria para efeito de averbação	E	N	0 - 1	12, 3		ER19	15 posições, sendo 12 inteiras e 3 decimais. Normalmente igual ao valor declarado da mercadoria, diferente por exemplo, quando a mercadoria transportada é isenta de tributos nacionais para exportação, onde é preciso averbar um valor maior, pois no caso de indenização, o valor a ser pago será maior
304	rodo	2	Informações do modal Rodoviário	CG		1 - 1				
305	RNTRC	3	Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga	E	N	1 - 1	14		ER5	Registro obrigatório do emitente do CT-e junto à ANTT para exercer a atividade de transportador rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração.
306	dPrev	3	Data prevista para entrega da carga no Recebedor	E	D	1 - 1	10		ER32	Formato AAAA-MM-DD



#	Campo	Nível	Descrição	Ele	Tipo	Ocorr.	Tamanho	Domínio	Exp.Reg.	Observações
307	lota	3	Indicador de Lotação 0 - Não, 1 - Sim	E	N	1 - 1	1	D7		Obs. Será lotação quando houver apenas 1 tomador do serviço por veículo, ou combinação veicular, e por viagem
308	CTRB	3	Contrato de Transporte Rodoviário de Bens	G		0 - 1				Também conhecido como Carta Frete ou Vale Frete
309	serie	4	Série do CTRB	E	N	1 - 1	1 - 3		ER40	
310	nCTRB	4	Número do Contrato de Transporte Rodoviário de Bens	E	N	1 - 1	1 - 6		ER41	
311	occ	3	Ordens de Coleta associados	G		0 - 10				
312	serie	4	Série da OCC	E	C	0 - 1	1 - 3		ER31	
313	nOcc	4	Número da Ordem de coleta	E	N	1 - 1	1 - 6		ER41	
314	dEmi	4	Data de emissão da ordem de coleta	E	D	1 - 1	10		ER32	Formato AAAA-MM-DD
315	emiOcc	4		G		1 - 1				
316	CNPJ	5	Número do CNPJ	E	N	1 - 1	14		ER5	Informar os zeros não significativos.
317	clnt	5	Código interno de uso da transportadora	E	C	0 - 1	1 - 10		ER31	Uso interno das transportadoras.
318	IE	5	Inscrição Estadual	E	C	1 - 1	2 - 14		ER26	
319	UF	5	Sigla da UF, , informar EX para operações com o exterior.	E	C	1 - 1	2	D3		
320	fone	5	Telefone	E	C	0 - 1	7 - 12		ER31	
321	valePed	3	Informações de Vale Pedágio	G		0 - 1				Dados só serão informados por empresas de transporte rodoviário e quando o CT-e for de carga lotação.
322	nroRE	4	Número do Certificado do Regime Especial que permite que o Vale Pedágio não seja pago antecipadamente	E	C	0 - 1	5 - 9		ER31	
323	vTValePed	4	Valor Total dos Vales Pedágio.	E	N	0 - 1	13, 2		ER23	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 decimais. Este valor deve corresponder ao valor cobrado em todas as praças de pedágio



#	Campo	Nível	Descrição	Ele	Tipo	Ocorr.	Tamanho	Domínio	Exp.Reg.	Observações
										existentes na rota de viagem contratada, por veículo ou combinação veicular.
324	respPg	4	Responsável pelo pagamento do Vale Pedágio. 0-emite do CT-e, 1-remetente, 2-expedidor, 3-recebedor, 4-destinatário, 5-Tomador do Serviço	E	N	1 - 1	1	D13		
325	disp	4	Informações dos dispositivos do Vale Pedágio	G		0 - n				Esse grupo não é preenchido se: 1) existe o Regime Especial de Vale-Pedágio, ou; 2) no trajeto não houver pedágio, ou; 3) for carga fracionada
326	tpDisp	5	Tipo do dispositivo 0 - Cartão magnético; 1- TAG; 2 - Ticket em papel.	E	N	1 - 1	1	D10		
327	xEmp	5	Empresa fornecedora do Vale Pedágio	E	C	1 - 1	1 - 30		ER31	Ou seja, empresa que fornece ao Responsável pelo Pagamento do Vale Pedágio os dispositivos do Vale Pedágio.
328	dVig	5	Data de vigência do Contrato	E	D	1 - 1	10		ER32	A data de vigência do contrato entre a Empresa Fornecedora e o Responsável pelo Pagamento do Vale Pedágio. Colocar 2099- 09- 09 se for prazo indeterminado. Formato AAAA-MM-DD.
329	nDisp	5	Número do dispositivo (cartão ou TAG).	E	C	0 - 1	1 - 20		ER31	Dispensado para o caso de uso de Ticket em papel
330	nCompC	5	Número de ordem do comprovante de compra do Vale Pedágio fornecido para cada veículo ou combinação veicular, por viagem.	E	C	0 - 1	1 - 14		ER31	
331	veic	3	Dados dos Veículos	G		0 - 4				Um CT-e poderá ter vários veículos associados, ex.: cavalo + reboque. Só preenchido em CT-e rodoviário de lotação.



#	Campo	Nível	Descrição	Ele	Tipo	Ocorr.	Tamanho	Domínio	Exp.Reg.	Observações
332	clnt	4	Código interno do veículo	E	C	0 - 1	1 - 10		ER31	
333	RENAVAM	4	RENAVAM do veículo	E	C	1 - 1	9		ER31	
334	placa	4	Placa do veículo	E	C	1 - 1			ER31	
335	tara	4	Tara em KG	E	N	1 - 1	1 - 6		ER42	
336	capKG	4	Capacidade em KG	E	N	1 - 1	1 - 6		ER42	
337	capM3	4	Capacidade em M3	E	N	1 - 1	1 - 3		ER28	
338	tpProp	4	Tipo de Propriedade de veículo: P- Próprio; T- terceiro.	E	C	1 - 1	1	D14		Será próprio quando o proprietário, co-proprietário ou arrendatário do veículo for o Emitente do CT-e, caso contrário será caracterizado como de propriedade de Terceiro
339	tpVeic	4	Tipo de veículo: 0-Tração; 1-Reboque	E	N	1 - 1	1	D7		
340	tpRod	4	Tipo de Rodado: 00 - não aplicável 01 - Truck; 02 - Toco; 03 - Cavalô Mecânico; 04 - VAN; 05 - Utilitário; 06 - Outros.	E	N	1 - 1	2	D15		
341	tpCar	4	Tipo de Carroceria: 00 - não aplicável 01 - Aberta; 02 - Fechada/Baú; 03 - Granelera; 04 - Porta Container; 05 - Sider	E	N	1 - 1	2	D16		
342	UF	4	UF em que veículo está licenciado	E	C	1 - 1	2	D3		Sigla da UF de licenciamento do veículo.
343	prop	4	Proprietários do Veículo. Só preenchido quando o veículo não pertencer à empresa emitente do CT-e	G		0 - 1				



#	Campo	Nível	Descrição	Ele	Tipo	Ocorr.	Tamanho	Domínio	Exp.Reg.	Observações
344	CPF	5	Número do CPF	CE	N	1 - 1	11		ER8	Informar os zeros não significativos.
345	CNPJ	5	Número do CNPJ	CE	N	1 - 1	14		ER7	Informar os zeros não significativos.
346	RNTRC	5	Registro Nacional dos Transportadores Rodoviários de Carga	E	C	1 - 1	14		ER31	Registro obrigatório do proprietário, coproprietário ou arrendatário do veículo junto à ANTT para exercer a atividade de transportador rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração.
347	xNome	5	Razão Social ou Nome do proprietário	E	C	1 - 1	1 - 60		ER31	
348	IE	5	Inscrição Estadual	E	C	1 - 1	2 - 14		ER26	
349	UF	5	UF	E	C	1 - 1	2	D3		
350	tpProp	5	0-TAC – Agregado; 1-TAC Independente; ou 2 – Outros.	E	N	1 - 1	1	D5		
351	lacRodo	3	Lacres	G		0 - n				
352	nLacre	4	Número do Lacre	E	C	1 - 1	1 - 20		ER31	
353	moto	3	Informações do(s) Motorista(s)	G		0 - n				Só preenchido em CT-e rodoviário de lotação
354	xNome	4	Nome do Motorista	E	C	1 - 1	1 - 60		ER31	
355	CPF	4	CPF do Motorista	E	N	1 - 1	11		ER8	
356	aereo	2	Informações do modal Aéreo	CG		1 - 1				
357	nMinu	3	Número da Minuta	E	N	0 - 1	9		ER33	Documento que precede o CT-e, assinado pelo expedidor, espécie de pedido de serviço
358	nOCA	3	Número da Operacional do Conhecimento Aéreo	E	N	0 - 1	14		ER5	Número Operacional do Conhecimento Aéreo, 14 posições numéricas, não obrigatório. Esse campo será preenchido com o Identificador da Cia Aérea (999), Range identificar (9), Número (999999999) e Dígito verificador (9)
359	dPrev	3	Data prevista da entrega	E	D	0 - 1	10		ER32	Formato AAAA-MM-DD



#	Campo	Nível	Descrição	Ele	Tipo	Ocorr.	Tamanho	Domínio	Exp.Reg.	Observações
360	xLAgEmi	3	Loja Agente Emissor	E	C	0 - 1	1 - 20		ER31	
361	clATA	3	código IATA	E	C	0 - 1	1 - 14		ER31	
362	tarifa	3	Informações de tarifa	G		1 - 1				
363	trecho	4		E	C	0 - 1	1 - 7		ER31	
364	CL	4		E	C	0 - 1	1 - 2		ER31	
365	cTar	4	Código da Tarifa	E	C	0 - 1	1 - 4		ER31	
366	vTar	4	Valor da Tarifa	E	N	0 - 1	13, 2		ER23	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 decimais.
367	aquav	2	Informações do modal Aquaviário	CG		1 - 1				
368	vPrest	3	Valor da Prestação Base de Cálculo do AFRMM	E	N	1 - 1	13, 2		ER23	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 decimais.
369	vAFRMM	3	AFRMM (Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante)	E	N	1 - 1	13, 2		ER23	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 decimais.
370	nBooking	3	Número do Booking (reserva)	E	C	0 - 1	1 - 10		ER31	
371	nCtrl	3	Número de Controle	E	C	0 - 1	1 - 10		ER31	campo para uso das empresas transportadoras
372	xNavio	3	Identificação do Navio	E	C	1 - 1	1 - 60		ER31	
373	nViag	3	Número da Viagem	E	C	0 - 1	1 - 10		ER43	
374	direc	3	Direção:N-Norte, L-Leste, S-Sul, O-Oeste	E	C	1 - 1	1	D17		
375	prtEmb	3	Porto de Embarque	E	C	0 - 1	1 - 60		ER31	
376	prtTrans	3	Porto de Transbordo	E	C	0 - 1	1 - 60		ER31	
377	prtDest	3	Porto de Destino	E	C	0 - 1	1 - 60		ER31	
378	tpNav	3	Tipo de Navegação: 0 - Interior 1 - Cabotagem	E	N	0 - 1	1	D7		
379	irin	3	Irin do navio sempre deverá ser informado	E		1 - 1	1 - 10			
380	lacre	3	grupo de informações dos lacres dos	G		0 - 3				



#	Campo	Nível	Descrição	Ele	Tipo	Ocorr.	Tamanho	Domínio	Exp.Reg.	Observações
			cointainers da qtde da carga							
381	nLacre	4	Lacre	E	C	1 - 1	1 - 20		ER31	
382	ferrov	2	Informações do modal Ferroviário	CG		1 - 1				
383	tpTraf	3	Tipo de Tráfego 0-Próprio, 1-Mútuo, 2- rodoferroviário ou 3-rodoviário.	E	N	1 - 1	1	D6		
384	fluxo	3	Fluxo Ferroviário	E	C	1 - 1	1 - 10		ER31	Trata-se de um número identificador do contrato firmado com o cliente
385	idTrem	3	Identificação do trem.	E	C	0 - 1	1 - 7		ER31	Para o caso de ausência de DCL
386	vFrete	3	Valor do Frete	E	N	1 - 1	13, 2		ER23	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 decimais.
387	ferroSub	3	Informações da Ferrovia Substituída	G		0 - 1				
388	CNPJ	4	Número do CNPJ	E	N	1 - 1	14		ER5	Informar o CNPJ da Ferrovia Substituída. Caso a Ferrovia substituída não seja inscrita no CNPJ o campo deverá ser preenchido com zeros. Informar os zeros não significativos.
389	clnt	4	Código interno da Ferrovia Substituída	E	C	0 - 1	1 - 10		ER31	Uso da transportadora
390	IE	4	Inscrição Estadual	E	C	0 - 1	2 - 14		ER26	
391	xNome	4	Razão Social ou Nome	E	C	1 - 1	1 - 60		ER31	
392	enderFerro	4	Dados do endereço da ferrovia substituída	G		1 - 1				
393	xLgr	5	Logradouro	E	C	1 - 1	1 - 255		ER31	
394	nro	5	Número	E	C	0 - 1	1 - 60		ER31	
395	xCpl	5	Complemento	E	C	0 - 1	1 - 60		ER31	
396	xBairro	5	Bairro	E	C	0 - 1	1 - 60		ER31	
397	cMun	5	Código do município (utilizar a tabela do IBGE), informar 9999999 para operações com o exterior.	E	N	1 - 1	7		ER1	





#	Campo	Nível	Descrição	Ele	Tipo	Ocorr.	Tamanho	Domínio	Exp.Reg.	Observações
398	xMun	5	Nome do município, , informar EXTERIOR para operações com o exterior.	E	C	1 - 1	1 - 60		ER31	
399	CEP	5	CEP	E	N	1 - 1	8		ER46	
400	UF	5	Sigla da UF, , informar EX para operações com o exterior.	E	C	1 - 1	2	D3		
401	DCL	3	Informações da DCL	G		0 - n				
402	serie	4	série da DCL	E	C	1 - 1	1 - 3		ER31	
403	nDCL	4	número da DCL	E	N	1 - 1	1 - 20		ER44	
404	dEmi	4	Data de emissão	E	D	1 - 1	10		ER32	
405	qVag	4	Quantidade de Vagões	E	N	1 - 1	1 - 5		ER45	
406	pCalc	4	peso para cálculo em Toneladas (somatório dos pesos dos vagões)	E	N	1 - 1	13, 2		ER23	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 decimais.
407	vTar	4	Valor da Tarifa	E	N	1 - 1	13, 2		ER23	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 decimais.
408	vFrete	4	Valor do Frete	E	N	1 - 1	13, 2		ER23	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 decimais.
409	vSAcess	4	Valor dos Serviços Acessórios	E	N	1 - 1	13, 2		ER23	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 decimais.
410	vTServ	4	Valor Total do Serviço (Valor do Frete + valor dos serviços)	E	N	1 - 1	13, 2		ER23	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 decimais.
411	idTrem	4	Identificação do trem.	E	C	0 - 1	1 - 7		ER31	
412	detVagDCL	4	informações de detalhes dos Vagões	G		1 - n				
413	nVag	5	Número de Identificação do vagão	E	N	1 - 1	8		ER46	
414	cap	5	Capacidade em Toneladas	E	N	0 - 1	3, 2		ER10	5 posições, sendo 3 inteiras e 2 decimais.
415	tpVag	5	Tipo de Vagão	E	C	0 - 1	3		ER31	Ex.: GDT, DAS, XXX, HAS
416	pesoR	5	Peso Real em Toneladas	E	N	1 - 1	3, 2		ER10	5 posições, sendo 3 inteiras e 2 decimais.
417	pesoBC	5	Peso Base de Cálculo de Frete em Toneladas	E	N	1 - 1	3, 2		ER10	5 posições, sendo 3 inteiras e 2 decimais.



#	Campo	Nível	Descrição	Ele	Tipo	Ocorr.	Tamanho	Domínio	Exp.Reg.	Observações
418	lacDetVagDCL	5	Lacres dos vagões do DCL	G		0 - n				
419	nLacre	6	número do lacre	E	C	1 - 1	1 - 20		ER31	
420	contDCL	5	informações dos containeres contidos no vagão com DCL	G		0 - n				
421	nCont	6	Identificação do Container	E	N	1 - 1	1 - 20		ER48	
422	dPrev	6	Data prevista da entrega	E	D	0 - 1	10		ER32	
423	detVag	3	informações de detalhes dos Vagões	G		1 - n				
424	nVag	4	Número de Identificação do vagão	E	N	1 - 1	8		ER46	
425	cap	4	Capacidade em Toneladas	E	N	0 - 1	3, 2		ER10	5 posições, sendo 3 inteiras e 2 decimais.
426	tpVag	4	Tipo de Vagão	E	C	0 - 1	3		ER31	
427	pesoR	4	Peso Real em Toneladas	E	N	1 - 1	3, 2		ER10	5 posições, sendo 3 inteiras e 2 decimais.
428	pesoBC	4	Peso Base de Cálculo de Frete em Toneladas	E	N	1 - 1	3, 2		ER10	5 posições, sendo 3 inteiras e 2 decimais.
429	lacDetVag	4	Lacres dos vagões	G		0 - n				
430	nLacre	5	número do lacre	E	C	1 - 1	1 - 20		ER31	
431	contVag	4	informações dos containeres contidos no vagão com DCL	G		0 - n				
432	nCont	5	Identificação do Container	E	N	1 - 1	1 - 20		ER48	
433	dPrev	5	Data prevista da entrega	E	D	0 - 1	10		ER32	
434	duto	2	Informações do modal Dutoviário	CG		1 - 1				
435	vTar	3	Valor da tarifa	E	N	0 - 1	9, 6		ER16	15 posições, sendo 9 inteiras e 6 decimais.
436	peri	2	Preenchido quando for transporte de produtos classificados pela ONU como perigosos. Não deve ser preenchido para modais aéreo e dutoviário.	G		0 - n				
437	nONU	3	Número ONU Ver a legislação de transporte de	E	C	1 - 1	1 - 4		ER47	



#	Campo	Nível	Descrição	Ele	Tipo	Ocorr.	Tamanho	Domínio	Exp.Reg.	Observações
			produtos perigosos aplicadas ao modal							
438	xNomeAE	3	Nome apropriado para embarque do produto. Ver a legislação de transporte de produtos perigosos aplicadas ao modal	E	C	1 - 1	1 - 150		ER31	
439	xClaRisco	3	Classe ou subclasse, e risco subsidiário. Ver a legislação de transporte de produtos perigosos aplicadas ao modal	E	C	1 - 1	1 - 40		ER31	
440	grEmb	3	Grupo de Embalagem. Ver a legislação de transporte de produtos perigosos aplicadas ao modal	E	C	0 - 1	1 - 6		ER31	
441	qTotProd	3	Quantidade total por produto. Preencher conforme a legislação de transporte de produtos perigosos aplicada ao modal	E	C	1 - 1	1 - 20		ER31	
442	qVolTipo	3	Quantidade e Tipo de volumes Preencher conforme a legislação de transporte de produtos perigosos aplicada ao modal	E	C	0 - 1	1 - 60		ER31	
443	pontoFulgor	3	Ponto de Fulgor. Preencher conforme a legislação de transporte de produtos perigosos aplicada ao modal. No caso de transporte rodoviário e ferroviário, este campo não é exigido.	E	C	0 - 1	1 - 6		ER31	
444	veicNovos	2	informações dos veículos transportados	G		0 - n				
445	chassi	3	Chassi do veículo	E	C	1 - 1	17		ER48	
446	cCor	3	Cor do veículo (código de cada montadora)	E	C	1 - 1	1 - 4		ER31	
447	xCor	3	Descrição da cor	E	C	1 - 1	1 - 40		ER31	
448	cMod	3	Código Marca Modelo (utilizar tabela RENAVAM)	E	C	1 - 1	1 - 6		ER31	
449	vUnit	3	Valor Unitário do Veículo	E	N	1 - 1	13, 2		ER23	15 posições, sendo 13 inteiras e 2



#	Campo	Nível	Descrição	Ele	Tipo	Ocorr.	Tamanho	Domínio	Exp.Reg.	Observações
										decimais.
450	vFrete	3	Frete Unitário	E	N	1 - 1	13, 2		ER23	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 decimais.
451	infCteSub	2	Informações do CT-e de substituição	G		0 - 1				
452	chCte	3	Chave de acesso do CT-e a ser substituído (original)	E	N	1 - 1	44		ER2	
453	tomaICMS	3	Tomador é contribuinte do ICMS	CG		1 - 1				
454	refNFe	4	Chave de acesso da NF-e emitida pelo Tomador	CE	N	1 - 1	44		ER2	
455	refNF	4	Informação da NF ou CT emitido pelo Tomador	CG		1 - 1				
456	CNPJ	5	Informar o CNPJ do emitente do Documento Fiscal	E	N	1 - 1	14		ER5	
457	mod	5	Informar o código do modelo do Documento fiscal	E	C	1 - 1	2	D25		
458	serie	5	Informar a série do documento fiscal (informar zero se inexistente).	E	N	1 - 1	1 - 3		ER28	
459	subserie	5	Informar a sub série do documento fiscal.	E	N	0 - 1	1 - 3		ER28	
460	nro	5	Informar o número do documento fiscal	E	N	1 - 1	1 - 6		ER49	
461	valor	5	Informar o valor do documento fiscal.	E	N	1 - 1	13, 2		ER23	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 decimais.
462	dEmi	5	Informar a data de emissão do documento fiscal.	E	D	1 - 1	10		ER32	
463	refCte	4	Chave de acesso do CT-e emitido pelo Tomador	CE	N	1 - 1	44		ER2	
464	tomaNaolCMS	3	Tomador não é contribuinte do ICMS	CG		1 - 1				
465	refCteAnu	4	Chave de acesso do CT-e de Anulação	E	N	1 - 1	44		ER2	
<b>466</b>	<b>infCteComp</b>	<b>1</b>	<b>Detalhamento do CT-e complementado</b>	<b>CG</b>		<b>1 - 10</b>				
467	chave	2	Chave do CT-e complementado	E	N	1 - 1	44		ER2	



#	Campo	Nível	Descrição	Ele	Tipo	Ocorr.	Tamanho	Domínio	Exp.Reg.	Observações
468	vPresComp	2	Valores da prestação de serviço	G		1 - 1				
469	vTPrest	3	Valor Total da Prestação de Serviço Complementado	E	N	1 - 1	13, 2		ER23	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 decimais.
470	compComp	3	Componentes do valor da prestação	G		0 - n				
471	xNome	4	Nome do componente	E	C	1 - 1	1 - 15		ER31	
472	vComp	4	Valor do componente	E	N	1 - 1	13, 2		ER23	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 decimais.
473	impComp	2	Informações relativas aos Impostos complementados	G		1 - 1				
474	ICMSComp	3		G		1 - 1				
475	CST00	4	Prestação sujeito à tributação normal do ICMS	CG		1 - 1				
476	CST	5	classificação tributária do serviço: 00 - tributação normal ICMS	E	N	1 - 1	2	D18		
477	vBC	5	Valor da BC do ICMS	E	N	1 - 1	13, 2		ER23	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 decimais.
478	pICMS	5	Alíquota do ICMS	E	N	1 - 1	3, 2		ER10	5 posições, sendo 3 inteiras e 2 decimais.
479	vICMS	5	Valor do ICMS	E	N	1 - 1	13, 2		ER23	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 decimais.
480	CST20	4	Prestação sujeito à tributação com redução de BC do ICMS	CG		1 - 1				
481	CST	5	classificação tributária do serviço: 20 - tributação com BC reduzida do ICMS	E	N	1 - 1	2	D19		
482	pRedBC	5	Percentual de redução da BC	E	N	1 - 1	3, 2		ER11	5 posições, sendo 3 inteiras e 2 decimais.
483	vBC	5	Valor da BC do ICMS	E	N	1 - 1	13, 2		ER23	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 decimais.
484	pICMS	5	Alíquota do ICMS	E	N	1 - 1	3, 2		ER10	5 posições, sendo 3 inteiras e 2 decimais.
485	vICMS	5	Valor do ICMS	E	N	1 - 1	13, 2		ER23	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 decimais.



#	Campo	Nível	Descrição	Ele	Tipo	Ocorr.	Tamanho	Domínio	Exp.Reg.	Observações
486	CST45	4	ICMS Isento, não Tributado ou diferido	CG		1 - 1				
487	CST	5	40 - ICMS isenção; 41 - ICMS não tributada; 51 - ICMS diferido	E	N	1 - 1	2	D20		
488	CST80	4	Responsabilidade do recolhimento do ICMS atribuído ao tomador ou 3º por ST	CG		1 - 1				
489	CST	5	90 - ICMS outros	E	N	1 - 1	2	D21		
490	vBC	5	Valor da BC do ICMS	E	N	1 - 1	13, 2		ER23	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 decimais.
491	pICMS	5	Alíquota do ICMS	E	N	1 - 1	3, 2		ER10	5 posições, sendo 3 inteiras e 2 decimais.
492	vICMS	5	Valor do ICMS	E	N	1 - 1	13, 2		ER23	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 decimais.
493	vCred	5	Valor do Crédito outorgado/Presumido	E	N	0 - 1	13, 2		ER23	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 decimais.
494	CST81	4	ICMS devido à Outra UF	CG		1 - 1				
495	CST	5	90 - ICMS outros	E	N	1 - 1	2	D21		
496	pRedBC	5	Percentual de redução da BC	E	N	0 - 1	3, 2		ER11	5 posições, sendo 3 inteiras e 2 decimais.
497	vBC	5	Valor da BC do ICMS	E	N	1 - 1	13, 2		ER23	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 decimais.
498	pICMS	5	Alíquota do ICMS	E	N	1 - 1	3, 2		ER10	5 posições, sendo 3 inteiras e 2 decimais.
499	vICMS	5	Valor do ICMS	E	N	1 - 1	13, 2		ER23	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 decimais.
500	CST90	4	ICMS Outros	CG		1 - 1				
501	CST	5	90 - ICMS outros	E	N	1 - 1	2	D21		
502	pRedBC	5	Percentual de redução da BC	E	N	0 - 1	3, 2		ER11	5 posições, sendo 3 inteiras e 2 decimais.
503	vBC	5	Valor da BC do ICMS	E	N	1 - 1	13, 2		ER23	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 decimais.
504	pICMS	5	Alíquota do ICMS	E	N	1 - 1	3, 2		ER10	5 posições, sendo 3 inteiras e 2 decimais.
505	vICMS	5	Valor do ICMS	E	N	1 - 1	13, 2		ER23	15 posições, sendo 13 inteiras e 2



#	Campo	Nível	Descrição	Ele	Tipo	Ocorr.	Tamanho	Domínio	Exp.Reg.	Observações
										decimais.
506	vCred	5	Valor do Crédito Outorgado/Presumido	E	N	0 - 1	13, 2		ER23	15 posições, sendo 13 inteiras e 2 decimais.
507	infAdFisco	3	Informações adicionais de interesse do Fisco	E	C	0 - 1	1 - 1000		ER31	
<b>508</b>	<b>infCteAnu</b>	<b>1</b>	<b>Detalhamento do CT-e do tipo Anulação de Valores</b>	<b>CG</b>		<b>1 - 1</b>				
509	chCte	2	Chave de acesso do CT-e original a ser anulado e substituído	E	N	1 - 1	44		ER2	
510	dEmi	2	Data de emissão da declaração do tomador não contribuinte do ICMS	E	D	1 - 1	10		ER32	
511		0	ds:Signature	E		1 - 1				

**Expressões Regulares**

ER1	[0-9]{7}
ER2	[0-9]{44}
ER3	[0-9]{15}
ER4	[0-9]{3}
ER5	[0-9]{14}
ER6	[0-9]{3,14}
ER7	[0-9]{0}[0-9]{14}
ER8	[0-9]{11}
ER9	[0-9]{3,11}
ER10	0 0\.[0-9]{2}[[1-9]{1}[0-9]{0,2}(\.[0-9]{2})?]
ER11	0\.[0-9]{1}[[1-9]{1}0\.[1-9]{1}[0-9]{1}[[1-9]{1}[0-9]{0,2}(\.[0-9]{2})?]
ER12	0 0\.[0-9]{3}[[1-9]{1}[0-9]{0,7}(\.[0-9]{3})?]



ER13	0\.[1-9]{1}[0-9]{2}0\.[0-9]{2}[1-9]{1}0\.[0-9]{1}[1-9]{1}[0-9]{1}[1-9]{1}[0-9]{0,7}\.[0-9]{3}?
ER14	0 0\.[0-9]{4}[1-9]{1}[0-9]{0,7}\.[0-9]{4}?
ER15	0\.[1-9]{1}[0-9]{3}0\.[0-9]{3}[1-9]{1}0\.[0-9]{2}[1-9]{1}[0-9]{1}0\.[0-9]{1}[1-9]{1}[0-9]{2}[1-9]{1}[0-9]{0,7}\.[0-9]{4}?
ER16	0\.[1-9]{1}[0-9]{5}0\.[0-9]{1}[1-9]{1}[0-9]{4}0\.[0-9]{2}[1-9]{1}[0-9]{3}0\.[0-9]{3}[1-9]{1}[0-9]{2}0\.[0-9]{4}[1-9]{1}[0-9]{1}0\.[0-9]{5}[1-9]{1}[1-9]{1}[0-9]{0,8}\.[0-9]{6}?
ER17	0 0\.[0-9]{4}[1-9]{1}[0-9]{0,10}\.[0-9]{4}?
ER18	0\.[1-9]{1}[0-9]{3}0\.[0-9]{3}[1-9]{1}0\.[0-9]{2}[1-9]{1}[0-9]{1}0\.[0-9]{1}[1-9]{1}[0-9]{2}[1-9]{1}[0-9]{0,10}\.[0-9]{4}?
ER19	0 0\.[0-9]{3}[1-9]{1}[0-9]{0,11}\.[0-9]{3}?
ER20	0\.[1-9]{1}[0-9]{2}0\.[0-9]{2}[1-9]{1}0\.[0-9]{1}[1-9]{1}[0-9]{1}[1-9]{1}[0-9]{0,11}\.[0-9]{3}?
ER21	0 0\.[0-9]{4}[1-9]{1}[0-9]{0,11}\.[0-9]{4}?
ER22	0\.[1-9]{1}[0-9]{3}0\.[0-9]{3}[1-9]{1}0\.[0-9]{2}[1-9]{1}[0-9]{1}0\.[0-9]{1}[1-9]{1}[0-9]{2}[1-9]{1}[0-9]{0,11}\.[0-9]{4}?
ER23	0 0\.[0-9]{2}[1-9]{1}[0-9]{0,12}\.[0-9]{2}?
ER24	0\.[0-9]{1}[1-9]{1}0\.[1-9]{1}[0-9]{1}[1-9]{1}[0-9]{0,12}\.[0-9]{2}?
ER25	[0-9]{0,14} ISENTO PR[0-9]{4,8}
ER26	[0-9]{2,14}
ER27	[1-9]{1}[0-9]{0,8}
ER28	0 [1-9]{1}[0-9]{0,2}
ER29	[0-9]{2}
ER30	[0-9]{1,4}
ER31	[!-ÿ]{1}[ -ÿ]{0,}[!-ÿ]{1}[!-ÿ]{1}
ER32	(((20(((02468)[048]))((13579)[26]))-02-29)) (20[0-9][0-9])-(((0[1-9]) (1[0-2]))-((0[1-9]) (1d) (2[0-8]))) (((0[13578]) (1[02]))-31) (((0[1,3-9]) (1[0-2]))-(29 30))))
ER33	[0-9]{9}
ER34	(((20(((02468)[048]))((13579)[26]))-02-29)) (20[0-9][0-9])-(((0[1-9]) (1[0-2]))-((0[1-9]) (1d) (2[0-8]))) (((0[13578]) (1[02]))-31) (((0[1,3-9]) (1[0-2]))-(29 30))))T(20 21 22 23 [0-1]d):[0-5]d:[0-5]d
ER35	[0-9]{1}
ER36	[0-9]{7,12}
ER37	[1-9]{1}[0-9]{1,8}





ER38	[0-9]{8,9}
ER39	[0-9]{1,20}
ER40	[1-9]{1}[0-9]{0,2}
ER41	[1-9]{1}[0-9]{0,5}
ER42	0 [1-9]{1}[0-9]{0,5}
ER43	[1-9]{1}[0-9]{0,9}
ER44	[1-9]{1}[0-9]{0,19}
ER45	[1-9]{1}[0-9]{0,4}
ER46	[0-9]{8}
ER47	[1-9]{1}[0-9]{0,3} ND
ER48	[A-Z0-9]+
ER49	[0-9]{1,6}
ER50	CTe[0-9]{44}
ER51	[0-9]{7,10}
ER52	[123567][0-9]([0-9][1-9])[1-9][0-9]
ER53	[0-9]{1,15}
ER54	1\03
ER55	((([0-1][0-9]) ([2][0-3])):([0-5][0-9]):([0-5][0-9]))

Domínio	
D1	11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 35, 41, 42, 43, 50, 51, 52, 53
D2	57
D3	AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SE, SP, TO, EX
D4	1, 2
D5	0, 1, 2
D6	0, 1, 2, 3





D7	0, 1
D8	4
D9	0
D10	1, 2, 3
D11	00, 99
D12	00, 01, 02, 03, 04
D13	0, 1, 2, 3, 4, 5
D14	P, T
D15	00, 01, 02, 03, 04, 05, 06
D16	00, 01, 02, 03, 04, 05
D17	N, S, L, O
D18	00
D19	20
D20	40, 41, 51
D21	90
D22	101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 201, 302, 303, 304, 305, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 601, 602, 603, 604, 605, 701, 702, 703, 704, 705, 706, 707, 708, 709, 710, 711, 712, 713, 716, 717, 718, 719, 720, 721, 722, 801, 802, 901, 902, 903, 1001, 1002, 1003, 1004, 1005, 1006, 1007, 1008, 1009, 1010, 1101, 1102, 1103, 1104, 1201, 1202, 1203, 1204, 1205, 1206, 1207, 1208, 1209, 1210, 1211, 1212, 1213, 1214, 1215, 1216, 1217, 1302, 1303, 1304, 1305, 1401, 1402, 1403, 1404, 1405, 1406, 1407, 1408, 1409, 1410, 1411, 1412, 1413, 1501, 1502, 1503, 1504, 1505, 1506, 1507, 1508, 1509, 1510, 1511, 1512, 1513, 1514, 1515, 1516, 1517, 1518, 1601, 1701, 1702, 1703, 1704, 1705, 1706, 1708, 1709, 1710, 1711, 1712, 1713, 1714, 1715, 1716, 1717, 1718, 1719, 1720, 1721, 1722, 1723, 1724, 1801, 1901, 2001, 2002, 2003, 2101, 2201, 2301, 2401, 2501, 2502, 2503, 2504, 2601, 2701, 2801, 2901, 3001, 3101, 3201, 3301, 3401, 3501, 3601, 3701, 3801, 3901, 4001
D23	01, 02, 03, 04, 05
D24	00, 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 99
D25	01, 1B, 02, 2D, 2E, 04, 06, 07, 08, 8B, 09, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 55






Modelo Padrão – folha de continuação

 <p>LOGRADOUROLOGRADOUROLOGRADOUROLOGRADOUROLOGRADOURO, NNN - COMPLEMENTO          COMPLEMENTOCOMPLEMENTO - BAIRROBAIRROBAIRROBAIRROBAIRROBAIRROBAIRRO          MUNICÍPIOMUNICÍPIOMUNICÍPIOMUNICÍPIOMUNICÍPIO - UF - CEP: 12345-123          CNPJ 123456789012345678 INSCRIÇÃO ESTADUAL 123456789012345678          TELEFONE 55 11 1234-1234</p>				<p><b>DACTE</b>          Documento Auxiliar do Conhecimento de Transporte Eletrônico</p>		<p>MODAL          12345678901</p>
MODELO	SÉRIE	NÚMERO	FL	DATA E HORA DE EMISSÃO		
57	123	123456789	2/N	00/00/0000 - 00:00		
CONTROLE DO FISCO						
						
Chave de acesso para consulta de autenticidade no site <a href="http://www.cts.fazenda.gov.br">www.cts.fazenda.gov.br</a> <b>42.0801.06.255.692/0001-03-57-111-000.000.071-000.000.062-1</b>						
TIPO DO CT-E NORMAL		TIPO DO SERVIÇO SUBCONTRATAÇÃO	TOMADOR DO SERVIÇO DESTINATÁRIO	FORMA DE PAGAMENTO A PRAZO	Nº PROTOCOLO 123456789012345	INSC. SUFRAMA DO DESTINATÁRIO 123456789
DOCUMENTOS ORIGINÁRIOS						
TP DOC.	CNPJ / CPF EMITENTE	SÉRIE/NRO.DOCUMENTO		TP DOC.	CNPJ / CPF EMITENTE	SÉRIE/NRO.DOCUMENTO
CTRC	123.123.123/1234-12	123/123456789		NF	123.123.123/1234-12	123/123456789
NF-E	CHAVE: 12345678901234567890123456789012345678901234			NF-E	CHAVE: 12345678901234567890123456789012345678901234	
CTRC	123.123.123/1234-12	123/123456789		CTRC	123.123.123/1234-12	123/123456789
NF-E	CHAVE: 12345678901234567890123456789012345678901234			NF-E	CHAVE: 12345678901234567890123456789012345678901234	
CTRC	123.123.123/1234-12	123/123456789		CTRC	123.123.123/1234-12	123/123456789
NF-E	CHAVE: 12345678901234567890123456789012345678901234			NF-E	CHAVE: 12345678901234567890123456789012345678901234	



Ferrovário

 <p><b>SUA EMPRESA</b></p> <p>LOGRADOUROLOGRDOUROLOGRADOUROLOGRADOUROLOGRADOURO, NNN - COMPLEMENTO          COMPLEMENTOCOMPLEMENTO - BAIROBAIROBAIROBAIROBAIROBAIROBAIROBAIRO          MUNICÍPIOMUNICÍPIOMUNICÍPIOMUNICÍPIOMUNICÍPIO - UF - CEP: 12345-123          CNPJ 123456789012345678 INSCRIÇÃO ESTADUAL 123456789012345678          TELEFONE 55 11 1234-1234</p>	<b>DACTE</b> Documento Auxiliar do Conhecimento de Transporte Eletrônico				MODAL <b>FERROVIÁRIO</b>
	MODELO 57	SÉRIE 123	NÚMERO 123456789	FL 2/2	DATA E HORA DE EMISSÃO 00/00/0000 - 00:00
	CONTROLE DO FISCO				



Chave de acesso para consulta de autenticidade no site [www.cte.fazenda.gov.br](http://www.cte.fazenda.gov.br)  
42.0801.06.255.692/0001-03-57-111-000.000.071-000.000.062-1

DOCUMENTOS ORIGINÁRIOS					
TP DOC.	CNPJ / CPF EMITENTE	SERIE/NRO.DOCUMENTO	TP DOC.	CNPJ / CPF EMITENTE	SERIE/NRO.DOCUMENTO
CTRC	123.123.123/1234-12	123/123456789	NF	123.123.123/1234-12	123/123456789
NF-E	CHAVE: 12345678901234567890123456789012345678901234		NF-E	CHAVE: 12345678901234567890123456789012345678901234	
CTRC	123.123.123/1234-12	123/123456789	CTRC	123.123.123/1234-12	123/123456789
NF-E	CHAVE: 12345678901234567890123456789012345678901234		NF-E	CHAVE: 12345678901234567890123456789012345678901234	
CTRC	123.123.123/1234-12	123/123456789	CTRC	123.123.123/1234-12	123/123456789
NF-E	CHAVE: 12345678901234567890123456789012345678901234		NF-E	CHAVE: 12345678901234567890123456789012345678901234	



INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS DO MODAL FERROVIÁRIO								
NUM.	SÉRIE	EMIÇÃO	NUM.	TIPO	CAPACIDADE	PESO REAL/TON	PESO B.CALC/TON	IDENTIFICAÇÃO DOS CONTÊINERS
12345678	123	00/00/0000	12345678	123	123,56	123,56	123,56	12345678901234567890/12345678901234567890
12345678	123	00/00/0000	12345678	123	123,56	123,56	123,56	12345678901234567890/12345678901234567890
12345678	123	00/00/0000	12345678	123	123,56	123,56	123,56	12345678901234567890/12345678901234567890
12345678	123	00/00/0000	12345678	123	123,56	123,56	123,56	12345678901234567890/12345678901234567890
12345678	123	00/00/0000	12345678	123	123,56	123,56	123,56	12345678901234567890/12345678901234567890
12345678	123	00/00/0000	12345678	123	123,56	123,56	123,56	12345678901234567890/12345678901234567890
12345678	123	00/00/0000	12345678	123	123,56	123,56	123,56	12345678901234567890/12345678901234567890
12345678	123	00/00/0000	12345678	123	123,56	123,56	123,56	12345678901234567890/12345678901234567890
12345678	123	00/00/0000	12345678	123	123,56	123,56	123,56	12345678901234567890/12345678901234567890
12345678	123	00/00/0000	12345678	123	123,56	123,56	123,56	12345678901234567890/12345678901234567890


DCL

VAGÕES



Dutoviário

 <p><b>SUA EMPRESA</b></p> <p>ENDEREÇO LOGRADOURO NÚMERO COMPLEMENTO CIDADE ESTADO CEP CNPJ TELEFONE</p>		<p><b>DACTE</b> Documento Auxiliar de Conhecimento de Transporte Eletrônico</p> <p>MODAL:</p>	
		<p>CONTROLE DO FISCO</p>  <p>Nº 0123456789</p> <p>Chave de acesso para consulta de autenticidade no site <a href="http://www.cte.fazenda.gov.br">www.cte.fazenda.gov.br</a> <b>0123456789012345678901234567890123456789</b></p>	
<p>TOMADOR DO SERVIÇO</p> <p>ENDEREÇO NÚMERO COMPLEMENTO CIDADE PAIS ESTADO CEP CNPJ/CPF INSCRIÇÃO ESTADUAL</p>		<p>NATUREZA DOS SERVIÇOS</p> <p>CFOP MODELO SÉRIE DATA DE EMISSÃO</p>	
		<p>ORIGEM DESTINO</p>	
<p>REMETENTE</p> <p>ENDEREÇO NÚMERO COMPLEMENTO CIDADE PAIS ESTADO CEP CNPJ/CPF INSCRIÇÃO ESTADUAL</p>		<p>DESTINATÁRIO</p> <p>ENDEREÇO NÚMERO COMPLEMENTO CIDADE PAIS ESTADO CEP CNPJ/CPF INSCRIÇÃO ESTADUAL</p>	
<p>PRODUTO TRANSPORTADO</p>		<p>QUANTIDADE</p>	<p>UNIDADE</p>
<p>OUTRAS CARACTERÍSTICAS</p>			
<p>VALOR UNITÁRIO</p>	<p>VALOR DO FRETE</p>	<p>OUTROS</p>	
<p>BASE DE CÁLCULO</p>	<p>ALÍQUOTA</p>	<p>VALOR DO IMPOSTO</p>	<p>VALOR TOTAL DO FRETE</p>
<p>OBSERVAÇÕES</p>		<p>EMITENTE/CPF/CNPJ</p>	<p>SÉRIE NÚMERO</p>

<p>CONTROLE DO FISCO</p>  <p>CHAVE DE ACESSO PARA CONSULTA <a href="http://www.cte.fazenda.gov.br">www.cte.fazenda.gov.br</a> 42.0801.06.255.692/0001-03-57-111-000.000.071-000.000.062-1</p> <p>Nº 000.000.000-FL 1/N</p>	<p>DECLARAMOS QUE FORAM PRESTADOS OS SERVIÇOS CONSTANTES DO CT-e INDICADO AO LADO</p> <p>CHEGADA DATA/HORA 00/00/00 00:00</p> <p>SÁIDA DATA/HORA 00/00/00 00:00</p> <p>ASSINATURA / CARIMBO</p>
---	---









## Anexo III – Tabelas de UF, Município e País

### 1. Tabela de código de UF do IBGE

A tabela de UF do IBGE está disponível em:

[ftp://geofpt.ibge.gov.br/Organizacao/Divisao\\_Territorial/2006/DTB\\_2006.zip](ftp://geofpt.ibge.gov.br/Organizacao/Divisao_Territorial/2006/DTB_2006.zip)

A seguinte codificação adotada pelo IBGE deverá ser utilizada para representar o código da UF:

Região Norte	Região Nordeste	Região Sudeste	Região Sul	Região Centro-Oeste
11-Rondônia 12-Acre 13-Amazonas 14-Roraima 15-Pará 16-Amapá 17-Tocantins	21-Maranhão 22-Piauí 23-Ceará 24-Rio Grande do Norte 25-Paraíba 26-Pernambuco 27-Alagoas 28-Sergipe 29-Bahia	31-Minas Gerais 32-Espírito Santo 33-Rio de Janeiro 35-São Paulo	41-Paraná 42-Santa Catarina 43-Rio Grande do Sul	50-Mato Grosso do Sul 51-Mato Grosso 52-Goiás 53-Distrito Federal

### 2. Tabela de código de Município do IBGE

Os campos de códigos de municípios devem ser informados com a utilização da Tabela de código de Município mantida pelo IBGE disponível em:

[ftp://geofpt.ibge.gov.br/Organizacao/Divisao\\_Territorial/2006/DTB\\_2006.zip](ftp://geofpt.ibge.gov.br/Organizacao/Divisao_Territorial/2006/DTB_2006.zip)

O código de município é composto de 7 dígitos numéricos, com as duas primeiras representando a UF. Os códigos de município das capitais dos estados são:

Município	código	Estado	código
Aracaju	2800308	Sergipe	28
Belém	1501402	Pará	15
Belo Horizonte	3106200	Minas Gerais	31
Boa Vista	1400100	Roraima	14
Brasília	5300108	Distrito Federal	53
Campo Grande	5002704	Mato Grosso do Sul	50
Cuiabá	5103403	Mato Grosso	51
Curitiba	4106902	Paraná	41
Florianópolis	4205407	Santa Catarina	42
Fortaleza	2304400	Ceará	23
Goiânia	5208707	Goiás	52
João Pessoa	2507507	Paraíba	25
Macapá	1600303	Amapá	16
Maceió	2704302	Alagoas	27
Manaus	1302603	Amazonas	13
Natal	2408102	Rio Grande do Norte	24
Palmas	1721000	Tocantins	17
Porto Alegre	4314902	Rio Grande do Sul	43
Porto Velho	1100205	Rondônia	11



Município	código	Estado	código
Recife	2611606	Pernambuco	26
Rio Branco	1200401	Acre	12
Rio de Janeiro	3304557	Rio de Janeiro	33
Salvador	2927408	Bahia	29
São Luís	2111300	Maranhão	21
São Paulo	3550308	São Paulo	35
Teresina	2211001	Piauí	22
Vitória	3205309	Espírito Santo	32

Informar o código 9999999 e o nome do município "EXTERIOR" para as operações que envolvam localidades do exterior.

Quando a operação envolver regiões administrativas (Ex. Cidades-satélites do DF), deve ser considerado o município sede como localidade da operação.

## 2.1 Validação do código de Município

O Código de Município do IBGE tem a composição que segue:

- Composição: UUNNNND
- Onde:  
UU = Código da UF do IBGE  
NNNN = Número de ordem dentro da UF;  
D = Dígito de Controle módulo 10

Validação possível:

- Extensão máxima: 7 dígitos;
- Extensão mínima: 7 dígitos;
- Código da UF: deve ser válido, conforme Tabela de UF do IBGE;
- Número de ordem dentro da UF: não pode ser zero;
- Dígito de Controle: módulo 10 (pesos 2 e 1)

Obs 1: Considerar a soma dos algarismos no somatório dos produtos dos pesos. Ou seja, se o produto for superior a 9 os dois algarismos devem ser somados.

Obs 2: Se o resto da divisão for zero, considerar o dígito verificador igual a zero.

## 2.2 Exemplo de cálculo do dígito de controle do código de Município

Exemplo 1:

Código Município IBGE = 355030 D (Município de São Paulo)

A. CÓDIGO MUN	3	5	5	0	3	0
B. PESOS	1	2	1	2	1	2
C. PONDERAÇÃO (A * B)	3	10	5	0	3	0
D. SOMA ALGARISMOS	3	1	5	0	3	0

O somatório da soma dos algarismos é:  $3 + 1 + 5 + 0 + 3 + 0 = 12$

Dividindo o somatório por 10 teremos:  $12 / 10 = 1$ , com um resto valendo 2

O dígito verificador é:  $DV = 10 - (\text{resto da divisão})$ , portanto  $10 - 2 = 8$

Neste caso, o Dígito Verificador = 8



Exemplo 2:

Código Município IBGE = 211130 D (Município de São Luís)

A. CÓDIGO MUN	2	1	1	1	3	0
B. PESOS	1	2	1	2	1	2
C. PONDERAÇÃO (A * B)	2	2	1	2	3	0
D. SOMA ALGARISMOS	2	2	1	2	3	0

O somatório da soma dos algarismos é:  $2 + 2 + 1 + 2 + 3 + 0 = 10$

Dividindo o somatório por 10 teremos:  $10 / 10 = 1$ , com um resto valendo 0

O dígito verificador é:  $DV = 10 - (\text{resto da divisão})$ , portanto  $10 - 0 = 10$

Neste caso, o Dígito Verificador = 0

### 2.3 Exceção no cálculo do dígito de controle do código de Município

O código de Município do IBGE dos seguintes Municípios tem o DV - dígito verificador inválido:

- 4305871 - Coronel Barros/RS;
- 2201919 - Bom Princípio do Piauí/PI;
- 2202251 - Canavieira /PI;
- 2201988 - Brejo do Piauí/PI;
- 2611533 – Quixaba/PE;
- 3117836 - Cônego Marinho/MG;
- 3152131 - Ponto Chique/MG;
- 5203939 - Buriti de Goiás/GO;
- 5203962 – Buritinópolis/GO;

As aplicações dos Estados devem utilizar os códigos de município do IBGE sem validação do DV – dígito verificador, da mesma forma como consta da tabela de código de município do IBGE.

## 3. Tabela de código de País do BACEN

Para o preenchimento dos campos de códigos de países deve ser utilizada a Tabela de País do Banco Central do Brasil, disponível em:

[www.bcb.gov.br/rex/ftp/tabela\\_de\\_paises.txt](http://www.bcb.gov.br/rex/ftp/tabela_de_paises.txt)

Exemplo de codificação:

País	código	País	código	País	código
Brasil	1058	Espanha	2453	Estados Unidos	2496
Argentina	0639	França	2755	China, República Popular,	1600
Chile	1589	Itália	3867	Coréia, República da,	1902
Paraguai	5860	Portugal	6076	Formosa	1619
Uruguai	8451	Reino Unido	6289	Japão	3999

### 3.1 Validação do código de País

Composição do Código de País:

- NNND



- Onde:  
NNN = Número de ordem do Código do País;  
D = Dígito de Controle módulo 11.

Validação possível:

- Extensão máxima: 4 dígitos;
- Extensão mínima: 2 dígitos;
- Dígito de Controle: módulo 11, pesos 2 a 9

Obs.: Se o resto da divisão for zero ou 1, considerar o dígito verificador igual a zero.

### 3.2 Exemplo de cálculo do dígito de controle do código de País

Exemplo 1 – Código País = 105 D (Brasil):

A. CÓDIGO PAÍS	1	0	5
B. PESOS	4	3	2
C. PRODUTOS (A * B)	4	0	10

O somatório dos produtos é:  $4 + 0 + 10 = 14$

Dividindo o somatório por 11 teremos:  $14 / 11 = 1$ , com resto valendo 3

Considerar:  $11 - (\text{resto da divisão})$ , portanto:  $11 - 3 = 8$

Neste caso, o Dígito Verificador = 8

Exemplo 2 – Código País = 586 D (Paraguai):

A. CÓDIGO PAÍS	5	8	6
B. PESOS	4	3	2
C. PRODUTOS (A * B)	20	24	12

O somatório dos produtos é:  $20 + 24 + 12 = 56$

Dividindo o somatório por 11 teremos:  $56 / 11 = 5$ , com resto valendo 1

Considerar:  $11 - (\text{resto da divisão})$ , portanto:  $11 - 1 = 10$

Neste caso, o Dígito Verificador = 0

### 3.3 Exceção no cálculo do dígito de controle do código de País

O código de País do BACEN dos seguintes países tem o DV - dígito verificador inválido:

- 1504 -GUERNSEY, ILHA DO CANAL (INCLUI ALDERNEY E SARK);
- 1508 -JERSEY, ILHA DO CANAL;
- 4525 -MADEIRA, ILHA DA;
- 3595 -MAN, ILHA DE;
- 4985 -MONTENEGRO;
- 6781 -SAINT KITTS E NEVIS;
- 7370 -SERVIA;

As aplicações dos Estados devem utilizar os códigos de País do BACEN sem validação do DV – dígito verificador, da mesma forma que consta da tabela de código de país do BACEN.



## **Anexo IV – WS disponíveis**

### **Ambiente de Homologação:**

Os endereços dos Web Services disponíveis podem ser obtidos no sítio nacional do projeto, ambiente de homologação de empresas, no endereço <http://hom.cte.fazenda.gov.br>.

### **Ambiente de Produção**

Os endereços dos Web Services disponíveis podem ser obtidos no sítio nacional do projeto, ambiente de produção, no endereço <http://cte.fazenda.gov.br>

### **Obtenção do WSDL:**

A documentação do WSDL pode ser obtida na internet acessando o endereço do Web Service desejado.

Exemplificando, para obter o WSDL de cada um dos Web Service acione o navegador Web (Internet Explorer, por exemplo) e digite o endereço desejado seguido do literal '?WSDL'.

## Anexo V – Conjunto de caracteres Código de Barras CODE-128C

Conjunto de caracteres representativos do Código de Barras CODE-128C

Combinação de barras: B = barra preta e S = espaço (barra branca)

Valor CODE C	Combinação de Barras					
	B	S	B	S	B	S
00	2	1	2	2	2	2
01	2	2	2	1	2	2
02	2	2	2	2	2	1
03	1	2	1	2	2	3
04	1	2	1	3	2	2
05	1	3	1	2	2	2
06	1	2	2	2	1	3
07	1	2	2	3	1	2
08	1	3	2	2	1	2
09	2	2	1	2	1	3
10	2	2	1	3	1	2
11	2	3	1	2	1	2
12	1	1	2	2	3	2
13	1	2	2	1	3	2
14	1	2	2	2	3	1
15	1	1	3	2	2	2
16	1	2	3	1	2	2
17	1	2	3	2	2	1
18	2	2	3	2	1	1
19	2	2	1	1	3	2
20	2	2	1	2	3	1
21	2	1	3	2	1	2
22	2	2	3	1	1	2
23	3	1	2	1	3	1
24	3	1	1	2	2	2
25	3	2	1	1	2	2
26	3	2	1	2	2	1
27	3	1	2	2	1	2
28	3	2	2	1	1	2
29	3	2	2	2	1	1
30	2	1	2	1	2	3
31	2	1	2	3	2	1
32	2	3	2	1	2	1
33	1	1	1	3	2	3
34	1	3	1	1	2	3
35	1	3	1	3	2	1
36	1	1	2	3	1	3
37	1	3	2	1	1	3
38	1	3	2	3	1	1
39	2	1	1	3	1	3
40	2	3	1	1	1	3
41	2	3	1	3	1	1
42	1	1	2	1	3	3
43	1	1	2	3	3	1
44	1	3	2	1	3	1
45	1	1	3	1	2	3
46	1	1	3	3	2	1
47	1	3	3	1	2	1
48	3	1	3	1	2	1
49	2	1	1	3	3	1

Valor CODE C	Combinação de Barras					
	B	S	B	S	B	S
50	2	3	1	1	3	1
51	2	1	3	1	1	3
52	2	1	3	3	1	1
53	2	1	3	1	3	1
54	3	1	1	1	2	3
55	3	1	1	3	2	1
56	3	3	1	1	2	1
57	3	1	2	1	1	3
58	3	1	2	3	1	1
59	3	3	2	1	1	1
60	3	1	4	1	1	1
61	2	2	1	4	1	1
62	4	3	1	1	1	1
63	1	1	1	2	2	4
64	1	1	1	4	2	2
65	1	2	1	1	2	4
66	1	2	1	4	2	1
67	1	4	1	1	2	2
68	1	4	1	2	2	1
69	1	1	2	2	1	4
70	1	1	2	4	1	2
71	1	2	2	1	1	4
72	1	2	2	4	1	1
73	1	4	2	1	1	2
74	1	4	2	2	1	1
75	2	4	1	2	1	1
76	2	2	1	1	1	4
77	4	1	3	1	1	1
78	2	4	1	1	1	2
79	1	3	4	1	1	1
80	1	1	1	2	4	2
81	1	2	1	1	4	2
82	1	2	1	2	4	1
83	1	1	4	2	1	2
84	1	2	4	1	1	2
85	1	2	4	2	1	1
86	4	1	1	2	1	2
87	4	2	1	1	1	2
88	4	2	1	2	1	1
89	2	1	2	1	4	1
90	2	1	4	1	2	1
91	4	1	2	1	2	1
92	1	1	1	1	4	3
93	1	1	1	3	4	1
94	1	3	1	1	4	1
95	1	1	4	1	1	3
96	1	1	4	3	1	1
97	4	1	1	1	1	3
98	4	1	1	3	1	1
99	1	1	3	1	4	1

Valor CODE C	Combinação de Barras					
	B	S	B	S	B	S
100	1	1	4	1	3	1
101	3	1	1	1	4	1
102	4	1	1	1	3	1
103	2	1	1	4	1	2
104	2	1	1	2	1	4

Valor	Caractere de Início (START)					
	B	S	B	S	B	S
105	2	1	1	2	3	2

Caractere de Fim (STOP)						
B	S	B	S	B	S	B
2	3	3	1	1	1	2

## Anexo VI – Projeto Piloto do CT-e

O Projeto Piloto do Conhecimento de Transportes eletrônico foi desenvolvido, de forma integrada, pelas Secretarias de Fazenda dos Estados de Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Receita Federal do Brasil, Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais (ENCAT) e as seguintes empresas:

- Aliança Navegação e Logística LTDA
- ALL - América Latina Logística S/A
- Andorinha Transportadora LTDA
- BEMEX LOGÍSTICA LTDA
- BINOTTO S/A LOGÍSTICA TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO
- CEVA LOGISTICS LTDA
- COOPERATIVA DE TRANSPORTE DE CARGAS DO ESTADO DE SC
- DHL
- DISPLAN ENCOMENDAS URGENTES LTDA
- EMPRESA DE TRANSPORTE ATLAS LTDA
- EXPRESSO ARAÇATUBA TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA
- EXPRESSO JUNDIAÍ SÃO PAULO LTDA
- Expresso Mercúrio S/A
- GOL
- GRISTEC
- JÚLIO SIMÕES TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA
- MIRA OTM TRANSPORTES LTDA
- MRS
- PATRUS TRANSPORTE URGENTES LTDA
- Petrobrás Transporte S/A - TRANSPETRO
- RODONAVES TRANSPORTES E ENCOMENDAS LTDA
- RODOVIÁRIO LÍDER LTDA
- SADIA S/A
- SARATOGA ENGENHARIA E TRANSPORTES LTDA
- SPEEDPAK ENCOMENDAS EXPRESSAS LTDA
- TAM
- TRANSEICH ASSESSORIA E TRANSPORTES LTDA
- Transportadora Americana LTDA
- TRANSPORTADORA GAMPER LTDA
- TRANSPORTADORA ITAPEMIRIM S.A.
- TRANSPORTADORA LIMA
- TRANSPORTADORA TRANSPEL LTDA
- TRANSPORTE DELLA VOLPE S/A COM. E IND.
- TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS ZAPELINI LTDA
- TRANSPORTES BERTOLINI LTDA
- TRANSULTRA ARMAZENAMENTO E TRANSPORTE ESPECIALIZADO LTDA
- VARIG LOGISTICA S/A

O projeto conta ainda com a colaboração das seguintes entidades:

- ANTT (Agência Nacional de Transporte Terrestre);
- GS1 Brasil;
- NTC&Logística (Associação Nacional de Transporte de Cargas & Logística).